

*Biblioteca*

PUBLICAÇÕES  
DA  
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES  
FUNDADA EM 1863

Premiada nas Exposições do Pôrto (1865), Paris (1867),  
Filadélfia (1876), Barcelona (1878) e Lisboa (1898)

Reconhecida como Instituição de utilidade pública em Portaria da 22-2-1918 e regida pelo Dec. n.º 8630, de 9-2-1923

# ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

VOLUME VIII



BIBLIOTECA

N.º 307

PROPRIETÁRIA E EDITORA

A  
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

SÉDE: — EDIFÍCIO HISTÓRICO DO CARMO

LISBOA — M DCCC XXX

---

---

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

---

---

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES  
BIBLIOTECA  
N.º 5178  
DATA 27/7/87

PUBLICAÇÕES

DA

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

FUNDADA EM 1863

Premiada nas Exposições do Pôrto (1865), Paris (1867), Filadélfia  
(1876), Barcelona (1878) e Lisboa (1898).

Reconhecida como Instituição de utilidade pública em Portaria de 22-2-1918 e regida pelo Dec. n.º 8630, de 9-2-1923

# ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

VOLUME VIII



BIBLIOTECA

N.º 307

PROPRIETÁRIA E EDITORA

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

SEDE: — EDIFÍCIO HISTÓRICO DO CARMO

LISBOA — M.DCCC.XXX



*A responsabilidade dos escritos insertos nas publicações desta Associação pertence exclusivamente aos seus autores, cuja ortografia é, portanto, como é intuitivo, respeitada.*

# NOTA SOBRE OS POSTOS NO EXERCITO PORTUGUÊS

PELO SOCIO EFECTIVO

GASTÃO DE MELLO DE MATTOS

Nas primeiras organizações militares portuguezas, os varios cargos da hoste não parecem equiparaveis a postos. Os diferentes contingentes, tropas dos senhores, das ordens militares e municipaes (para usar o termo que mais tarde e em acepção quasi semelhante empregou D. Francisco Manuel de Mello) tinham os seus comandos especiaes que parecem ser subordinados directamente ao chefe do exercito. Os pequenos efectivos dispensavam intermediarios com uma hierarquia permanente; assim, quando ocasionalmente concorriam na mesma região forças de diferentes proveniencias, eram frequentes os conflitos de comando e jurisdicção, e é muito provavel que estes fossem por vezes exercidos uns ao lado dos outros sem se interpenetrem.

Não podia evidentemente acontecer o mesmo quando o exercito apresentava efectivos de relativa importancia; tornava-se então necessario agrupar as fracções independentes de tropa; mas taes agrupamentos eram de character transitorio, como transitoria era a sua chefia; para isso era a hoste dividida em diferentes corpos (*batalhas*) e a estes pelo comandante dados um mais chefes: «na avanguarda, e nas allas taes homêes, e fidalgos, que dellas tenham governança... dando-lhe e repartindo taes, e tantas gentes, como

entendermos, que lhe som necessarias, e segundo a gente, que houver em toda a hoste, e arraial».

Não havia pois uma hierarquia fixa; mas as diferentes fracções de tropas tinham comandantes cuja categoria era permanente, e sem duvida conservada, por vezes, mesmo quando eles não desempenhavam as funções do seu cargo.

E' de supor que tal acontecia aos *adaís*, cuja missão não era só a de chefes dos exploradores, mas tambem a de comandantes de agrupamentos de certa importancia, mas que lhes não estavam permanentemente subordinados: «et despues que fuere fecho adalid honradamente... ha poder de cabdillar los homes honrados, et á los caballeros por palabra, et á los almogavares de caballo, et á los peones de fecho...», e possivelmente tambem aos *almocadens* que lhes eram subordinados e por elles nomeados, e que dirigiam grupos de peões, provavelmente reunindo tropas de diversas proveniencias.

Os escritores dos seculos XVI e XVII assimilam os *adaís* e *almocadens* aos capitães da sua época, mas a comparação é extremamente forçada. Pode todavia justificar-se pela evolução que sofreu o sentido desta ultima palavra; pelos principios do seculo XV o nome de capitão existia na Peninsula, significando o chefe de um corpo distincto, sem duvida de efectivo variável, e tambem assim eram chamados os individuos a quem se davam comandos não permanentes, ou sob cujas ordens eram reunidos contingentes de origens diversas. Em Castela davam o nome de *capitan mayor* ao comandante de um exercito que operava separadamente, o qual entre nós era chamado *fronteiro* ou talvez *fronteiro-mór*, designação que perdeu na linguagem corrente até ao século XVII. Em Portugal tambem os comandantes eram chamados capitães; mas o termo devia ser pouco generalisado, porque varios autores chamam só o *capitão* ao capitão mór do mar.

As *Ordenações de D. Afonso V*, que de resto incluem legislação muito anterior à data em que forem compiladas, mantêm as disposições das *Sete partidas* acêrca de *adaís* e *almocadens*, mas referem se a um novo cargo com character de posto-militar, o de *coudel*; esta palavra descera da primitiva e generica significação de chefe (caudilho) a servir para designar o comandante de um grupo de 30 homens; equivalia nitidamente ao que, em época pouco posterior, se chamava em Espanha *cabo de esquadra*, mas os grupos comanda-

dos pelos coudeis eram independentes uns dos outros, em vez de serem permanentemente reunidos em companhias.

Na hoste (exercito comandado pelo rei) havia dois cargos superiores ao de capitão e com funções bem difinidas: o *condestável* e o *marechal*: mas nenhuma hierarquia os anteponha forçosamente aos outros senhores, que com eles militassem; as *Ordenações* dizem, por exemplo, que ao condestavel, «perteence hir na avanguarda, e teer o Regimento della, se outro senhor de maior estado hi nem for». Tambem ali se encontra indicado o comante em chefe na ausencia do rei pelo nome de capitão da guerra.

E' claro que nenhuma destas designações servia para marcar postos; só lhes podem ser comparaveis os cargos de capitão, adail almodadem e coudel, por esta ordem de precedencia.

Nos principios do seculo XVI, as ordenanças já estavam organisadas em companhias sob o comando de *capitães*; é de supor que os comandantes de categoria superior fossem designados pelos nomes de *capitão-mor*, como o dos ginetes, e de *capitão-geral*, como o da gente de ordenança. Estes, todavia, eram apenas uma especie de inspectores como o *anadel-mor*, o *coudel-mor* e o *vedor-mor da artilharia*, e não lhes competia prerogativa especial ou precedencia militar derivada do exercicio dos seus cargos. Capitão mantinha pois a significação de comandante, sem que se possa precisar que a capitania correspondesse a uma força aproximadamente fixa, o que parece improvavel.

Tambem o governo militar das praças passara dos *alcaides-mores* para os *capitães* das fortalezas; mas nas de meior importancia os governadores eram chamados *capitães-mores*, presumivelmente porque tinham sob as suas ordens varios capitães. Vem a proposito dizer que, segundo Viterbo, alcaide-mor designava tambem o governador de uma provincia, o que o equipararia a fronteiro; o texto do artigo não justifica essa significação, mas é de considerar que ella não foi corrigida por João Pedro Ribeiro.

\* \* \*

Com a organização militar de D. Sebastião aparecem os postos de ordenanças destinados a comandar grupos de companhias e á administração desses grupos: os *capitães mores* e os *sargentos*

*mores*; mas também não correspondiam as funções destes cargos a um comando efectivo senão em casos particulares. As ordenanças destinavam-se a defêsas locais e á organização de um fundo de recrutamento para o exercito de campanha; nesta organização tinham os capitães *mores* intervenção permanente e tal era a sua missão principal; mas o cargo de capitão-mor não dava nenhuma prerogativa especial no exercito de operações formado por homens tirados de regiões diferentes e constituídos em corpos especiaes, absolutamente distinctos das companhias de ordenanças. Quando estas, porém, operavam sós eram comandadas pelo respectivo capitão-mor; o caso deu-se em Lisboa, em junho de 1580, e repetiu-se em 1595.

Ao que parece, pela primeira vez em 1513, quando da expedição á Africa comandada pelo duque D. Jayme de Bragança, se organisou uma unidade de campanha superior á companhia: essa organização foi dada a 4.000 homens comandados por quatro *coroneis*.

Tirante este caso, os pequenos effectivos das tropas não exigiam o agrupamento das companhias, e só para a jornada de Africa de 1578 apparecem os dois postos intermedios ao de capitão de infantaria e de chefe do exercito. O processo de constituição das unidades, tanto em uma como em outra data, era decalcado aproximadamente sobre o espanhol, aliás imitado já por toda a Europa e que por sua vez fora inspirado pelo estudo da organização militar romana que se fizera na Italia logo ao começar a Renascença.

Em Espanha pelo principio do seculo XVI foram criadas as *colunelas*, que se formavam só para campanha e reuniam a infantaria; o comandante geral era chamado *coronel-general*; receberam depois o nome de *coronellas*, e *coronel* se chamou o chefe de cada uma delas; finalmente em 1534 foram reunidas em novos agrupamentos chamados *terços* e comandados por *mestres de campo*. Em Portugal para a expedição de 1578 foram levantados terços sob o comando de *coroneis* também chamados *capitães-generaes*; mas este nome não era taxativo: por exemplo, o comandante do terço dos aventureiros é em todas as relações chamado *capitão*; a mesma designação é applicada aos coroneis de 1513; tudo indica que o termo antes usado se conservava com a mesma significação, e o nome de coronel era destinado a um comandante de forças levantadas entre

as ordenanças; com caracter permanente assim acontecia em Lisboa, pelo menos desde o anno anterior.

Quanto a *capitão-general* é de supor que designasse o comandante de um certo numero de *capitães-mores*, como estes eram comandantes de um certo numero de *capitães*; esta designação apparece de resto pouco depois generalisada para significar o governador militar de uma comarca e de uma provincia; nesta segunda acepção, que foi talvez já usada no cêrco de Mazagão em 1562, é em documentos officiaes equiparada a fronteiro.

Desta expedição de 1578 deve datar portanto a constituição do exercito de campanha em *terços de infantaria, cavalaria e artilharia* que se manteve até á organização de D. João V em 1703.

Foi provavelmente na mesma ocasião que se introduziu em Portugal o cargo (mais tarde posto) de *mestre campo general* espécie de chefe de estado maior; esta designação existia no exercito espanhol desde poucos anos antes (cerca de 1570); tratando-se do exercito real substituiu pois o condestavel, cujo cargo se tornára meramente honorifico. Tambem ao comandante da cavalaria é já dado o nome de *general de cavalaria*; designação abreviada que se generalisou por *capitão-general da cavalaria*, existente em Espanha para designar o chefe da cavalaria de cada reino.

O chefe da artilharia não é porem chamado *capitão-general* mas sim *capitão* ou *capitão-mór*.

Não encontrei tambem referencia alguma a postos de cavalaria intermedios a capitão e general; mas na infantaria havia *sargentos-mores*, encarregados sem duvida da administração dos terços, e da tecnica das formações.

Os postos inferiores das companhias de infantaria eram provavelmente como em Espanha e nas ordenanças:

*alferes*, encarregado da condução e defeza da bandeira e que só mais tarde passou a ser o imediato do capitão.

*sargento* que, além de representante do capitão e seu substituto eventual, era o encarregado dos detalhes tecnicos.

*cabo de esquadra*, comandante de um grupo de homens (de 25 ou 50 homens em theoria).

E' natural que tivessem tambem um *abandeirado* ou *embandeirado*, encarregado do transporte da bandeira quando não desfraldada (isto é, fóra das ocasiões de combate e de parada) que

existia já em Espanha e que originou o posto mais tarde existente de *porta-bandeira*.

As companhias de cavalaria em 1595 tinham como officiaes subordinados ao capitão:

*porta guião*.

*adail* que devia ser equivalente a alferes de cavalaria porque este desempenhava as funções do sargento de infantaria, e provavelmente *cabo de esquadra*.

Entre os artilheiros que eram uma especie de empregados já existia o grau superior de *condestavel*.

Pela a união com Castella é natural que para Portugal tivessem passado todos os cargos existentes nos exercitos do rei de Espanha. A esta data havia neles muitos postos que todos parecem ter sido usados em Portugal, depois da Restauração:

*capitão-general*, que designava primitivamente o chefe do exercito dum reino (e que nessa acepção foi usado em Portugal em 1580 por D. Francisco de Portugal, chamado conde de Vimioso, e em 1641 pelo 4.<sup>o</sup> conde de Vimioso) especie de substituto do rei no comando militar, passou a significar o comandante de um exercito independente, com certas prerogativas a principal das quaes era poder conferir os postos do seu exercito até mestre de campo; era abreviadamente chamado *general*.

*mestre de campo general*, chefe do estado maior e immediato no comando ao general.

*capitão general da cavalaria* e *capitão-general da artilharia*, que se seguiam em importancia por esta ordem tinham sofrido uma alteração de funções identica á dos generaes; a designação usual era tambem reduzida a *general da cavalaria* e *general da artilharia*.

Embora com encargos especiaes este quatro postos succediam-se no comando do exercito, sem qualquer indicação especial.

Os exercitos não eram sempre comandados por capitães generais, quer pelo seu pequeno efectivo, quer por não ser o comandante julgado de sufficiente importancia social.

O comandante neste caso era chamado em Espanha *teniente de capitán-general* ou abreviadamente tenente-general; em Portugal

o individuo que chefiava o exercito de uma provincia era chamado *governador das armas*; até muito perto do fim da guerra da Restauração trata-se de uma simples designação de cargo e, como tal, se conservou até ao seculo XIX; mas, sendo a patente dada sem atribuição de posto, o nome de governador das armas passou a designar um posto intermédio a capitão general e mestre de campo general e até independente das funções que indica; a cada passo os auctores distinguem entre o governador das armas e o que ficou governando as armas, distinção que tambem se encontra num diploma official: «Os Governadores das Armas & outros Cabos mayores a quem eu encarregar o Governo de algũa Provincia». Creio que só em 1657 é que foi nomeado um *tenente-general* para o Alentejo; não conferia esta patente direitos especiais, e era justificada porque o Rei exercia nominalmente o comando, mas o conde da Ericeira considera-a superior à de governador das armas.

Tambem nem sempre as outras designações correspondiam ao exercicio do cargo indicado; encontram-se mestres de campo generais com o exercicio de general de cavalaria, uma força de cavalaria comandada pelo general de artilharia, etc., embora os escritores tecnicos se manifestem sempre a favor de que sejam mantidas as especialisações.

Só em 1663 foi de uma maneira efectiva introduzido no exercito portuguez o cargo de *sargento mór de batalha*, que era um auxiliar do mestre de campo general na mesma relação para o capitão-general em que para o mestre de campo estava o sargento-mor. O posto existia desde o seculo anterior, e as suas funções não eram desconhecidas em Portugal havendo já referencias e ellas na descripção da batalha de Alcacer-quivir em Fr. Bernardo da Cruz; mas nos exercitos espanhoes da Flandres tornou-se permanente, porque os terços, cujo efectivo fôra primitivamente de cerca de 3:000 homens, tinham diminuido muito e, por isso, quando havia necessidade de destacar forças, tornou-se preciso reunir dois ou mais terços sob um comando comum; parece que na Peninsula se davam para este fim patentes de general de artilharia *ad honorem*, visto ser este o posto immediatamente superior ao de mestre de campo, mas na Flandres crearam o posto de sargento mor de batalha, o que evitava a confusão resultante de designar como official de artilharia um chefe que não governava esta arma, confusão que já antes me referi; de

resto em Portugal o cargo de sargento mor de batalha rapidamente se transformou em posto superior ao de mestre de campo e, como tal, comandante de um grupo de terços, acompanhado ou não de cavalaria. Além das funções de oficial de estado maior exercia portanto certos comandos, governos de praças importantes, etc.

Os postos da infantaria eram :

*mestre de campo*, comandante de um terço que diferia do coronel em que este podia prover livremente as companhias do seu terço, e aquelle só nomeava o *accessor*, *ouvidor*, ou *auditor* (letrado que auxiliava o comandante na administração da justiça), o *furriel-mór* (encarregado do reabastecimento de vivères), o *tambor mór* (que também fazia funções de oficial ás ordens), o *fisico* (medico), o *cirurgião*, e provavelmente o *botica*. Em Portugal conservou-se a designação de coroneis para os chefes dos terços das comarcas, mas passou-se a usar o de *mestre de campo* para o exercito em campanha, pelo menos a partir de 1587.

*sargento mór*, que «está bem entendido ser Tenente Coronel de hũ Terço», mas que começou por simples auxiliar tecnico do comandante, a quem não sucedia; o mestre de campo era primitivamente substituido por um capitão do terço, mas em breve o sargento mor foi também capitão de uma companhia e passou a ser superior aos capitães; em Portugal os sargentos mores só muito pouco tempo tiveram uma companhia propria. Estes dois postos eram os de *oficiaes maiores*.

*ajudante*, auxiliar do sargento mor foi também durante algum tempo superior a capitão: mas em Portugal, pelo menos logo depois de 1640, os capitães tinham precedencia.

*capitão*, comandante de uma companhia, theoreticamente da força de 300 homens (ao começar o seculo XVII) mas na pratica muito inferior.

*alferes*

*sargento*; tendo sido julgado insufficiente um só por companhia, foi acrescentado outro que era chamado sargento *supra*, em opposição a sargento *de numero*.

*cabos de esquadra*.

*cabos das fileiras* que serviam de guias na proporção de 2 para 10 soldados.

Havia tambem os *cabos de cento* que serviam de *capitães de arcabuzeiros*, isto é, chefes dos atiradores que rodeavam os esquadrões de piqueiros, e que provavelmente não intervinham na administração das companhias.

Alem do *abandeirado*, militar que não figurava na hierarquia, cada companhia devia ter ainda, varios empregados; 1 *furriel* «poco ladron y cobdicioso», 1 *capelão*, 1 *cirurgião*, 3 *tambores*, que não podiam ser soldados por ser pregoeiros (só tiveram praça de soldados em 1690, e 3 *pifanos*. No terço havia ainda, alem dos cargos anteriormente indicados, o de *capitão barrachel de campanha*, ou abreviadamente *capitão de campanha*, encarregado de executar a justiça e da prisão dos soldados fugitivos, para o que tinha varios auxiliares (*tenente*, *escrivão*, *aguazil*), e o de *capelão mor*.

Deve notar-se que, como a ordem de batalha normal ligava o comandante das tropas e o seu chefe de estado maior á infantaria que constituia o corpo principal do exercito, estes cargos eram mais ou menos consideradas como pertencentes á infantaria; e, sem duvida por esse motivo, os auxiliares do mestre de campo general, encarregados especialmente de transmitir as suas instruções, eram tambem incluídas nos officiais de infantaria, embora sem praça assente nos terços.

Eram elles de duas classes:

*tenente de mestre de campo general*, considerado intermedio a mestre de campo e sargento mor; abreviadamente chamaram-lhe *tenente-general* de infantaria (um documento official chama-lhe *tenente general de mestre de campo*, e aparece por vezes como comandante de grupos de companhias não reunidas em terço, ou, excepcionalmente, como comandante de um terço

*ajudante de tenente de mestre de campo general*, que era inferior a sargento mor e superior a capitão; é vulgarmente designado apenas por *ajudante de tenente*

As companhias que não podiam ser dirigidas directamente pelo comandante (isto é a dos mestres de campo, porque em 1640 os sargentos mores já não tinham companhia) estavam sob as ordens effectivas do alferes; os alferes de mestre de campo eram por isso considerados superiores aos outros; mas o nome de *capitão loco-*

*tenente* não foi provavelmente nunca oficial, embora usado na linguagem corrente; até 1707 não houve tenentes de infantaria.

Os postos de cavalaria e de dragões eram :

*tenente general de cavalaria* (primitivamente chamou-se-lhe «lugar teniente de capitã general de la caualleria» que comandava ordinariamente um grupo de companhias chamado batalhão, não de organização permanente, mas simples formação de combate; ao principio só havia um em cada exercito, immediato no comando e substituto eventual do general da cavalaria.

*comissario geral*, que designara um cargo creado por Ferrante Gonzaga quando governador de ducado de Milão (1545-54) para tratar da subsistencia da cavalaria, havendo portanto só um em cada exercito, passou a significar um auxiliar do tenente general (como o sargento mor o era do mestre de campo), sendo porém frequentemente encarregado do comando de um determinado grupo de companhias que recebeu o nome de troço, especie de regimento, ao qual por vezes se tentou dar uma organização permanente.

*capitão*

*ajudante de comissario geral*

*tenente*, especie de capitão serra-fila, existente em todas as companhias, e comandante efectivo das que pertenciam ao general e tenentes generaes.

*alferes*, que tinha tambem as funções do sargento na infantaria.

*cabos de esquadra*

*cabos das fileiras*

Cada companhia de cavalaria tinha, como as de infantaria, um *capelão* e um *furriel*, e ainda 2 *trombetas* e um *ferrador*; na cavalaria de um exercito figuravam, como em cada um dos terços, um *capelão-mor*, um *ouvidor*, um *furriel-mor*, um *fisico-mor*, e um *cirurgião-mor*. Em breve furriel passou a designar um posto intermedio a cabo e alferes.

Como já disse, os artilheiros eram uma especie de empregados, parece que alistados nos terços, mas pagos independentemente do resto do exercito; todavia já em 1643 se encontram desi-

gnados postos de artilharia que entram na hierarquia geral das tropas:

*tenente general de artilharia*

*comissario geral*, cargo a que se encontram poucas referencias, provavelmente porque sendo especialmente encarregado de tratar das munições e dos reabastecimentos não acompanhava constantemente as tropas; tambem começou por haver um só em cada exercito. Manesson Mallet, que serviu em Portugal durante a guerra da Restauração diz, ter sido sargento mor de artilharia, mas é provavel que use uma especie de equivalente, e que a designação de *sargento mor de artilharia* tenha aparecido com a organização do primeiro troço de artilheiros (4 de junho de 1677); ha uma nomeação de *sargento mor* para um troço do Alemtejo de 9 de fevereiro de 1706.

*capitão*, posto que não existia nas primeiras organizações espanholas e que de resto parece que não tinha funções a exercer em campanha; é de supor que comandasse pequenas forças de artilharia, que não justificassem a existencia de um tenente general.

*tenente*, cujas funções desconheço.

*gentilhomen de artilharia*, comandante de bateria, dirigindo os movimentos e colocação della.

*condestavel*, seu immediato, e mais especialmente encarregado do tiro e do preparo das munições; ignoro em que epocha apareceram os postos de *condestavel-mor* e *sota-condestavel*.

*capitão de gastadores*, encarregado da direcção e comando dos trabalhadores.

*cabo de artilheiros*

A artilharia de um exercito tinha os mesmos cargos de plana maior que a cavalaria, acrescentando o de *mordomo*, encarregado do material, e ainda os auxiliares do general na administração: *contador*, *pagador*, *chanceler*, *vedor*. Tambem se lhe consideravam pertencentes os engenheiros, que não tinham como taes posto no exercito; por isso eram-lhes dados postos de infantaria ou de artilharia.

A introdução do posto de *ajudante* de artilharia é presumivelmente originada na criação dos troços.

Esta complexidade dos postos de artilharia é possivelmente devida a que alguns delles, equiparados aos de cavalaria ou infantaria, se destinavam ao comando dos soldados, enquanto que os

outros designavam os tecnicos encarregados especialmente de dirigir o tiro, porque a verdadeira obrigação dos artilheiros era «assen-  
tar, apontar, & disparar a artilharia» que tinha sido levada pelas  
«carruagens» para a posição em que havia de ser utilizada. Não for-  
mavam todavia esses postos dois grupos separados, transitando-se  
de uns para outros.

Finalmente, em Espanha, e parece que tambem em Portuga-  
originara um verdadeiro posto o exercicio do cargo de *quartel mes-  
tre general*, que, era por vezes provido em tenentes e capitães de  
infantaria, mas que, segundo a opinião de varios auctores, não devia  
ser conferido a menor graduação que *ajudante de tenente*, pois devia  
ter precedencia sobre os sargentos mores; ocasionalmente podiam  
comandar tropas.

E' claro que a hierarquia de todos estes numerosos postos  
era extremamente flúida, e tanto mais que o exercicio do mesmo  
posto em situações diferentes creava tambem uma ordem de pre-  
ferencia; por exemplo: na cavalaria as companhias de *lanças* (supri-  
midas no principio do seculo XVII) eram superiores ás de *couraças*  
e estas ás de *arcabuzeiros*; os postos nas companhias de mestre  
de campo e de tenente-general precediam aos das outras companhias,  
etc. Tambem o exercicio de funções muito diferentes tornava im-  
precisa a subordinação de uns a outros cargos; por vezes os aucto-  
res militares dizem que certos postos «não concorrem», e até Joane  
Mendes de Vasconcellos diz explicitamente ácerca das prece-  
dencias que «ha materia em q. he necessario nam fallar, e deixalas  
indicizas, por iuitar mayores comfuzoins, e porq. tudo o q. sobre  
ellas se rezoluer, posto q. seja coriuzidade da expeculatiua, não he  
vtil nem precizo na practica», e que se devem «deixar alguas cou-  
zas á prudencia de quem a gouerna por ser impossuiel q. todas se  
emserem em Ordenanças militares». Alem de tudo, por uma questão  
de competencia tecnica, provavelmente não referida em lei escripta,  
estabelecera-se o habito de que os officiaes de infantaria comandas-  
sem nas praças e logares fechados e os de cavalaria e dragões em  
campo raso.

Ainda ha a considerar que a maioria dos postos não tinham  
caracter permanente, o que era devido á não existencia de forças

constantemente organisadas; por isso no seculo XVI só eram nomeados capitães, e depois coroneis, para as forças em campanha, para as guardas e para as ordenanças. No seculo XVII já havia postos permanentes até mestre de campo, mas não o eram os cargos superiores; a pouco e pouco, pela duração das campanhas da Restauração, é que todos tomaram um character de fixidez, embora as patentes fossem muitas vezes dadas só para uma campanha e para as tropas de uma provincia.

Em todo o caso havia uma hierarquia que, embora sujeita a fluctuações e a duvidas, se aproximava da seguinte:

Capitão general  
 Tenente general  
 Governador das armas  
 Mestre de campo general  
 General de cavalaria  
 General de artilharia  
 Sargento mor de batalha  
 { Tenente general de cavalaria  
 { Mestre de campo  
 Tenente de mestre de campo general  
 { Tenente general de artilharia  
 { Comissario geral de cavalaria  
 { Quartel mestre general  
 { Sargento mor  
 { Capitão de couraças  
 { Ajudante de tenente de mestre de campo general  
 { Capitão de arcabuzeiros  
 Capitão de infantaria  
 Capitão de artilharia  
 Gentil homem de artilharia  
 Ajudante  
 Tenente (de cavalaria)  
 Alferes de cavalaria

Alferes de infantaria  
Capitão de campanha  
Capitão de gastadores  
Tambor mór  
Sargento de numero  
Sargento supra  
Furriel  
Condestavel  
Cabo de esquadra  
Cabo das fileiras

Note-se porém que alguns destes postos não davam funções de comando senão para casos especiaes e para certas tropas; por exemplo, os cargos inferiores de artilharia não attribuiam com certeza direitos de comandar. Tambem a certos postos pela natureza especial dos fins a que eram destinados não foi possível attribuir um logar mesmo aproximado na lista anterior.

Havia finalmente nos exercitos muitos cargos administrativos e judiciaes ainda não referidos, como *vedor geral*, *vedor*, *pagador geral*, *pagador*, *contador geral*, *contador*, *provedor geral*, *provedor*, *preboste geral*, *administradores geraes*, etc., que não tinham nenhuma equivalencia militar.

Nas tropas de segunda linha (auxiliares e pés de castelo) tinham-se passado a designar os postos como nas correspondentes de infantaria e artilharia; só os comandantes dos terços de Lisboa continuavam a ser chamados *coroneis*.

Nas ordenanças fôra creado um cargo superior ao de capitão mor; o do *governador* de comarca que era auxiliado por um sargento mór e dois ajudantes nas suas funções de chefe de recrutamento; não exercia comando, porque os homens de ordenança que ingressavam nos terços de auxiliares eram independentes delle, e as companhias de ordenança que serviam em guarnições ficavam ás ordens dos respectivos chefes. Estes cargos de ordenanças não podiam pois ser equiparados a postos militares e não concorriam com eles.

O mesmo acontecia aos comandantes de fortalezas e praças, chamados, conforme a menor ou maior importancia dellas, *capitães* e *governadores* e aos seus immediatos, *tenentes*; embora por vezes conservassem os seus postos no exercito, nem sempre assim acontecia.

\* \* \*

Os regimentos de 1707 e 1708 para evitar as «desordens, & confusões, pelas differenças de postos, & exercicio militar», deram entre outras providencias a de unificar os postos de infantaria e cavalaria pela forma seguinte:

*brigadeiro*, comandante de brigada e tambem de um dos regimentos della

*coronel*, comandante de regimento que substituia o terço de infantaria e o troço e batalhão de cavalaria

*tenente-coronel*, seu immediato

*sargento mór*

*capitão*

*tenente*

*ajudante*

*alferes*

*furriel-mór* (só na infantaria)

*sargento* (só na infantaria)

*furriel* (só na cavalaria)

*cabo de esquadra*

*pifano* (nas companhias de granadeiros)

*tambor* (na infantaria)

*trombeta* (na cavalaria)

em cada regimento de infantaria havia ainda um *tambor mór*.

Os postos de official general eram reduzidos a três:

*capitão general*

*mestre de campo general*, posto a que passavam os generaes de cavalaria e artilharia, mas ficando mais antigos os que já tinham a patente, e a seguir os que eram generaes de cavalaria.

*sargento mór de batalha*, a que muitas vezes se chama apenas *general de batalha*.

O regimento manda para este fim suprimir os postos «Governador das armas, Generaes da Cavallaria, & Artilharia, Tenentes Generaes da Cavallaria, Commissarios Generaes; & na Infantaria, Tenente de Mestre de Campo General, & Ajudante de Tenente»; determina que os individuos que tinham essas patentes sejam providos nos postos creados de novo ou nos que ficam com os mesmos nomes; não estabelece pois nenhuma equivalencia, mas de varios auctores da epocha se conclue que os tenentes generaes de cavallaria passaram a coroneis, e os commissarios geraes e tenentes de mestre de campo a tenentes coroneis.

Os regimentos não indicam os postos de artilharia; mas foi ella tambem organizada em regimentos com os postos seguintes:

*coronel*

*tenente coronel*

*sargento mór*

*capitão*

*tenente*

*ajudante*

*alferes*

*sargento*

*cabo de esquadra*

ficando em tudo equiparada á infantaria; parece que foram conservados, ao menos na linguagem corrente, os nomes de *gentilhomem* e de *condestavel*. Uma nota manuscrita, no meu exemplar das «Memorias Militares» de Antonio do Couto diz ácerca de gentilhomem «extinguio-se no principio da reforma de 1742», mas nos livros das vedorias de artilharia não aparecem referencias a estes dois postos depois de 1707; não são de resto muito frequentes as imediatamente anteriores a esta data. E' de notar que no *Vocabulario* de Bluteau figura o termo *condestavel* mas não *gentilhomem*; a primeira designação é certo ter sido conservada nas tropas de segunda linha. Tambem nos auxiliares foram mantidas as categorias antes existentes.

De resto a mudança não se deu com a rapidez que o regimento mandava: um documento oficial de 1709 confere a patente

de *mestre de campo* para o Brazil; ao mesmo posto faz referencia uma carta tambem escripta no Brazil em 1718; neste caso pode tratar-se de um posto de auxiliares, mas não assim no primeiro.

Provavelmente continuou tambem a considerar-se *governador das armas* como indicando um posto superior a mestre de campo general, embora oficialmente assim não fosse.

Depois desta completa modificação, a hierarchia não ficou ainda inteiramente definida; os postos de cavalaria eram considerados superiores aos de dragões, e os de granadeiros aos da restante infantaria (é certo que esta segunda preferencia não se manteve, e creio que o mesmo aconteceu á primeira); os tenentes generaes de artilharia foram feitos coroneis (pelo menos assim aconteceu a todos áquelles de que tenho noticia) mas eram subordinados para serviço militar aos tenentes coroneis de infantaria e cavalaria; os officiaes de cavalaria e de infantaria continuavam a comandar-se uns aos outros conforme as circumstancias; etc.

Algumas modificações se deram posteriormente: foram suprimidos em 1742 os furrieis-móres (6 de outubro), mas restabelecidos em 1757 (21 de março); neste mesmo anno (16 de março) foi creada uma nova categoria: a de *cadete*; destinava-se a dar habitos de serviço militar aos futuros officiaes; os cadetes eram equiparados aos sargentos e aos furrieis.

\* \* \*

Nas reformas do Conde de Lippe deram-se diferentes alterações nas designações dos postos e unificou-se a hierarquia.

Os generaes passaram a ter as quatro cathogorias seguintes: *marechal general*, comandante em chefe, equivalente portanto a capitão general na sua primitiva acepção.

*marechal*, designação dada aos generaes que recebiam patente de governador das armas.

*tenente general*, equivalente a mestre de campo general.

*marechal de campo*, equivalente a sargento mor de batalha.

As funções do furriel mór passaram a ser desempenhadas por um *quartel mestre* que como o *ajudante* foi equiparado em gradação aos tenentes.

Os officiaes inferiores passaram a ser:

*sargento*

*furriel*

*porta bandeira*

*cabo*

e abaixo deste foi creado o posto de *anspeçada*, nome que tendo designado primitivamente os cavaleiros ocasionalmente desmontados (lancia spezzata), indicára depois os comandantes de grupos de piqueiros, e finalmente os soldados escolhidos.

Nesta epoca se introduziu tambem a designação de 1.<sup>os</sup> tenentes para os officiaes que comandavam efectivamente as companhias do coronel e do tenente coronel dos regimentos de cavalaria; os seus immediatos, chamados 2.<sup>os</sup> tenentes, desapareceram em 1791.

As mesmas graduações foram dadas aos subalternos de artilharia, e, em 1792, aos de engenharia que passaram a constituir um corpo independente.

Tambem em 1762 desapareceram os pés de castelo e o troço de artilheiros, e com eles as designações de *condestavel mór*, *condestavel*, *sota-condestavel*. Quando os pés de castelo foram restabelecidos, estes postos não reapareceram.

Poucas modificações houve posteriormente ás do tempo do conde de Lippe; as mais importantes foram a supressão do posto de brigadeiro em 1790, aliás anulada logo em 1796, e, neste ultimo ano a extinção dos *mestres de campo de auxiliares* que passaram a chamar-se *coroneis de milicias*.

Desde este momento ficou existindo uma única escala hierarquica em todas as tropas do exercito português. As designações de postos tem sido, desde então, alteradas com frequencia; alguns deles desapareceram, sendo por vezes restabelecidos, mas além de que existem impressos todos ou quasi todos os diplomas em que se consignam essas modificações, a sua enumeração alongaria demasiadamente esta nota. Tambem para não ocupar maior espaço, fui forçado a omitir varias noticias respeitantes a tactica e a organização, que poderiam tornar mais claro o assunto, mas não podiam estrictamente ser incluídas no que o título indica, visto que se refe-

ririam a cargos e não a postos. Dessas noticias só dei aquelas que me pareceram absolutamente indispensaveis.

Como tive o unico fim de auxiliar os investigadores que frequentemente encontram designações mal explicitas de postos do antigo exercito, termino aqui este trabalho com a explicação de não o ter completado com um quadro comparativo das varias escalas hierarquicas, visto ser impossivel organisá-lo, pelos motivos que varias vezes referi ao tratar de precedencias.

## BIBLIOGRAFIA

Na impossibilidade de documentar uma a uma as varias afirmações feitas neste estudo, porque nesse caso as notas seriam talvez mais extensas que o texto, indico a seguir as fontes que principalmente me serviram para o organisar.

É claro que deixo de citar outras em que encontrei confirmações do que as primeiras me tinham ensinado.

- Ándrada (Francisco de) — Chronica do muyto alto e muito poderoso Rey... dom João o III — Lisboa, 1613.
- Ayres de Magalhães Sepulveda (Christovam) — Historia organica e politica do Exército Português — Provas (Em publicação).
- Aytóna (Marquês de) — Discurso Militar; Valencia, 1653.
- Azevedo Fortes (Manuel) — Evidencia apologetica e critica; Lisboa, 1733.
- Basta (Giorgio) — II maestro di campo generale; Veneza, 1606.
- Bluteau (D. Raphael) — Vocabulario portuguez e latino; Coimbra e Lisboa, 1712-28.
- Brancacio (Fra Lelio) — Carichi Militari; Veneza, 1641.
- Brito Lemos (João de) — Abecedario Militar do que o soldado deve fazer; Lisboa, 1631.
- Cabrera de Cordova, (Luis) — Filipe segundo rey de España; Madrid, 1619.

- Caldas (José)—Historia de um fogo morto (edição definitiva); Porto s/d.
- Clonard (Conde de)—Historia organica de las armas de infanteria e caballeria españolas; Madrid, 1851-57.
- Conceição (Fr. Claudio da)—Gabinete historico; Lisboa, 1818-31.
- Conselho de Guerra (Consultas, avisos e livros de registo) mss. da Torre do Tombo.
- Costa Pereira (Francisco da)—Tratado do provimento de guerra, que se fez nesta cidade de Lisboa neste anno de 96; ms. da B. N. L., F. G. n.º 8114 (Copia do seculo XVIII).
- Couto de Castello Branco (Antonio do)—Memorias militares, vols. I e II; Amsterdam e Lisboa, 1719-31.
- Cruz (Fr. Bernardo da)—Chronica de El-Rei D. Sebastião; Lisboa, 1837.
- Dias de Landim (Gaspar)—O Infante D. Pedro; Lisboa 1893-4.  
Do governo de Espanha; ms. da Bibl. Aj., n.º 51-VIII-9.
- Documentos Memorias e Correspond. acerca da Conquista de Portugal por Felipe 2.º; ms. da Bibl. da Ac., n.º 466-7.
- Escalante (Bernardino de)—Diálogos, del Arte Militar; Bruxellas, s/d (o privilegio é de 1588).
- Gallo (Antonio)—Regimiento Militar; Lisboa, s/d (Licenças de 1644).
- Galeão Gualdo Priorato—Manejo e governo da cavallaria escripto pelo Conde. ., Lisboa, 1707 (tradução attribuida ao conde de Sabugal).
- Gavy de Mendonça (Agostinho)—Historia de Famoso Cerco que o Xarife pos á fortaleza de Mazagam; Lisboa, 1607.
- Goes (Damiam de)—Chronica do felicissimo rei Dom Emanuel; Lisboa 1566-7.
- Goes (Damiam de)—Chronica do principe Dom Ioam—Lisboa, 1567.
- Gouvêa Pinto (Antonio Joaquim de)—Memoria estatistico-historico-militar; Lisboa, 1832.
- Henriquez de Villegas (Don Diego)—Llevas de la gente de guerra; Madrid, 1647.
- Lechuga (Cristoval)—Discurso del capitan... en que se trata de la artilleria; Milão, 1611.
- Leitão de Andrade (Mighel)—Miscellanea; Lisboa, 1867.

- Livro de Beletins e intelligencias com Castella do Visconde de Villa Nova de Cerveira; ms. da Bibl. Aj., n.º 51-VII-42.
- Livros de registo das vedorias de artilharia; mss. do Arch. Hist. Mil.
- Lopez (Fernam) — Chronica Del Rey D. Joam I de boa memoria; Lisboa, 1644.
- Lopez de Ayala (D. Pedro) — Cronicas de los Reyes de Castilla... Madrid, 1779.
- Marquez Cabrera (Juan) — Espejo en que se deve mirar el buen soldado; Madrid, 1664.
- Martinez de La Pvente (Dom Joseph). — Epitome de la cronica del Rey Don Juan el segundo; Madrid, 1678.
- Mello (D. Francisco Manoel de) — Epanaphoras; Lisboa, 1660.
- Mendes de Vasconcellos (Luiz) — Arte Militar; Quinta do Mascote, 1612.
- Mendoça (Hieronymo de) — Jornada de Africa; Lisboa, 1607.
- Menezes (D. Luiz de) — Historia de Portugal Restaurado; Lisboa, 1679-98.
- Miscelanea que pertenceu a Felix Machado; ms. (Do autor deste estudo).
- Monumento Veridico das cousas que passarão em Africa quando El Rey Dom Sebastião de Portugal a ella veio escrito por hum homem Africano; ms. da Bibl. Ac., n.º Jesus, 245, (copia do seculo XVIII).
- Moradell (Domingo) — Compendio de los preludios del arte militar; Barcelona, 1674.
- Nunes da Veyga (Antonio) — Perfeyto capitam; Lisboa, 1709.
- Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V; Coimbra, 1792.
- Parecer que se deo sobre aman.<sup>ra</sup> deuia ter no Regim.<sup>to</sup> egouerno do R.<sup>o</sup> emtempo dEl Rey D. A.<sup>o</sup> 5<sup>o</sup>, numa miscelanea ms. da B. N. L., F. G., n.º 8457.
- Rebello da Silva (Luiz Augusto) — Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII; Lisboa, 1860-71.
- Regimento dos capitaens mores; Lisboa, s/d (1570)
- Regimento que ham de vzar os Governadores das Armas; Lisboa, 1678.
- Regimentos em que se dá nova forma á Cavallaria, & Infanteria; Lisboa, 1708.

- Regulamento para o exercicio e disciplina dos regimentos de cavallaria dos exercitos de S. M. F.; Lisboa, 1762.
- Regulamento... dos regimentos de infantaria, etc.; Lisboa, 1763.
- Relacion de lo subcedido en la venida del Armada enemiga del Reyno de ynglaterra, aeste de Portugal con la Retirada a su tierra este ano de 89 (1589); ms. da Bibl. Ac., n.º Jesus, 461; (letra da epocha, talvez copia de impresso).
- Ribeiro Coutinho (André).—O Capitão de Infantaria português; Lisboa, 1751.
- Salgado de Araujo (Dr. João) — Successos das armas portuguêsas; Lisboa, 1644.
- Santa Rosa de Viterbo (Fr. Joaquim) — Elucidario; Lisboa, 1798-9.
- Sardi (Pietro) — Il capo de' Bombardieri, Veneza, 1641.
- Sarmento (Francisco Joseph) — Instrução militar para o serviço de cavallaria; Lisboa, 1723.
- Severim de Faria (Manoel) — Noticias de Portugal escritas por. . . nesta segunda Impressão acrescentadas pelo padre D. Joé Barbosa; Lisboa Ocidental, 1740.
- Siete Partidas (Las) del Rey Don Alfonso el Sabio; Madrid, 1807.
- Sousa (D. Antonio Caetano) — Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza, vol. III; Lisboa, 1744 (é de notar que o Regimento de Guerra ali attribuido a Martim Afonso de Mello é evidentemente posterior).
- Suarez Dragon Villegas (Don Manoel) — Tratado de la milicia errada, que exerce Europa, s/l n/d (1652).
- Tarducci da Corinaldo (Achille) — Delle Machine, ordinanze, et quartieri antichi et moderni; Veneza, 1601.
- Tratado primeiro que contém o Regimento das Fronteiras com os maiz; ms. da B. N. L., F. G. n.º 7664.
- Valdez (Francisco de) — Summario de hũ Dialogo militar q. fez... Sobre o Cargo de Sargento mór dhũ Terço; ms. X-4-12, n.º 1, caixa n.º 22, B. N. L.
- Zurara (Gomes Eannes de) — Chronica do Conde Dom Pedro de Menezes; Lisboa, 1792.

# O PRIMEIRO MAPA IMPRESSO DE PORTUGAL

E

NOTAS GENEALÓGICAS SÔBRE A FAMÍLIA SECO

POR

FRAZÃO DE VASCONCELOS

Secretário da Secção de Diplomática

O mais antigo mapa, impresso, de Portugal cremos que é o de Fernando Álvares Sêco.

De seu autor pouco dizem os bibliógrafos, — e os que em Portugal, nos últimos anos, se têm ocupado de cartografia antiga, e a Álvares Sêco se referiram, como o dr. Sousa Viterbo, contra-almirante Ernesto de Vasconcelos, Joaquim Bensaúde, etc. quasi nada adiantam ao que dele escreveu Barbosa Machado: — «Matemático insigne e famoso geógrafo, de cuja sciência deu um manifesto argumento em o Mapa que fêz do reino de Portugal».

Acrescenta Barbosa Machado que este mapa saíu com o titulo de «Tabula Geografica Portugalliæ», e que foi impresso em 1560, por Miguel Tramezzino, por mandado de Aquiles Estaço, célebre português, que então assistia na Cidade Eterna, que o dedicou ao cardial Guido Sforza.

O autor da «Biblioteca Lusitana», cita ainda outra edição, «mais correcta», segundo informa, por Baptista Dateconnio, Amsterdão, ano de 1600.

Por outro lado, Inocêncio (Dic. bibliogr., tomo ix, pag. 214), diz: — «Creio que além das reimpressões citadas pelo mesmo Barbosa (aliás *reimpressão*, pois B. M. só de uma trata) o dito

mapa foi também incluído por Abraão Ortélio no seu «Theatri orbis terrarum», impresso em Antuérpia em 1570».

Da ed. de Roma, com o título de «Tabula Geografica Portugalliae» não se conhece exemplar algum, e aquela reimpressão citada por Barbosa, de 1600, é do atlas de Ortélio. Quanto a ser «mais correcta», falta-nos a edição *princeps* para podermos avaliar em que consiste a correção.

Em relação à edição de Ortélio (1570), tem apenas a mais a escala das longitudes, conservando, porém, a mesma configuração da costa e a mesma linha da fronteira terrestre.

A ed. de 1570 tem só a escala das latitudes e, por sinal, bastante errada. Assim, por exemplo, Lisboa fica colocada quasi a 40°(!) de latitude N., o que só pode atribuir-se ao gravador do mapa e nunca ao «matemático insigne e famoso geógrafo» que, no conceito de Barbosa Machado, era Fernando Álvares Sêco.

Brunet menciona várias ed. do atlas de Ortélio, dos séculos XVI e XVII, mas não dá noticia de tôdas. Não refere, por exemplo, a de 1584 (de Antuérpia), de que existe um exemplar na Biblioteca de Marinha. Nesta ed. ainda serviu a mesma chapa do mapa de Portugal da ed. de 1570. (1)

O mapa de Portugal que figura nas ed. do atlas de Ortélio, de 1570 até, pelo menos, 1584, mede 57,5 cm×34 cm., e tem, num escudete de fantasia, rectangular-oblongo, gravado na própria carta, em cima, à direita, o seguinte:

PORTVGALLIAL QUE OLIM LUSITANIA  
NOUISSIMA & EXACTISSIMA DESCRIPTIO,  
UACTORE VERNANDO ALVARO SECCO

---

(1) — O sr. dr. Xavier da Costa, antigo e ilustre Presidente da Associação dos Arqueólogos e bibliófilo erudito, possui um bello exemplar da ed. *princeps*, de que, por amabilidade sua, nos utilizámos.



Noutro escudete, redondo, gravado tambem, em baixo, um pouco à esquerda, lê-se:

«GUIDONI ASCANIO SFORTIÆ S. R. E. CARD. CAMER. ACHILLES  
STATIUS SAL. LUSITANIAM VERNANDI ALUARI INDUSTRIA DÉS-  
CRIPTA TIBI OB GENTIS NOSTRÆ PATROCINIUM DICAMUS, GUIDO  
SFORTIA: HINC HOMINES INCREDIBILI VIRTUTE AD FELICITATE  
PROFECTI, ÔES ORBIS TERRARÛ PARTES OBITERÛT, AFRICÆ  
MAGNÃ PARTÊM IN PRÓVÍNCIÃ REDEGERUNT: INNUMERABILES  
INSULAS, QUARÛ AUT NÓMEN TANTUM, AUT NE NÓMEM QUIDEM  
VLLUM EXTABAT, PRIMI PATEFECERÛT, IDÊQUE OCCUPANERUNT:  
ASIAM, TERRAM BÉATISS. SIBI STÍPENDIARIAM FECERUNT:  
REMOISS. NATIONES JHESU CHRISTI CULTUM, RELIGIONEM  
QUÊ DOCUERUNT. VALE, ROME XIII CALENDAS JUNIUS. ANNO  
M.CCCCC.LX».

Esta legenda repete-se na edição de 1600, que apenas tem a menos o seguinte: «XIII Calendas Junius. Anno M. CCCC.LX». Nesta ed., em cima, lê-se:

PORTUGALLIÆ QUE OLIM LUSITANIA,  
NOVISSIMA ET EXACTISSIMA DESCRIPTIO,  
AUCTORE VERNANDO ALVARO SECCO,  
ET DE INTEGRO EMENDATA,  
ANNO 1600

Outras 4 edições haverá depois desta, ainda no século XVII  
Do século XVIII (1719?) possuímos um, tambem interessante,  
mapa de Portugal, vestígio ainda do de Alvaro Sêco, como se vê  
da respectiva legenda:

PORTVGALLIÆ EX DESCRIPTIONE  
EXACTISSIMA EDUARDI NONII  
VERNANDI ALVARI SECCI ANTONII  
VASCONCELLI DELINEATA STUDIO  
CHRISTOPHOR WEIGELU

Muito se poderia anotar a propósito do 1.º mapa impresso de Portugal: — sôbre a divisão do território e sua toponímia, sôbre a importância atribuída a certas terras de que hoje quasi se não fala, sôbre terras, mesmo, para nós hoje desconhecidas, como a «Nova Lisboa», assinalada assim por Álvares Sêco, junto a Peniche, possivelmente pela actividade das suas construções navais, só comparáveis às da capital, etc. — mas não é esse, agora, o nosso intuito.

De Fernando Álvares Sêco nada mais se sabe além do que vem na «Biblioteca Lusitana». Pouco é, portanto. Sôbre a sua família algumas notas podemos acrescentar:

Os Secos eram gente ilustre, de origem italiana, milanesa segundo um genealogista do século XVIII. Brasonavam — de prata com um leão de vermelho empunhando na mão direita uma espada de azul, guarnecida de oiro, e uma barra de azul carregada de três rosas de prata, brocante tudo.

Pelo mesmo tempo de Fernando Álvares Sêco, viveu o doutor Pedro Álvares Sêco, que julgamos ser seu irmão. Estes seriam netos e não filhos de um italiano, embora do doutor Jorge Sêco (filho de Pedro Álvares) um nobiliário diga que «era neto de hum Italiano e parente de Fr. Serafino Seco, geral da ordem de S. D.<sup>os</sup>».

O doutor Pedro Álvares Sêco celebrou-se na jurisprudência cesárea, foi do conselho de D. João III e desembargador da Casa da Supplicação. Por ordem del Rei D. Sebastião, fêz, em 1560 (data do mapa), o «Tombo das Rendas e directos do Convento de Tomar e Commendas da Ordem de Cristo». E' tambem obra sua a que se intitula «Do principio da Ordem dos Templarios e da Ordem Militar de Cristo», em 4 tomos in fol., existente na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Este Pedro Álvares, diz um doc. do Santo Officio, foi «que devassou dos primeiros judeus de Tomar onde estava fazendo o Tombo da Ordem de Christo». A Rainha D. Catarina, numa carta escrita de Almeirim, em 1541 dirigida a fr. António de Lisboa, refere-se-lhe, dizendo: «Pero Alvares he já casado com minha criada. E porque hei por certo que haveis de folgar muito, vo-lo

faço saber, e agradeço-vos muito o que neste casamento por vossa parte fizestes» (1).

Dissemos atrás que Fernando Álvares e Pedro Álvares seriam netos e não filhos de italiano, pois já anteriormente, desde o começo do século XVI, havia fidalgos portugueses deste apelido. Assim, um João Sêco, escudeiro, aparece nomeado, em 1521, para a Armada do Estreito, tendo antes estado na conquista de Azamor. Um Duarte Sêco, filho de Jorge Sêco, cônego da Sé de Coimbra, era moço da câmara del Rei, e figura nos registos de 1539 a 1541.

Nos fins do século XVI e no século XVII, de outros Secos dão nota, não só os livros da nobreza, mas também os da bibliografia, honrando as letras pátrias e a sciência: Fr. Tomás Seco, religioso da Ordem Militar de Cristo, em que professou a 4 de Maio de 1578, foi excelente latinista, tendo composto uma «Vida de Santa Elena»; João Sêco, licenciado, é nomeado, em 1570, cirurgião do Hospital de Todos-os-Santos. Um Fernão Seco, que foi da casa da Infanta Dona Isabel. «ouue X b de feur.<sup>o</sup> û 4<sup>cl</sup> deste ano q s(eru)io e o 2<sup>o</sup> e 3<sup>o</sup> 4<sup>t<sup>cl</sup></sup> adiantados por vyr darmada as Ilhas», e «asj Jan.<sup>ro</sup> feur.<sup>o</sup> ao ano de 571 q s.<sup>o</sup> e vaj a India». (*Biblioteca da Ajuda*, 49-XII-24, fl. 164).

Um António Fernandes Sêco, natural de Vila Chã, Seia, foi admitido familiar do Santo Officio em 1607. Tinha então cêrca de quarenta anos de idade. Era filho de Pedro Fernandes Sêco e neto de Gaspar Fernandes, escudeiro, de Oliveira do Hospital. Este ramo de Secos vai também, portanto, ao começo do século XVI. Aquele António Fernandes Sêco teve um filho chamado Luis Álvares Sêco, casado com Margarida de Unhão, moradores em Travanca de Lagos. (*Torre do Tombo*. Habilitações do Santo Officio. *António*, Maço 5. Del. 1881, Idem — *Amaro*, Maço 1, Del. 6).

D. Diogo Sêco, natural da Covilhã, é admitido em 1591, aos 16 anos de idade, na Companhia de Jesus, vindo a ser eminente nas letras humanas e poesia latina, tendo ensinado filosofia teo-

---

(1) Esta interessante carta foi há anos publicada pelo nosso amigo e preso consócio sr. Coronel Garcez Teixeira.

lógica em Roma, em 1616, admirado de tôda a Cúria Romana. Eleito bispo da Niceia, foi nomeado patriarca da Etiópia, morrendo na viagem para o Oriente.

Aquele dr. Jorge Sêco, filho de Pedro Álvares, a que já nos referimos, foi vereador de Lisboa, e morava a Santo Estevam de Alfama. Sua mulher, D. Inês Veloso, era sobrinha de Fr. Francisco Foreiro, que fundou, depois de vir do concílio Tridentino, o mosteiro de S. Paulo de Almada.

Êste doutor Jorge Sêco foi Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda. Na Tôrre do Tombo (Corpo Cronol. Parte III, Maço 20, Doc. 18) existe uma carta del Rei D. Filipe I, de 25 de Janeiro de 1581, «sôbre a jornada que o doutor Jorge Sêco devia fazer a Arzila e formalidade com que devia matar um homem», e uma outra sôbre a visita que fêz aos lugares de África a respeito da guerra, justiça e fazenda.

Do doutor Jorge Sêco foi neto um outro doutor Jorge Sêco de Macedo, clérigo, chanceler da Relação do Brasil, desembargador da Casa da Suplicação, capelão-fidalgo, familiar do Santo Ofício, etc..

Em 1727 vivia em Coimbra um Bento Sêco, que era impressor e familiar da Inquisição daquela cidade, e que devia ter nascido no último quartel do século XVII.

E a árvore dos Secos florescia ainda no século XIX, honrando então o apelido, no campo da sciência, o conselheiro António Luis de Sousa Henriques Sêco, doutor de capêlo, lente da Universidade de Coimbra, que em 1848 publicou um «Manual Histórico de Direito Romano» e, depois, outras obras de reconhecido mérito.

# A RIBEIRA LIMA EPIGRAPHICA

PELO SÓCIO TITULAR

DR. CARLOS DE PASSOS

Do meu vezo de tudo aproveitar em história e sciencias affins (diplomática, ethnographia, epigraphia, archeologia, folk-lore *et j'en passe*), é que posso agóra offerecer-vos algumas inscripções filhadas, por aqui, por além, nos passeios feitos pelas ridentes e ferazes terras do velho e ledó e manso Lima.

A epigraphia é uma das boas sciencias subsidiárias da história, á qual tem prestado proficuos serviços no estudo dos tempos antigos, os das preclaras civilisações orientais e clássicas, comquanto no dos do medievalismo seja sobrepujada pela diplomática; a inscripção cede o logar ao diploma. Essa importancia epigráfica, como é obvio, baixa cada vez mais á medida que os tempos avançam.

De parco interesse é hoje para a história nacional o que pelo paiz haja da arte do cinzel e buril, de documentos com tais apparelhos executados. Todavia, já a história regional ou local não póde nem deve dispensar os monumentos epigráficos que lhe appareçam, mesmo que de mesquinheza padeçam. Ademais, d'um modo geral, é sempre curioso verificar o que a arte popular e a erudita realisaram no campo da epigraphia, pois d'ahi resaltam, além da pericia menor ou maior dos canteiros e pedreiros, ele-

mentos ethnógraphicos. Será, assim, superfluo dizer que ha uma inter-dependencia constante, mais ou menos acentuada, entre as diversas sciencias auxiliares da história.

Das inscrições da Ribeira Lima não consta haver coisa notavel, afóra a ára celtibera de Estorãos (1), salva por mercê dos cuidados intelligentes do seu digno abbade, Padre José Fiuza da Rócha, um dos rarissimos padrês d'estas redondezas que sabem alguma coisa e que para alguma coisa servem com utilidade e dignidade. As que eu amaltei desenfastiadamente, de certo modo comprovam a mesquinharia do género.

São pobrinhas de valor histórico, na verdade, mas nem por isso vá de votál-as ao ostracismo, senão ao desprezo. Como elementos, mes mo minguados, da vida limiana, aqui se devem archivar, sem commentos eruditos, que não se ajustam a tal inventário.

Posto este breve exórdio, sigam as inscrições, porquanto *intelligenti pauca*.

No convento de Val-Pereiras ha tres lápides murais, de granito, em caractéres capitais quadrados (*scriptura monumental*), cravadas no lado interno da parede septentrional, onde se rasga o portão nobre, duas das quais o atalaiam. Estas mantêm-se em bom estado de conservação, mas a outra está quasi toda desfeita, de tal modo os gránulos rochosos têm sido corroídos pelo tempo.

VESTALISDOMUSESTPROCULHINCPROCUL,ESTO,PROFANUS  
TANGEREVEEDIGITOLIMINASACRATIME  
VESTALISVIRGONONCÆCOCARPITUR IGNE  
CARPITUR,UTSERAPHIM,NUMINISIGNECALENS  
ERGOPROFANUSABIPROCULHINC,°COR MANQUE SACRATUM  
NON BENE DIVISUM CUM JOVECAESA RHABET.

(1) «Almanak de Ponte do Lima, 1909, pag. 273.

Traducção (1) *E' o templo de Vesta, longe d'aqui longe  
seja o profano :*

*Tema tocar es sagrados limiares com o  
dedo  
A virgem vestal não se consomme em fogo  
cégo  
Consomme-se, como os seraphins, ardendo  
no fogo da divindade  
Portanto, profano, vai para longe d'aqui,  
porque Cesar não tem  
Bem repartido com Jupiter o coração con-  
sagrado.*

IGNECALENTSERAPHIMSERAPHIMQUOQUEDOGMATACALLEM  
CALLEQUIBUS ◦ TUTO-NUMINA ◦ SUMMA ◦ COLANT ◦  
HOC ◦ CALLE ◦ AD ◦ COLLEM ◦ SUPREMUM ◦ ASCENDITUR ◦ ILLUC  
VALLEEX ◦ HAC ◦ VIRGOSCANDEREQUAEQUEVALET  
ERGOSIASTRIFERUMVISCOLLEMASCENDEREMUNDO  
HACDICVALLEVALETUGOLEVALLEDEUM

Traducção (2) *Ardem em amor seraphico os que amam o retiro e  
juntamente a religião e por isso sobem ao cume.  
Os que sobem ao outeiro supremo e d'ahi desappa-  
recem, são substituidos pelas virgens.  
Portanto, quem quizer subir ao outeiro astrifero diz  
adeus ao mundo e só pensa em Deus.*

(1) Obtida pelo dr. Antonio Martins Barbosa, actual proprietário do con-  
vento.

(2) Realisada pelo illustre bibliotecário da Bibliotheca Pública do Porto  
S hor José Maria da Costa.



\*

Assente na parede-suppórte da escadaria lançada ao terreiro ha uma pedra gravada e ornamentada ao redor, de superficie convexa (1):

O consilheiro Manoel  
 Eleuterio Malheiro  
 E sua Irmã D Erme  
 Linda Genobeva  
 da Rocha Malh  
 eiro mandarão  
 fazer este patio  
 em 1849

\*

Abandonada no terreiro existe outra pedra, semelhante á anterior na superficie e na ornamentação, a qual, decerto, teve logar de destaque:

a

Ad angustias redctum  
 Reddituum q subti actione de  
 Pressum fide talem erga deum intr  
 Epida extobitur hanc porticum  
 Egregium monasterium abbat  
 Iussante praeclarissima  
 Dd anna M joseph  
 Arcobrigensi anno do  
 Mund 1753

(1) Filhos do tabellião Dias os seus authores e sógra de Joaquim Perestrello, da notavel familia dos Perestrellos de Fonte de Lima (vid. *Estrangeiros no Lima*, I, 122), a dita D. Genoveva.

Tradução (do sr. José Maria da Costa, supracitado):  
*No anno do Senhor de 1753 foi levantado este pórtico, n'este egregio Mosteiro abbacial, por ordem da Senhora Dona Anna Maria José, natural da villa dos Arcos, levada pela sua fé religiosa, pela estreiteza da antiga entrada e á sua custa.*

\*

Na residencia parochial de Sá vê-se uma lápide encaixada na silharia da parede oriental, de caractéres capitais quadrados, medindo 0,91 × 072:

DOMVM·ADRESIDĒ :  
 TÍAM·PAROCHORV̄·  
 RECTOR·ANTONÍVS·  
 DEARAVIO·NOVÍTER·  
 ERÍGÍ·CVRAVÍT·SVMP=  
 TÍBVS·VTRÍVSQVE·BE·  
 NEFÍCÍÍ·ANNO·DNÍ :

1695

Tradução: *O reitor Antonio de Araújo teve o cuidado de reedificar esta casa para residencia dos párochos com os rendimentos dos dois beneficios (1).*

\*

A' beira-rio, no logar da Passagem, freguezia de Moreira de Geraz, levanta-se um marco ou padrão gravado pelos lados do norte, nascente e poente, relativo ao custo do barco no serviço da travessia do rio. Caractéres capitais rusticos, superficies ásperas. Devéras interessante e útil como documento ethnográfico, tanto mais quanto raro.

---

(1) Na paróchia de Sá havia dois beneficios : um com cura e outro sem elle.

O  
 CONIC. DE IERAS  
 TAIXA9VPEDEV  
 PMLPVAR OS V  
 AR9VEIROS DO BA  
 R (ODAPASAJE  
 LEVARAM DE MAIOTE O VLT  
 MODEOVTVBRO PORCA  
 DA PESOA SINC O REIS PO  
 RCADABESTA HVM VIN  
 TEME PORCADACABESAD  
 EGADO DES REISE PORCA  
 DAIUNTA DE GADO E CARO  
 SINCO ENTAREISE CADA  
 LETEIRA E MACHOSSINC  
 O ENTAREISE DE S O PRIM O

OSDOC

ONC O

SEGAR

DESEUS

UZOSAN

TIGOSQU

EHENAO

PAGAR

NADA

PR. DE NOB  
 ENBRO TE  
 E O FIM DE  
 ABRIL LEV  
 ARAO PORC  
 DA PESOA D  
 ES REIS POR  
 CADA BEST  
 VINTEM P  
 OR CADA JV  
 NTA DE GA  
 DO E CARO  
 SASENTAR  
 EIS E PORCA  
 DA LETEI  
 RA E MACH  
 OS O MESM  
 O + ANN  
 DE 1742

\*

No fontenário encravado no paredão do jardim da casa de Nossa Senhora d'Aurora, hoje sem água, ornamentado, cuja pia parece ter sido aproveitada d'um túmulo medieval, objecto abundante n'esta córda minhota, lê-se a meio dos ornatos :

ESTA AGO A HE DESTA QVI  
 NTADENS DA AVRORA  
 DODZ<sup>OR</sup>IOA O DESASO  
 TOMA IORQSO QVANDO  
 LHESOBRRARDARA  
 AO POVO

\*

O cruzeiro da carreira de Santo António, na Ponte da Barca, offerece tambem uma inscripção, gravada na base, lado poente,



Mais abaixo, em S. Bartholomeu, tópa-se outro cruzeiro, pertencente ao mesmo calvário, medindo 2<sup>m</sup> × 0,19, letra capital quadrada:

7  
P<sup>Δ</sup>  
330  
POR  
TAIV  
DICI  
ARIA  
AQUI  
CAHI  
OOS  
NOR  
SEGV  
NDA  
VES  
COM  
ACRV  
S<sup>Δ</sup>

Cravada na silharia do portão da Casa da Lage, em Sá, que foi do notabilissimo Conde da Barca, apresenta-se-nos a inscrição seguinte, lettra capital quadrada:

MANDÓFAZERD, VI OL. PR. P<sup>O</sup>  
 BR<sup>A</sup>DEBARROSCAZADACÕ.  
 TRISTAOPR<sup>A</sup>DEAREAZEVEDO  
 ANNODOMINI1714

\*

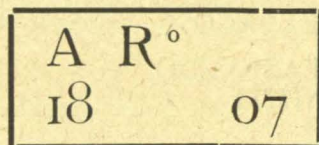
Na frontaria da egreja de Sá ha outra, simulando um diploma desenrolado e seguro por tosca mão:

FOI FEITA COM O PRODV-  
 TO D'ESMOLAS DOS DE-  
 VOTOS DO S.<sup>R</sup> DA SAVDE  
 SENDO DOS PRINCIPAES  
 D'ELES O R<sup>DO</sup> M<sup>EL</sup> FR<sup>CO</sup>  
 DIAS SENDO JVIS O R<sup>DO</sup>  
 GON<sup>CO</sup> ANT.<sup>O</sup> DA S.<sup>A</sup> TOR-  
 RES. SECRET.<sup>RO</sup> JOZE  
 THONAS DA COSTA LIMA  
 PROC<sup>OR</sup> ANT.<sup>O</sup> JOSE P.<sup>TO</sup>  
 THEZ.<sup>O</sup> ORD.<sup>O</sup> ANT.<sup>O</sup> JOZE  
 DA C.<sup>A</sup> ABB. DESTA FRG<sup>A</sup> E  
 ZELADOR P<sup>E</sup>. FR.<sup>CO</sup> JOZE DA  
 CRVS. 1863 a 1864

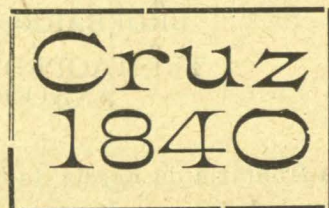
MESTRE GOIOS

\*

Em marcos divisórios de bouças tambem se encontram, indicando os nomes dos proprietários e as datas de collocação. O primeiro está na coutada dos Lumiães (Sá) e o segundo no logar da Capella (Sá), aquelle em capital quadrada, o segundo em cursivo:



(Araújo)



\*

No logar do Rego d'Azar (1), freguezia de Santa Comba, a encimar o portão d'uma casa e circumscripta por duas linhas circulares, uma d'ellas ondulada, fica a seguinte, letra capital quadrada:



\*

(1) Logar d'uma lendária batalha entre o Conquistador e tropas leonezas.

Tambem é epigraphado o cruzeiro de Nossa Senhora da Conceição, fronteiro á capella d'essa invocação, em Moreira do Lima, no pedestal, de 0,84 × 0,63 :

RO  
 ESTECRVZ  
 DENSDA  
 CONCSE  
 FESNOA  
 NNODE  
 1707

O cruzeiro da Senhora das Dôres, perto do adro da igreja de Moreira, tem tres inscrições no seu pedestal. Letra capital quadrada. Eil-as:

◊ S ◊ E ◊ CRVZR ◊ SERED  
 IFICOV ◊ COM ◊ ESM  
 OLAS ◊ DA FRG ◊ SEN  
 DO ◊ AB ◊ DO ◊ R ◊ BRAS ◊ L  
 OVR ◊ AFONC ◊ A ◊ EPR ◊  
 ME ◊ L ◊ FRZ ◊ ERAI744

△P<sup>o</sup> △S<sup>o</sup> △F

△J △R △F △A △ 1744

◇S△E◇CRVZE  
 ROFEZF<sup>CO</sup>PRA  
 PAD<sup>RO</sup>INSL<sup>DV</sup>DIG<sup>RA</sup>  
 1607

\*

Adentro da villa de Ponte de Lima, registo quatro inscrições em capital quadrada, na padieira da porta lateral da Casa das Peireiras; em capital rústica, na casa da Camara e na Porta Nova (a da torre da cadeia); em gótico, na ponte.

A primeira reza o seguinte :

COM VERDADE SEM TOMAR O ALHEIO  
 VIVEI SEMPRE COM O SANTO TEMOR DE DEOS

A segunda abrange duas lápides, uma de cada lado da pórt. Tanto ella como a terceira (a da Cadeia) contêem o mesmo texto, pois uma é duplicado da outra, o qual é o da consagração do reino á Virgem da Conceição, realizada pelo senhor rei D. João IV nas côrtes de 1646. Todavia, só em 1654, aos 30 de junho, foi ordenada a collocação nas pórtas de todas as terras do reino, da lápide comemorativa do facto. De sobejo é conhecida, pelo que se não transcreve-

A quarta fica sobre o primeiro arco da ponte (1) e constitue a próva da sua fundação (2). Já foi reproduzida tres vezes — a 1.<sup>a</sup> por João Pedro Ribeiro, o pai da diplomática nacional (3), a 2.<sup>a</sup>, por Camillo (4), e a 4.<sup>a</sup> no *Almanak de Ponte de Lima* (5). A despeito d'isso, renóva-se a transcripção, já por ficar melhor servida esta collectânea, já porque no *Almanak* saiu truncada e incompleta. Convem dizer que Camillo implicou com a licção de mestre Ribeiro, declarando-a errada na data — o que é verdade. A inscrição marca 1397 e Ribeiro apresenta 1387 (6):

Rei nãt o mui nobre Rey Dom Pedro  
na era de mil et CCC. LXXXXVII anos  
mandou cerquar esta vila e fazer  
estas tores per Alvar Paes que era  
seu coregedor e começaram a britar  
a pedra VIII. de março e começaram  
a fundar III. dias de ju..o.

\*

Do fundo do chafariz d'esta villa, ha annos, foi retirada uma lápide partida, de 2<sup>m</sup>,02  $\times$  0,54, gravada em quatro linhas, em characteres capitais rústicos. Está agora encravada no muro de supôrte da rua do dr. Antonio de Magalhães:

TODA A PEOA CE ACHAR LAV  
ANDO OVBORANDO COUZAS INMVNDAS  
NESTES CHAFARIZES E PELA PR.<sup>A</sup> VESSO  
E 3 DIAS DE CADEA PELA SEGVNDA A PENA EN DOBRO

\*

(1) Foi ignara e indignamente, sem respeito pelo valor archeológico e monumental da ponte, soterrado, por causa do alargamento do largo ribeirinho, obra com pretensões grotescas d'avenida. Vitupere-se a Comissão Administrativa da Camara do presente anno.

(2) Esteve antes sobre o arco da Torre Velha.

(3) Dissertações I, 379.

(4) Narcóticos, II, 295.

(5) Anno de 1907, 118.

(6) Mercê das fúrias modernistas e da misera ignorancia e lazeira mental dos empregários de obras disparatadas, foi retirada do local onde esteve, durante seculos, naturalmente para substituir o nome de D. Pedro I pelo dos portentosos insignificantes das ditas obras. A immortalidade é o condão dos homens illustres.

Na igreja de S. João da Ribeira, no interior e na parede norte, existe uma inscrição, que abrange duas lápides, caracteres capitais quadrados:

OTOBODASTERASDESTA  
 IGREJA  
 ESTAREGISTADOENBRAG  
 ANO  
 LIVR° Z° DÒTR°GERALDO  
 STOB°S  
 ASFOLCXXNNOMDXCIF°TR  
 A)°

\*

Em Sá, na base do cruzeiro do adro, lê-se a data de sua fundação.

°CRVZEIRO  
 °FETOERA1613

\*

Em Brandara, na capella do Bom Jesus de Canadello (1), hoje na posse do senhor Eleutherio Perestrello, cõrre a seguinte inscrição á volta da porta principal, gravada nas aduelas do arco, em caracteres capitais quadrados:

ESTA CAPELA MANDOV FAZER BERTOLOMEV  
 LOPES CERQUEIRA ABADE DESMDELABRVIOERADE  
 E 1601

No logar das Necessidades, de S. Pedro d'Arcos, ha umas *alminhas* bem installadas n'uma pequenina capella, sem pórtas, mas

(1) Outrora Canidello. Consta que era foreiro do Bom Jesús de Braga (infórme obsequioso do rev.º Araújo Calheiros).

com uma ampla janella gradeada. A parede do fundo é occupada, não no total, por dois nichos — no superior descança a imagem de Nossa Senhora das Necessidades, em pedra pintada, tendo ao lado um *ex-voto* pintado, constante d'um veleiro, com a legenda:

Milagre que fiz  
N. S. das Necessidades  
A Manuel de Matos  
Da Freguezia de  
Esturans

e no inferior estão representadas as chamas infernais a abrasar os peccadores, entre os quais não faltam, segundo a praxe, um bispo, um rei e dois padres, o que significa que a justiça divina não distingue cathogorias humanas.

Por baixo d'este nicho, sobresáhe uma pedra tendo gravada a data:

△ ANNO DE 1728 △

Na empena da capellinha pousa uma cruz sobre uma peanha e n'esta lê-se a legenda:

MANDO  
V FAZER  
O LD° ANT.° DA  
COSTA E AMORI

Este liceneado deve pertencer à familia dos Morins (Amorins) de Fontão, cujo morgadio e cuja torre desapareceram, estando hoje sua representação na casa de Bertianos.

A torre, segundo a *Corographia* do Padre Carvalho, foi comprada pelos senhores da Casa da Lage, de S. Pedro d'Arcos, que para lá a mudaram. Esta nobre casa está hoje, infelizmente, na pósse d'estranhos, embora existam os seus legitimos representantes.

Os Morins ligaram-se aos Passos Figueirôas pelo casamento de D. Antonio de Amorim Pereira, fidalgo da Casa Real, commendador de Christo e mestre de campo, com D. Marianna de Figueirôa e Souza, filha de Francisco Barbosa Figueirôa, governador de Caminha, cavalleiro de Christo (*Espelho genealogico*, do irmão do Cardeal Saraiva e *Nobiliário* do abbade de Perozello). Ligaram-se tambem com os Peçeiros de Bertianos pelo casamento d'uma neta dos sobreditos, Ignez de Lencastre Cesar, com Gonçalo Pereira da Silva e Souza.

\*

Eis a legenda da fundação da capella de Nossa Senhora da Esperança, logar da Barrosa, Lanhezes, gravada no frizo do entablamento :

O P.<sup>e</sup> FRANCO ALZ FRANCO FEZ ESTA OBRA

\*

Na capella de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Penha de França, d esta villa, fundada em 1613 por João Lourenço, existe uma lápide commemorativa. Está no pavimento, sendo, porém, evidente que a retiraram do logar adequado, demais que a cortaram nos lados para adaptação ao actual assento :

....VDFARRERIOAM...  
 ....ONAE.D.1613.

\*

Duas inscrições em lápides elipticas, emolduradas com pompa, tendo, cada uma, oito volutas sêrvindo de garras, em caracteres capitais quadrados. Estão assentes aos lados do portal da fachada da capella de S. Vicente de Ferrer, da casa da Boavis-

ta, de Araújo e Azevedos, de Moreira do Lima, a qual jaz presentemente no monte de Santa Magdalena, sobranceiro á villa de Ponte de Lima, para onde foi transportada, por compra, em 1926. A capella é renascença baroca, com influencias orientais, pelos seus pináculos, que são frequentes n'estas redondezas.

HOCTEMPLUM

S.VINCENTIFERRERIN

LUSITANAPRIMUMABER

NARDÍNOAZD°GAMA

EDFICATUNANO1735

ADMIRABILIS

DEUSINSANCTIS

SUISSEDINUIN

CENTEFEERRER

ADMIRABILIOR

\*

Eis outra lápide referente a águas, collocada na ponte d'uma casa do largo da S.<sup>a</sup> da Lapa, da villa, em caractéres capitais quadrados:

1764

FONTE QUE AO PUBLICO FACVLTA

ANTONIO DE OLIVEIRA REGO EMQUANTO

ELLE E SEUS HERDEIROS QUIZEREM

\*

Existe na capella románica de Santa Eulalia de Refoyos de Lima um arco-sólio com uma legenda de bastarda composição alphabetifórme, pois é um mixto de oncial, semi-oncial e capital cursivo maiúsculo. Reproduziu-a, no seu livro interessante *Egrejas e Capelas Romanicas da Ribeira Lima*, o ilustre archeólogo P.<sup>o</sup> Aguiar Barreiros, mas com a sua leitura gravemente errada, porquanto não só leu *esto* por *Estevão*, sendo *isto*, como omittiu as palavras em abreviaduras S◁Lco = Estevão Lourenço, etc.

Note-se ainda que o desenho do livro não é rigoroso, não copia exactamente a inscripção, antes a apresenta deturpada.



ALGUMAS VILAS, IGREJAS E CASTELOS  
DO ANTIGO PRIORADO DO CRATO  
(CRATO-FLOR DA ROSA-AMIEIRA)

*Conferência realizada na noite de 6 de Junho de 1929  
na Associação dos Arqueólogos Portugueses*

PELO SÓCIO

TUDE M. DE SOUSA

Ao entrar pela primeira vez nesta velha Casa como membro da ilustre Associação que aqui tem a sua sede, eu devo, com os meus melhores cumprimentos, agradecer a V. Ex.<sup>as</sup> a honra que me deram, honra bem pouco merecida, de permitirem que o meu nome pudesse ser aqui inscrito ao lado de tantos nomes, todos ilustres pelos seus méritos, alguns de entre os mais altos das sciências e das letras de Portugal.

Apagado, como tenho vivido sempre, no cumprimento de várias junções oficiais, fora do mundo e das publicidades em que as pessoas se fazem conhecidas, mal se terão apercebido dos meus pobres trabalhos os estudiosos que pelo conhecimento das velhas tradições e pelos ferverosos encantos da etnografia se interessam. De forma, que só a muita bondade do meu querido amigo e distinto presidente desta Associação, Sr. Dr. Possidónio Laranjo Coelho, propondo-me para sócio da benemérita Associação dos Arqueólogos e a muita generosidade de V. Ex.<sup>as</sup>. aceitando como boas as referências que ele me faria, explicam e justificam a minha presença hoje neste tão alto lugar.

Para S. Ex.<sup>a</sup>, pois, e para todos V. Ex.<sup>as</sup> vão mais uma vez os meus maiores agradecimentos.

\*  
\*   \*  
\*

E, já que aqui me encontro e a oportunidade se me oferece, pedirei licença a V. Ex.<sup>as</sup> para lhes tomar um pouco do seu tempo, permitindo-me que lhes fale de algumas vilas, igrejas e fortalezas do antigo priorado do Crato, por todas as quais passou o génio patriótico e guerreiro de Nun'Alvares e sob cujos tectos se alojou o grande português, cuja alma de Santo paira ainda sôbre estas ruínas venerandas, do convento e igreja onde se acolheu á paz de Deus nos restos da sua vida.

A história do Priorado é uma grande página da história de Portugal, que eu nunca teria competência para fazer: limitar-me-hei, por isso, a falar do Crato, da Flor da Rosa e mais demoradamente de Amieira, a minha terra, em cujo castelo, que ainda lá se levanta com magestade, morreu o pai do Condestavel, que o havia edificado.

Nas minhas notas pouco ou nada direi de novo para V. Ex.<sup>as</sup>, mas elas servirão de motivo para dar notícias do paradeiro de um interessante códice dos princípios de século XVII, da autoria de Pedro Nunes Tinoco, architecto de Sua Magestade e do Priorado do Crato.

Pedro Nunes Tinoco, nomeado em 1604 aprendiz de architectura, foi nomeado em 1624 architecto das igrejas de S. Sebastião e de S. Vicente de Fora, de Lisboa; reedificou o convento de St.<sup>a</sup> Clara, também de Lisboa, mas de que já não ha vestígios, por ter sido destruido pelo terramoto de 1755, e foi diferentes vezes a Coimbra, entre os anos de 1622 e 1627, realizar obras no mosteiro de Santa Cruz, tendo-lhe sucedido em 1641 seu filho João Nunes Tinoco nas obras da igreja de S. Vicente. (1)

---

(1) — *Diccionario dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, por Sousa Viterbo.

Antes de tudo isto, porém, já em 1615 êle fôra mandado visitar para efeitos de obras de que carecessem, todas as igrejas e vilas do Priorado do Crato, sendo o códice de que trato, que foi concluído em 1620 e entregue em Janeiro de 1621, o resultado dos seus trabalhos.

É um volume de 28 folhas de desenhos e de um relatório originaes, perfeitamente conservado, que, a meu ver, deveria estar na Torre do Tombo, ao lado do Livro de Duarte d'Armas, embora menos valioso do que êle, ou na Biblioteca Nacional.

O velho Crato, apertado dentro das suas muralhas; o primitivo paço e castelo prioral da Flor da Rosa; o velho castelo de Amieira e tantas outras povoações e monumentos, só ali encontram agora a única documentação sobrevivente e indicadora do que todos fôram em edades já distantes.

Quanto à história do livro, pertenceu êle à livraria do marquês de Castelo Melhor, de cuja venda passou á do bibliófilo José Maria Nepomuceno, desta passando por compra em leilão, onde teve o N.º 2,036 do catogo, à do falecido conde do Ameal

Feito o leilão desta livraria no ano de 1924, foi o livro, que no respectivo catalogo tinha o N.º 2,757, na secção de manuscritos, comprado pelo Sr. Josua Benoliel para um livreiro de Londres, (1) pela quantia de 500\$ escudos, vindo a ficar por 550\$00. com o encargo de 10 „1º sôbre a importância da venda.

Nêle licitou o Sr. Carlos Simões, conservador da biblioteca do Instituto Superior de Agronomia, não podendo, porém, adquiri-lo. Mas, convencido de que era em Portugal o seu lugar e porque êle falava de Sernache do Bomjardim, conseguiu que um filho desta terra, o falecido Dr. Abílio Marçal, director do extinto Instituto das Missões Coloniaes, ali instalado, se interessasse pela sua aquisição para a biblioteca do referido Instituto.

E, de factô, tão bem encaminhadas fôram as negociações directamente com a livraria inglesa, que o Instituto adquiriu dela o manuscrito pelo custo de 1.500\$00 escudos.

No Instituto, ou melhor, no actual Colégio ou Seminário Religioso de Missões Ultramarinas de Sernache do Bomjardim êle se

---

(1) A livraria Maggs Brothers.

encontra e dali, repito, me parece, êle deveria ser tranferido para Lisboa.

\*  
\*   \*  
\*

Comquanto a doação feita á Ordem do Hospital da extensa faixa de territórios onde o Crato assenta, bem como os começos do seu povoamento pela mesma Ordem viessem já de 1252, dos tempos de D. Sancho 2.<sup>o</sup>,<sup>(1)</sup> só muito mais tarde, depois que o Prior D. Fr. A'lvares Gonçalves Pereira, tendo edificado, por 1356, os paços e castelo da Flor da Rosa, perto do Crato, ali se fixou, é que o Crato ficou sendo a séde ou cabeça principal da Ordem em Portugal.

Porque a doação fôra feita com o encargo de formação de povoado e de construção de castelo para sua indispensavel defesa, deu-lhe, pouco depois o Prior do Hospital uma primeira carta de foral, em que se compendiam as regalias e privilégios á nascente vila concedidos.

No entanto, a séde dos hospitalários que fôra primitivamente no convento de Leça, perto do Porto, e que dali passara para Belver, onde já estavam em 1211, á data da morte de D. Sancho 1.<sup>o</sup> tendo já ali o seu castelo,<sup>(2)</sup> transitou com D. Frei A'lvares Gonçalves para a casa da Flor da Rosa, ficando assim lançada a base do grande senhorio que deveria vir a chamar-se mais tarde o Priorado do Crato e, cuja importância e valor tanto haviam de vir a pesar depois na vida do país.<sup>(3)</sup>

(1) — Alexandre Herculano — *História de Portugal* vol, 4.<sup>o</sup> pgs 259 da 8.<sup>a</sup> edição — José Anastácio de Figueiredo *Historia da Militar Ordem de Malta* vol, 1.<sup>o</sup> pgs. 441 e seguintes (Lisboa 1800)

(2) José Anastácio de Figueiredo Idem — Vol. 1.<sup>o</sup> pgs. 59 e 204

(3) — D'z Fr. Lucas de Santa Catarina (*Memorias da Ordem Militar de S. João de Malta*), — Lisboa 1734 — pgs. 225) que o primeiro prior do Hospital que se intitulou prior do Crato foi D Fr. A'lvares Gonçalves Pereira, que já na batalha do Salado, em 1340, apparecera com este titulo, arvorando o Santo Lenho da Vera Cruz de Marmelar; posteriormente José Anastácio de Figueiredo (vol. 3.<sup>o</sup> pgs. 47 e seg.) contesta, dizendo que tal designação só apparece mais tarde em documentos officiais, sendo até então os priores, apesar de terem a sua residência no Crato (Flor da Rosa,) chamados priores do Hospital.

D. Fr. A'lvares Gonçalves, entrou na Ordem aos 18 anos de idade, tendo nascido, provavelmente, em 1287 ou 88 e tendo sido elevado à dignidade prioral em 1336, ano em que, por meados de Maio, faleceu o prior D. Fr. Estevão Vasques Pimentel, seu tio-avô, a quem ele sucedeu. Teria então 48 ou 49 anos. Quando ele tomou parte com a sua gente na batalha do Salado, que foi em 28 de Outubro de 1340, arvorando o Santo Lenho da Vera Cruz do Marmelar, deveria ter 52 ou 53 anos e mais de 90 à data da sua morte. (1)

Ao priorado do Crato pertenciam as vilas de Crato, Gáfete, Tolosa, Amieira e Gavião no Alentejo, e Belver, Envendos, Carvoeiro, Proença-a-Nova, Certã, Pedrogão Pequeno, Oleiros e A'lvares na Beira Baixa, sobre as quais o Prior exercia o domínio absoluto, espiritual e temporal, tão altamente considerada sendo a dignidade prioral, que tal cargo era provido sempre e só em pessoas da mais alta consideração e estirpe.

---

(1) «O Nobiliário» do Conde D. Pedro diz que Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga e pae de D. Fr. Alvaro o fez sendo ainda estudante em Salamanca e sem ordens. Ora, D. Gonçalo tomou as primeiras ordens em 1287 e as restantes em 1288. Quanto à idade, não é crível que ele fosse prior aos 18 anos, apesar da redacção ambígua do *Nobiliário* que lhe dá ao tempo aquela idade, dizendo que os Cavaleiros da Ordem onde ele desde a sua entrada adquirira as maiores simpatias «... o elegerom em Prior despois morte do Prior D. Estevão Vasques Pimentel sendo de idade de dezoito anos.» O que é de acreditar é que ele entrasse na Ordem aos 18 anos (1305 ou 1306). José Anastácio de Figueiredo, vol 2.º pgs. 356 e 384 e volume 3.º pgs. 49) —

Oliveira Martins na *Vida de Nun'Alvares*, (pag. 9,) reportando-se á *Chronica do Condestabre*, diz tambem que Fr. A'lvares foi feito Prior aos 18 anos. Se ele fosse eleito Prior aos 18 anos, em 1336, teria apenas 64 anos em 1382, dado que ele morresse neste ano, o que não condiz com a tradição de ter morrido muito avançado em anos, nem com o cognome de Prior Velho que lhe era dado. Alem disso, no velho romance histórico o *Balio de Leça*, por Arnaldo Gama, diz-se que em fim de Outubro de 1324 D. Fr. Alvaro Gonçalves Pereira, apresentado em companhia de seu tio, o Prior D. Estevão Vasques Pimentel, teria 35 ou 36 anos, o que anda em harmonia com as datas acima citadas.

O Sr. Dr. Julio Dantas no livro *Patria Portuguesa* (Lisboa 1914,) pag. 79, dá a Fr. A'lvares Gonçalves a idade de 30 anos à data da batalha do Salado o que de maneira nenhuma pode ser, sabido que ela teve lugar em 1340, ou seja 4 anos depois da subida de Fr. Alvaro, á dignidade de Prior.

Dali por deante a história do Crato liga se por muito tempo intimamente á história da Ordem de Malta e á do seu priorado em Portugal, vindo a ser uma vila das de maior importância, e tanta, que dois monarcas — D. Manuel e D. João 3.<sup>o</sup> — a escolheram para a celebração dos seus casamentos e uma rainha — D. Leonor, viuva do rei D. Duarte — nêle se refugiou quando, na lucta com a nação que não aceitava a sua regência na menoridade do filho, querendo que nela fosse investido o infante D. Pedro, ela se acolheu na véspera de Todos os Santos á protecção e defesa do dedicado e certo partidário que era o Prior do Crato.

Nesta altura, certificado já o infante D. Pedro por cartas do Prior apreendidas, de que se pretendia meter gente d'armas de Castela e abastecer as fortalezas do Priorado, fomentando cada vez mais a guerra civil, resolveu toma-las a todo o custo.

Então, a rainha e o Prior, que era D. Fr. Nuno de Góios, que por si e cuja família não gosavam de grande reputação moral, <sup>(1)</sup> e outros fidalgos, perdidas todas as esperanças, fugiram para Albuquerque na noite de 28 para 29 de Dezembro de 1440, deixando a defesa da vila a Gonçalo da Silveira, que, pedindo tréguas por dez dias, a veiu por fim a entregar, depois que a rainha e o Prior, vista a impossibilidade de o socorrerem, a isso o aconselharam.

Por este tempo, como diz Oliveira Martins, «o Crato era um desses velhos castelos fronteiros levantados num mar de charnecas desoladas por séculos de combater incessante. O ferro e o fogo tinham talado sem piedade as planícies e só de longe podia vir o mantimento». <sup>(2)</sup>

---

(1) — O Prior D. Nuno Gonçalves de Góios teve seis filhos de Beatriz Gonçalves, mulher solteira, que todos foram legitimados. — «*Pelo que ao menos entre outras boas reflexões que se fizeram á rainha para se voltar a sair do Crato para outras terras do Reino, era o ter ela posto a sua honra, o seu estado e sua honestidade em poder do Prior e de seus filhos que não tinham no Reino fama de honestos*». (José Anastacio de Figueiredo = vol — 3.<sup>o</sup> pgs 36.)

(2) — «*Os Filhos de D. João 1.<sup>o</sup>*» pgs. 300 (Lisboa 1891)



Era uma povoação fechada. As muralhas, com suas torres de onde a onde, haviam sido construídas por este Prior D. Nuno de Góios, que lhes reedificara também o castelo, dentro do qual havia espaçosas e independentes aposentadorias para o governador da praça e ouvidores e corregedores da comarca, acolhendo também em si, em ocasiões de necessidade, muitos oficiais e outras gentes militares. E igualmente nele fizera uma grande torre, havendo nas muralhas duas portas para serventia de todo o recinto fortificado chamadas de *Alter* e do *Convento*. (1)

Este estado de coisas devia ser o mesmo que o architecto Pedro Nunes Tinoco desenhou no primeiro quartel do século XVII em 1620, e que vem reproduzido no seu código, nêle se vendo intra muros as igrejas, que devem ser a matriz e a da misericórdia, e fora deles o convento de Santo António, onde agora é o hospital, e algumas das ermidas dos arredores, umas ainda existentes e outras desaparecidas: Santo Amaro, Espírito Santo, S. Pedro, a mais antiga das igrejas daqueles sítios e que a tradição dizia ter sido matriz, Santo André, e S. Gregório, nos olivais da vila, a todas as quais se refere Fr. Lucas de Santa Catarina na descrição que fez do Crato, outras havendo ainda, como as de S. Sebastião, administrada pela Camara, a de S. Miguel e a de S. Bento. (2)

Tomado o Crato e retirando-se para Abrantes o Regente, entregou-o êle a seu irmão, o infante D. João, dando ao mesmo tempo, em nome de el-rei, o Priorado a D. Henrique de Castro, filho de D. Fernando de Castro, homem rico e nobre, governador da casa do infante D. Henrique e depois a D. João de Ataíde, por cuja morte o houve mais tarde D. Vasco de Ataíde. Estavam então entregues os castelos do Crato, Amieira e Flor da Rosa, respectivamente, a D. Alvaro de Castro, a D. Pedro Rodrigues de Castro e a Martim de Oliveira, que, por ordem de carta datada de Leiria aos 19 de Junho de 1441, os entregaram ao referido D. Henrique de Castro, cobrando recibo da sua entrega. (3)

(1) — José Anástacio de Figueiredo — vol. 3.º, psg 44, nota

(2) — Fr. LUCAS DE SANTA CATARINA *Memorias da Ordem Militar de S. João de Malta*, pgs. 245.

(3) — TORRE DO TOMBO - Chancelaria de D. Afonso 5.º — L.º 2.º fis 86, v.º

Antes de tudo isto, porém, já o Priorado, ou melhor, o Prior e com êle o castelo do Crato e muitos outros, se haviam colocado pelos lados de Castela naquela nefasta hora em que a rainha Leonor Teles, viuva de D. Fernando, se meteu em luta contra os sentimentos patrióticos da nação, que não queria cá intrometido o governo de Castela, onde sua filha era rainha pelo casamento.

Com a rainha estavam o Prior Pedr'Alvares com seus irmãos Diogo e Fernão, todos irmãos de Nun'Alvares, e com eles, entre o Tejo e o Guadiana, as fortalezas de Arronches, Alegrete, Castelo de Vide, Crato, Monforte, Campo Maior, Vila Viçosa, Portel, Moura, Nondar, Mértola e Almada.

De nada, porem, valeram estes e outros recursos de que dispunham contra a vontade da nação, pouco demorando que uns se voltassem para o bom caminho e que outros se submetessem perante os factos consumados com a proclamação de D. João 1.º nas Côrtes de Coimbra, como Senhor e rei de Portugal.

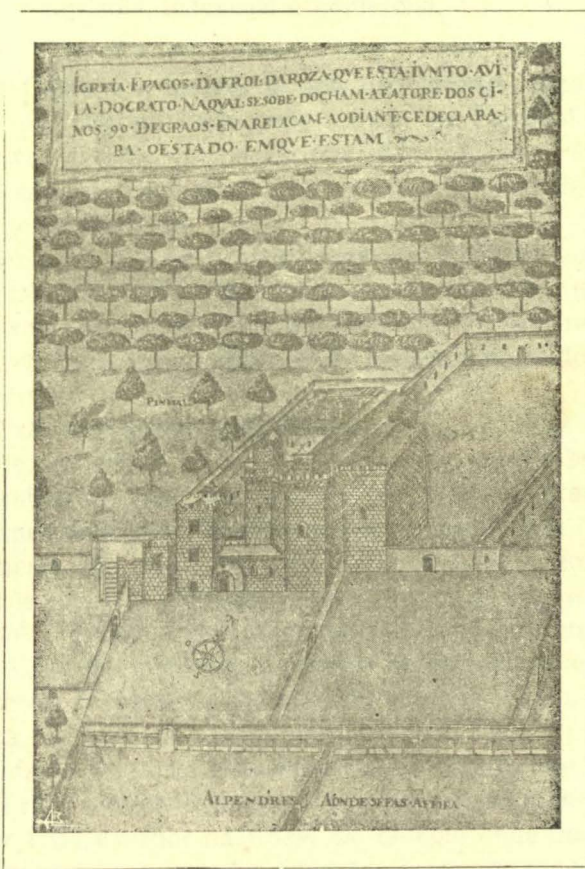
Em 1662 voltou o Crato a estar em evidência com o cerco que lhe fez D. João d'Áustria, o qual, pelas suas grandes forças o tomou, vencendo a valorosa e desproporcionadamente pequena guarnição dos portugueses e mandando enforcar o governador André d'Azevedo e o seu imediato, o sargento-mór Gonçalo Gonçalves Chaves.

Então, as forças invasoras exerceram toda a qualidade de violências sobre as pessoas, a maioria das quais fugiu espavorida, e sobre as propriedades, saqueando, arrasando e incendiando, no que se perderam elevados valores materiais e históricos, compreendido nestes todo o arquivo do priorado, no qual, no dizer de Fr. Lucas de Santa Catarina, «perdeu a história os mais individuaes documentos e a vila os maiores brazões da sua antiguidade», (1) perdidas estas agravadas ainda, mais tarde, em Lisboa, com o terramoto de 1755, onde a Ordem já tinha os seus arquivos, que de todo se queimaram. (2)

---

(1) - Fr. LUCAS DE SANTA CATARINA — *Memorias da Ordem Militar de S. João de Malta*, pgs 241.

(2) - JOSÉ ANASTÁCIO DE FIGUEIREDO — *Idem*, vol. 1.º pgs. III



Igreja e Paços de Flor da Rosa no códice de Tinoco

Passados tempos, quando a paz voltou, tornou o Crato a ser povoado, perdendo, aliás, a sua importância guerreira, visto não terem sido levantadas de novo as suas muralhas, nem o seu castelo, de que hoje apenas restam, de umas e do outro, alguns vestígios; em compensação, alargou o seu âmbito, acompanhando pelos séculos adiante os progressos compatíveis com as épocas atravessadas, a pontos de ser hoje no Alto Alentejo uma importante vila, séde de um notavel centro agrícola, industrial e comercial.

Cêrca do Crato e a menos de dois quilómetros, encontra-se a Flor da Rosa, pequeno povoado onde o Prior do Hospital, D. Fr. A'lvares Gonçalves Pereira, construiu por 1356 os seus Paços de residência e, ligando-se com êles, uma igreja em honra de Santa Maria e uma valente fortaleza.

Sendo provavel que os Piores tivessem obrigatoriedade de residência no Priorado, ali deviam fixar-se em moradia, por maiores ou menores prazos, os piores que ao fundador se seguiram, até, talvez o infante D. Luiz, quinto filho de D. Manuel e segundo varão, irmão de D. João 3.<sup>o</sup>

Por volta de 1600 já não eram habitados e menos ainda dali por deante, sobretudo, em tempos mais modernos, depois que, por breve de Roma, de Novembro de 1789, corroborado por Carta da Rainha D. Maria 1.<sup>a</sup>, de Janeiro de 1790, acabaram velhas questões e dúvidas sôbre o provimento do cargo de Grão Prior do Crato, em que a Ordem e a Corôa queriam por igual intervir, unindo-se para sempre a administração do Priorado, com todas as suas rendas, pertenças e prerogativas, á Casa do Infantado <sup>(1)</sup>, assim se seguindo até Março de 1834, em que em D. Miguel, último Grão Prior do Crato, foi extinta a dita Casa.

Aquele infante D. Luiz, possivelmente o primeiro que usou o título de Grão Prior, querendo mostrar os seus sentimentos religiosos, fundou, por 1534, em Flor da Rosa, um colégio onde trinta religiosos da Ordem pudessem estudar teologia, fundando tambem em Estremoz um mosteiro, sómente para Senhoras Principais. <sup>(2)</sup>

(1) -- JOSÉ ANASTACIO DE FIGUEIREDO —Idem, vol. 3.<sup>o</sup>, pgs. 203

(2) — Idem, vol, 3.<sup>o</sup>, pgs. 142 e 146

Mai se pode fazer hoje ideia da grandiosidade passada dos Paços da Flor da Rosa, onde, a par de Nun'Alvares e na intimidade carinhosa da casa foi criada a formosa Alda do «Alfageme», de Garrett, e menos ainda se faria se não existissem os desenhos de Pedro Nunes Tinoco e uma ou outra fotografia carinhosamente recolhida.

Na verdade, por aqueles desenhos se vê quanto seriam ainda imponentes no tempo em que ele os visitou, apesar de já então, no seu relatório de Janeiro de 1621, êle se lamentar, dizendo que «*Os edificios dos paços da Frol da Rosa estão todos deneficados sem viver ninguem nêles e se deve acudir á reformação dêles e igrejas*».

Pelo desenho do conjunto em que se veem as torres da fortaleza e da igreja, á da igreja se subindo por 90 degraus, e as fortes muralhas de defesa e lá dentro as arcarias do claustro, se avalia a imponência da moradia senhoril e guerreira, imponência e grandeza que a planta do rez do chão deixa, por igual, aperceber.

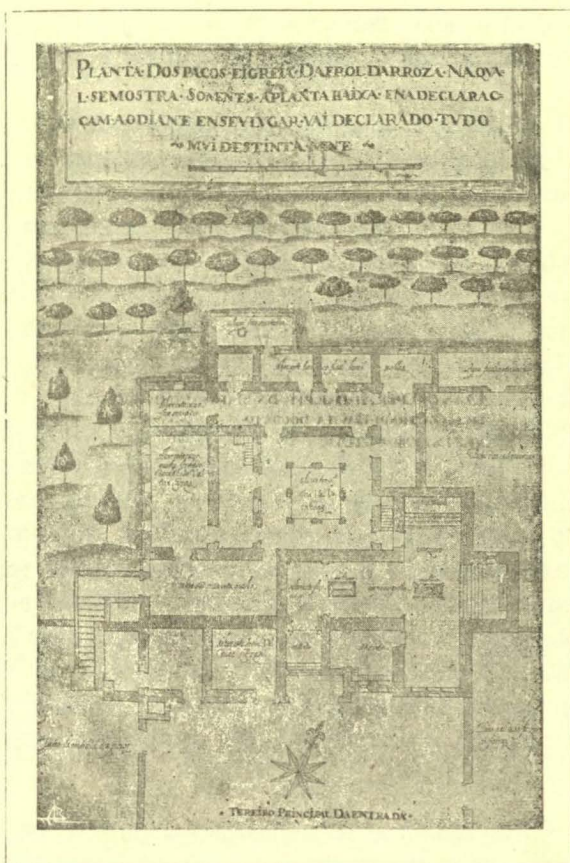
Aqui se veem, partindo do terreiro principal da entrada, a planta da igreja para onde se subia por alguns degraus, com a indicação dos dois túmulos que lá havia, com a sacristia e o cruzeiro e a marcação do sítio sôbre o qual ficava o côro.

Depois, vários detalhes de compartimentos e divisórias, como o claustro, celas, cisterna, estrebaria com seu páteo das estrumeiras anexo, etc. e, fora de tudo, a localização do páteo onde se fazem as feiras.

Esta referência ás feiras é interessante, quanto mais não seja, para se avaliar o poder da tradição, pois que ainda agora se realisa todos os anos em Flor da Rosa, no dia 1 de Março, uma das mais importantes feiras da região, sendo igualmente de notar que Flor da Rosa é a sede de uma velha e importante indústria de cerâmica popular de louça vermelha, bem conceituada, e que Emanuel Ribeiro considera e inclui entre os centros de fabrico do distrito de Portalegre, juntamente com Amieira, Niza, Castelo de Vide, Campo Maior e outras terras. (1)

Aos oleiros de Flor da Rosa concedeu D. Afonso VI licença para cavarem e tirarem barro para fazerem louça para serviço do

(1) EMANUEL RIBEIRO — (A'gua Fresca)



Rés do chão dos Paços e Igreja  
de Flor da Rosa no código de Tinoco

povo nas terras baldias e dos senhorios, sem por isso serem encoimados pelos oficiais da camara, ou pelos rendeiros, sujeitos, porém, a pagarem todo o dano que fizessem, (1)

Pelo já dito vê-se que não é exagerada a descrição que de tudo fez mais tarde Fr. Lucas de Santa Catarina, informando que o edificio era nobre e sumptuoso, dando-lhe corpo grande claustro, casarias espaçosas e iguais oficinas, servindo-lhe de ornato torres de cantaria altas e bem lavradas, tendo anéxa uma grande cêrca, com bastante água, mas a terra sem cultura, ocupada com matos e pinheiros. (2)

Esta cêrca, mais modernamente chamada Tapada da Flor da Rosa, com 38,99 hectares de superfície, foi incorporada em 1836 na Administração Geral das Matas Nacionais e dela desanexada em 1890 e entregue á respectiva Junta de Paróquia (3)

Parece que em 1759, pelo que diz o pároco de Flor da Rosa na sua bem resumida informação, tudo se encontrava ainda num estado regular, por benefícios mandados fazer pelo Grão Prior, o infante D. Pedro, após os danos sofridos com o terramoto de 1755. (4)

Porém, em Junho de 1859, precisamente um século depois, visitando a Flor da Rosa o erudito Dr. Francisco António Rodrigues de Gusmão e descrevendo o monumento no ARQUIVO PITOESCO (5) diz que êle estava assente em terreno alagadiço, reçumando água as paredes e pavimentos, ainda na quadra mais calmosa, o que talvez explique muitas das vicissitudes por que sempre tem passado.

Diz mais que *«devera ser na sua primitiva uma inexpugnável fortaleza a casa e templo que se denomina de Nossa Senhora da Flor da Rosa. Construida de cantaria e coroada em toda a extensão de ameias, guaritas a cubelos, recorda a época em que os portugueses das próprias igrejas defendiam a sua liberdade e a sua pátria.*

(1) = TORRE DO TOMBO — Chancelaria de D. Afonso 6.º L.º 41, fls 214 v.º

(2) = Loc. cit. pgs. 244

(3) BOLETIM DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÃO AGRICOLA. n.º 11 Novembro de 1928, pgs 18 e 21,

(4) — TORRE DO TOMBO — Dicionário Geográfico do Padre Luiz Cardoso Vol. 15-n.º 90.

(5) — Vol. 5 pgs. 6

*Achavam-se já sepultadas em ruínas as celas dos moradores antigos; conservavam-se, porém, ainda de pé, algumas salas, atulhadas então de feno e um claustro de oito arcadas com pilares de mármore, que pareciam como que afogados em um espesso silvado».*

Deploravel era já então o aspecto do grande monumento, como o mostrava também a gravura do ARQUIVO PITORESCO, continuando, porventura o descalabro até ao grande desmoronamento de 10 de Janeiro de 1897, em que o temporal deixou sob os escombros os dois tumulos de mármore que na igreja se abrigavam desde velhos tempos, de dois grandes portugueses—o de D. Fr. Alvaro Gonçalves Pereira, fundador do edificio, que ficou intacto, e o de D. Diogo d'Almeida, filho de D. Lopo d'Almeida, conde de Abrantes, que fôra também grão prior, que ficou por completo destruido.

Assim continuaram as cousas, as pedras caindo dia a dia as ervas e silvados crescendo cada vez mais, até que em Agosto de 1925 o Sr. D. Domingos Maria Frutuoso, bispo de Portalegre, chocado pelo abandono em que se encontrava o túmulo de D. Fr. Alvaro Gonçalves, sujeito a todas as profanações, abriu por uma patriótica pastoral aos seus diocesanos, uma subscrição para a trasladação do túmulo e das cinzas de D. Fr. Alvaro para a igreja paroquial da Flôr da Rosa e para a inauguração, ali, ao mesmo tempo, do culto do Beato Nuno Alvares—um altar ao Filho, em frente ao relicário com as cinzas veneraveis do Pai—no dizer de S. Ex.<sup>a</sup>.

Tão bem aceite foi a iniciativa que em 6 de Novembro de 1927 pôde efectivar-se a trasladação para uma capela propositadamente feita na igreja e entronisado o Santo Condestavel. (1)

A estas cerimónias, que tiveram bastante solenidade e concorrência, embora nem tantas como o acto que se praticava bem merecia, assistiram vários elementos officiais do distrito e da região e muito povo, dizendo-nos depois o Sr. D. Domingos que tudo excedeu em muito a sua espéctativa e que a capela onde ficou o túmulo

---

(1) — A este respeito informou-nos mais tarde o Sr. D. Domingos que a imagem de D. Nuno fôra emprestada de Portalegre para este fim, por não ter conseguido ainda meios de adquirir uma escultura digna daquele fim e local.



Aspecto da trasladação das cinzas de D. Fr. Alvaro Gonçalves Pereira das minas do velho Paço para a igreja paroquial

de Fr. A'lvares tem tido muitos visitantes, faltando-lhe, porém a estátua do Beato NunA'lvares, uns vitrais para as duas lindas janelas geminadas, que foram oferta de Gáfete, e um gradeado no estilo do tempo, para o que esperava angariar ainda donativos.

Tal foi o último eco que fez lembrado o glorioso monumento sob cujos escombros e desfeito como o deixára a tempestade de 1897, ficou ainda o túmulo arruinado do outro grão prior, salvando-se então e guardando-se agora o de D. Fr. A'lvares, não só porque a derrocada o respeitou, mas também porque a piedade de um prelado, animado da mesma fé patriótica que por aquelas abóbas tanto se albergou, resgatou para a história, salvando-os do inconcebível abandono em que estavam, os restos ainda existentes do homem que deu a Portugal um dos seus maiores, um dos seus mais ilustres filhos, de tudo ficando apenas para os vindouros a memória do acontecimento e os aspectos que a fotografia guardou.

Entretanto, os tempos irão continuando a sua acção destruidora e breve virá a geração em que, sumida a última pedra, os naturais e os estudiosos apenas ouvirão dizer na tradição que naquele sítio foi o casielo onde viveram e onde se criaram nomes dos maiores da história de Portugal.

\* \* \*

Depois do Crato com a Flor da Rosa, Amieira era, nas terras d'entre Tejo e Guadiana pertencentes ao priorado, a mais importante de todas, desempenhando na sua história um importante papel que lhe veio principalmente depois de erguido o seu castelo, obra, como a Flor da Rosa, do génio empreendedor e guerreiro de D. Fr. Álvaro Gonçalves Pereira.

Mas, quando se formou o primeiro núcleo de povoação em Amieira?

Havendo sinais incontestáveis das idades pré-históricas em algumas antas e em sobrevivências da tradição e sendo mais que provável a estadia dos romanos, que diferentes achados certificam, dela aparecem já notícias, talvez do tempos de D. Sancho 1.º, em que um Joanne Annes e sua mulher fizeram doação ao comendador de Belfver de uma casa que tinham em Amieira.

Nesta altura, mesmo, Amieira constituiria já uma povoação de assinalada importância e de origem já distante, dada a referên-

cia citada por José Anastácio de Figueiredo a uma *Sentença que Johã Garcia e Johã Fedominho alcaides da Amieyra julgaron da Pintança de Belueer o herdamento que jaz no thermo da amieira no caminho do Crato ao porto da poluorosa o qual Johã calado e sa mulher foyã de trager*, vindo assim estas propriedades e talvez Amieira e seu termo para a posse da Ordem do Hospital (1)

Dos romanos diz tambem Braz Garcia de Mascarenhas, que viveu de 1596 a 1656, no seu *VIRIATO TRÁGICO*, que por Amieira, com o nome de Amaria, andara o valente e insubmisso pastor-guerreiro dos Herminios, nos tempos da conquista Lusitânia.

«Chega a Cretina dita agora Crato,  
 «Rendoso Priorado da Cruz Branca ;  
 «Acha ali sua gente Viriato,  
 «E a do contorno presto dêle arranca.  
 «Vem-lhe da Amaria, que com grosso tracto.  
 «Era do Tejo então escala franca,  
 «Como inda agora praça mui guerreira ;  
 «Chama-se em nossos dias Amieira. (2)

Embora Amieira fosse em todo o tempo e seja ainda agora do Tejo escala franca, por ali se fazendo um dos pontos mais concorridos de passagem de uma para outra margem, creio que nunca lhe caberia o nome de Amaria.

E' isso o que tem de se concluir da carta passada por D. Afonso 4.º em 1341, após o chamamento que êle ordenou para que todos os senhores e donatários legitimassem os direitos de tudo quanto tinham na sua posse, na qual se consignou que D. Alvaro Gonçalves, prior do Hospital, dissera que a sua Ordem possuia, desde tem-

(1)— JOSÉ ANASTACIO DE FIGUEIREDO Id. Vol. 1.º pgs 159

Segundo Alexandre Herculano (Hist. de Port. vol. VIII da edição dirigida pelo sr. dr. David Lopes— pag. 175-176) os *Alcaides* (não confundir com *Alcaides*) geralmente dois, tambem chamados *alvasis*. ou simplesmente *juizes*, eram os principais magistrados dos municipios nos seus mais velhos tempos—*Alcalde*, palavra derivada do árabe—*al-Kadi*, queria dizer Juiz que julgava em primeira instância entre os musulmanos, devendo notar-se que o titulo de *Kadi* só pertencia ao juiz de uma cidade ou povoações importantes.

(2) — VIRIATO TRÁGICO - Canto VII Estº 17 (Lisboa 1864)

nos que a memória dos homens não alcançava, a vila da Certã com seu termo, a vila do Crato com Tolosa, a vila de Montouto com seu termo, a vila de Oliveira, em terra de Ceia, o castelo de Belver com Gavião e com a Cortiçada e com a Bucheira (1) e com Carvoeiro e com Envendos e com Amieira e com Amaria, que são termo do castelo de Belver e o castelo de Ulgoso. (2)

Vê-se, por aqui, que Amieira e a Maria eram povoações diferentes, inclinando-se José Anastacio de Figueiredo a que Maria fosse a povoação de Margem ou Marja (3) lido, o j por i, povoação que, allás, diz estar fora da jurisdição e terras do priorado, o que a meu ver invalida a hipótese, visto que margem e Lagomel, anexa, pertenciam ao duque de Bragança.

Seria então Amaria alguma povoação junto de Amieira e hoje desaparecida?

Ao sul de Amieira corre a ribeira denominada da Maia. Terá isto correlação com o seu nome primitivo?

Mas embora Amieira já existisse ao tempo dos primeiros reinados da monarquia, é de presumir que ela não entrasse logo de começo nos terrenos dados á Ordem do Hospital, só para êles entrando no reinado de Afonso 3.º, em que José Anastacio de Figueiredo supõe que lhe teria sido dado o seu foral por algum dos priores D. Gonçalo Viegas ou D. Afonso Pires Farinha, tendo sido êste último quem deu o foral a Tolosa em 1262. (4)

Que deve ter sido primitivamente dado o foral por um prior nenhuma dúvida poderá haver, visto que no *Livro dos Foraes Novos de Entre Tejo e Odiana*, o foral de Amieira, embora outorgado por D. Manuel em 15 de Novembro de 1512, é precedido pelo título de «*Foral da Vila d'Amieira dado polo Priol do Crato*» (5) o que indica tratar-se de uma confirmação e não de uma concessão nova.

(1) — *Crónicas* desde o tempo de D. João 3.º

(2) — Torre do Tombo-Chancelaria de D. Afonso 4.º=L.º 4.º — fls 75

(3) — Vol. 1.º pgs 61, nota

(4) — Vol. 2.º pgs 187

(5) — Só muito depois daqueles dois citados priores os priores do Hospital se intitularam priores do Crato, devendo aqui tomar-se á conta do copista o que deve ser apenas um lapso.

Seja como fôr, deve ser dos tempos do prior D. Fr. A'lvares Gonçaves Pereira que a vila de Amieira, construido o seu castelo, onde abundam as marcas e sinais de pedreiros, mas onde se não acha nenhuma data, ou inscrição definitivamente se constituiu, pela fixação das gentes que necessariamente andavam adstritas á sua guarnição, vindo pelos tempos adiante a aumentar-se o numero de casais e a abertura sistematisada de ruas e a aumentar-se a conquista de terrenos para a agricultura e para a criação de gados.

Parece-me dever ter-se como mais certa a tradição de que o castelo de Amieira foi edificado por D. Fr. A'lvares Gonçaves Pereira, como se depreende de uma carta de D. Pedro 1.º datada de Estremoz a 27 de Maio de 1559 e ao mesmo dirigida, na qual se recomendava que se cumprisse á risca uma outra carta de Vizeu, de 4 de Janeiro anterior, com as providências e liberdades que se representavam e julgavam necessárias para mais depressa se poderiam fazer e acabar as cavaes e barbacãs para defeza das muralhas, que o prior dissera serem precisas para serviço de Deus e da Corôa ou d'El-Rei e defendimento da sua terra em cada uma das vilas do Crato e de Amieira. (1)

Além disto, ha ainda aquella passagem da *Cronica do Condestabre* em que se diz que D. Fr. A'lvares Gonçaves Pereira entre as boas obras e boas cousas que fez na Ordem, fez o castelo de Amieira, que é castelo forte e mui formoso.

*Fez e não restaurou ou reconstruiu.*

Na HISTÓRIA DE PORTUGAL (2) de Pinheiro Chagas diz-se que o castelo de Amieira vem desde os primeiros tempos da monarchia, talvez desde o tempo de D. Diniz, tendo sido reedificada por D. Nuno A'lvares Pereira.

Não sei em que dados o historiador se fundaria para levar tão longe a origem do castelo de Amieira, caso explicavel talvez no facto de D. Diniz ter construido alguns castelos no Alto Alentejo, mesmo nos terrenos do que hoje forma o distrito de Portalegre; mas o que não é exacto, é que as obras da sua construção, da sua reedificação, ou das suas grandes reparações, seja qual fôr a hipótese

(1) — JOSÉ ANASTACIO DE FIGUEIREDO — Vol. 3.º pgs 9 e 10

(2) — Vol. 2.º pgs 635, em nota á gravura de pag. 597

que se queira admitir, fossem feitas por Nun'Alvares, como diz a legenda da gravura respectiva, mas sim por seu pai.

O castelo de Amieira está situado à face de poente de um dos maiores lados de uma grande praça rectangular, para a qual deita a sua entrada principal.

A entrada para o castelo faz-se desde há muito pelo interior da capela de S. João Baptista, encontrando-se tapada, talvez desde que lá se estabeleceu o cemitério, uma porta que se vê no desenho Pedro Nunes Tinoco, da qual sairia, desde a Praça pela barbacã, uma rampa de acesso à porta principal, aberta na muralha que liga as torres de Menagem e de S. João, porta esta que ainda la está, mas já deformada por lhe terem caído umas pedras e tirado ou substituído outras, e pela qual se entra para o recinto fechado pelas muralhas onde se faz o cemitério.

O castelo tem quatro torres, todas de dimensões diferentes, ligadas entre si por fortes muralhas ameidadas e adarves que formam a certa altura uma larga passagem de ligação e serventia de umas para outras, para ela se subindo por duas escadas do páteo interior encostadas ás faces de norte e de sul, as quais teriam sido provavelmente de granito, como de granito são todas as construções, mas que o tempo, ou naturalmente os homens, descaminharam e de que há anos a do lado norte foi restabelecida por outra de alvenaria e tijolo.

As torres são conhecidas na terra pelos nomes de torre de Menagem, torre do Sanguinho, torre de S. João e torre dos Pandeiros, ou Pandeirinhos.

A torre de Menagem, a mais alta e a mais elegante de todas ao lado norte da Praça tem de altura uns 22 a 25 metros e é quadrada, medindo interiormente, de canto a canto, 6,20 metros por cada lado. Além do rez do chão, tinha três pavimentos, como se vê ainda pelos rasgos onde assentaria o barrotame e pelos vestígios nas paredes dos lanços de escadas de serventia, cada um iluminado por frestas e janelas de diversa configuração e dimensões, contando-se entre elas uma admiravel janela ogival virada ao lado da praça.

Nada disso existe já, nem cobertura ou telhado de qualquer espécie, pelo que a chuva entra francamente pela bôca aberta para as alturas, assim continuando até que um dia algum temporal mairo

lhe quebre as últimas fibras de resistência com que se tem conservado até agora.

Apenas a um canto, e pouco acima da altura do último pavimento, está ainda firme, fechando o ângulo, parte da lareira e a verga e pano da chaminé onde há mais de 500 anos se aqueceriam os entusiasmos guerreiros e patrióticos do Prior e porventura os do seu maior Filho e de outros ilustres e valorosos companheiros.

A serventia para o rez do chão, que seria independente, fazia-se pela porta que ainda lá está, dando para o páteo. O primeiro andar tinha também a sua entrada independente por porta de serventia acima do rez do chão, tendo o segundo andar porta para a muralha.

A distância de 24,85 metros, na direcção nascente-poente, fica-lhe a torre do Sanguinho, que tem interiormente a largura livre de 3 metros por cada um dos lados do quadrado e a altura total de 15 metros. Tinha apenas rez do chão e um pavimento superior com serventia por porta para a muralha, não a havendo para o rez do chão, que constituiria talvez uma cave com escada interior.

A 17,70 metros da torre de Menagem, na direcção norte-sul, fica a torre de S. João, assim chamada por a ela se encostar a capela de S. João Baptista, que era a capela privativa do Castelo.

Como a anterior, esta torre tinha apenas um andar, além do rez do chão diferindo, porém, dela, em que, além da servidão alta pela muralha, tinha também uma porta baixa para o páteo interior. Tem de largura no interior 3,80 metros por cada lado do quadrado e a altura de 17 metros.

A 24,20 metros da torre de S. João, para poente, fica a torre dos Pandeirinhos que, como a do Sanguinho, tinha só andar sobre o rez do chão, com serventia única pela muralha. A largura interior é de 3,60 metros por lado e a altura de 15 metros.

As três últimas torres, como já se disse para a torre de Menagem, não tem telhados, nem soalhos, apenas se reconhecendo os sitios onde elles estiveram.

Temos pois; que, viradas ao nascente ficam as torres de Menagem e de S. João, a primeira ao norte e a segunda ao sul, distantes de 17,70 metros uma da outra, e que, viradas ao poente, ficam as torres do Sanguinho e dos Pandeirinhos, aquela ao norte e esta ao sul e distantes 19,15 metros uma da outra.

As duas do lado norte— Menagem e Sanguinho — estão a 24,85 metros e as duas do lado sul— S. João e Pandeirinhos— estão a 24,20 metros.

As muralhas e as torres fecham um pátio interior com 29 metros de comprimento e 22 de largura onde, desde Janeiro de 1839, se faz o cemitério da povoação. Esse pátio tem ao meio uma cisterna há poucos anos desentulhada — onde há água todo o ano e que, sem dúvida, servia e garantia o abastecimento do castelo.

Junto da torre dos Pandeiros está tapado a alvenaria o albacar—o albacal, como na terra se diz — ou porta de serventia do interior do castelo para os terrenos exteriores a dentro da barbacã (a porta da traição,) e que pelo seu estilo data seguramente da fundação do castelo. É ogival esta portada e mede pelo lado de fora, desde a soleira. 2<sup>m</sup>,40 de altura e 1 metro de largura, abrindo-se esta pela espessura da muralha, por forma que a bôca para o interior do pátio é já de 1,90 metros.

A soleira está a 0,90 acima do chão pelo lado de fora, sendo de supor que tal desnível, á certa devido a qualquer movimento de terras, não tivesse existido na primitiva. e pelo lado de dentro, do cemiterio, está bastante enterrada, não sendo crível que assim tivesse sido sempre, porque isso dificultaria a passagem de pessoas e impossibilitaria a passagem dos animais.

Porque se chama do Sanguinho e dos Pandeirinhos ás torres assim denominadas ?

Do Sanguinho, porque, posivelmente, nela, como em outros pontos dos muros e das torres, tem nascido e medrado alguns daqueles arbustos e outros, sendo também licita a hipótese de que, chamada por alguns do Sanguie, ela tivesse servido para a hospitalisação dos feridos em tempos de guerra; dos Pandeiros ou Pandeirinhos, talvez, por numa das suas paredes estarem uns quadriláteros com a forma de pandeiros, ou adufes, tendo sôbre um fundo branco, duas figurações a vermelho, que o tempo ainda não comeu, e cuja existência e significação não saberei explicar. (1)

Junto da torre de S. João, mas não ligada a ela, está a pequena igreja de S. João Baptista, que parece não datar da fundação

---

(1) — Estes quadriláteros tem, um cerca de 0,50<sup>m</sup> X 0,40<sup>m</sup>, sendo o outro um pouco maior.

do castelo, embora ele tivesse tido a sua capela privativa com aquela invocação e embora ela figure no desenho de Pedro Nunes Tinoco, nela havendo uma imagem em pedra do mesmo santo, que a tradição, reproduzida na informação paroquial de 1759 para o Dicionário Geográfico do P.<sup>o</sup> Luiz Cardoso, diz ter sido ali colocada por D. F. Álvaro Gonçalves Pereira. (1)

Da sua porta exterior diz o Sr. major de artilharia Luiz da Costa de Sousa Macedo, num seu relatório de inspecção, de Abril de 1922, que ela é «caracteristicamente românica na sua volta plena e no curioso lavor das pedras que lhe guarnecem o vão». É encimada pela cruz da Ordem de Malta e tem a legenda *Joanes est nomen ejus*. A data, porém, de 1536 sobre a mesma porta, indica que a sua abertura ou reconstrução ou, mesmo, a construção da própria capela são muito posteriores á construção do castelo.

A capela, embora muito chegada á torre, não está, como já disse, encostada a ela, e, a ser da fundação do castelo, só poderia ficar, possivelmente, a dentro da barbacã, para onde tem ainda a sua porta de serventia e que é a mesma por onde se vae para o cemitério, se é que tal porta não foi aberta muito mais tarde, quando se mudou para o castelo o cemitério.

Um pouco por isso, um pouco por que o culto por S. João Baptista é geral no país, é certo que o S. João, padroeiro da Ordem de Malta, a que o Priorado pertencia, foi sempre e ainda agora é de especial devoção das gentes de Amieira, principalmente das raparigas solteiras que todos os anos lhe enchem a capela de luzes e de flores e pelas ruas lhe acendem fogueiras de rosmaninho, entoando-lhe, com danças e cantares apropriados, ao som do clássico pandeiro, a par das variadíssimas quadras que andam no cancionero popular do país todo, outras de sabor e intenção puramente locais, como estas:

Vamos chegando á Praça,  
De frente de S. João ;  
Rezemos um padre nosso  
Pelas almas que lá estão.

---

(1) — A capela do castelo de Sernache de Bom Jardim, também edificado por D. Fr. Álvaro Gonçalves, era igualmente dedicada a S. João Baptista, padroeiro da ordem de Malta.

E que a ermida de S. João, fronteira ao largo da Praça, é a capela do cemitério, que junto dela lhe fica.

Oh que bela visinhança  
Temos nós na nossa Praça;  
Nicolau, bispo de Mira,  
Baptista cheio de graça.

porque na capela ha tambem uma imagem de S. Nicolau, bispo, que, aliás, ali não tem lugar especial e que certamente teria para ali sido levado noutros tempos de qualquer outra igreja.

Baptista mora na Praça,  
Mesmo ao pé do celeiro;  
Baptista, primo de Cristo,  
Deus e Homen verdadeiro.

porque na Praça, ao fundo, junto da escadaria de pedra, de dez degraus, que sobe para a capela, ha uma casa ainda agora chamada o celeiro, apesar de o não ser, mas que foi o celeiro onde se guardavam os productos das rendas e dízimos do almoxarifado pertencente ao priorado, que tinha a sua séde em Amieira.

E ainda outras.

Confirmando mais longe a tradição dos festejos a S. João, ha uma carta de 1456, de D. Afonso 5.º, depois confirmada por D. João 2.º e por D. Manuel, em que se dava o privilégio de poderem ser constringidos quaisquer moços solteiros a fazer as festas a S. João Baptista, conforme lhes fosse ordenado pelos imperadores e officiais, os quais poderiam aplicar aos desobedientes a pena de até cem reaes brancos, podendo-os demandar, penhorar e vender seus penhores até áquella quantia, em beneficio das despesas da festa, egualmente os podendo fazer encarcerar dentro do castelo. (1)

---

(1) — TORRE DO TOMBO - Livro 7 de Odiana, fls 167

Esta applicação do castelo a prisão apparece-nos mais tarde como prisão política, como se apura de um velho livro manuscrito de notas genealógicas e outras, sempre continuando até agora e que pertenceu ao meu saudoso amigo, o falecido Sr. Barão de Gáfete, onde se diz que, entre outros seus antepassados, o dedicado Tomaz Cacheiro, que no exílio acompanhou D. António, Prior do Crato, todo o tempo que viveu em Inglaterra, vindo depois escondido a Madrid, lhe perdou el-rei de Castela a rôgo de muitos príncipes, dando-lhe a vila e o castelo de Amieira por prisão toda a vida, como o fez a muitos grandes fidalgos e senhores dêste reino, que seguiram a parcialidade do Prior, fazendo dele Tomaz Canheiro a mesma estimação que dos mais.

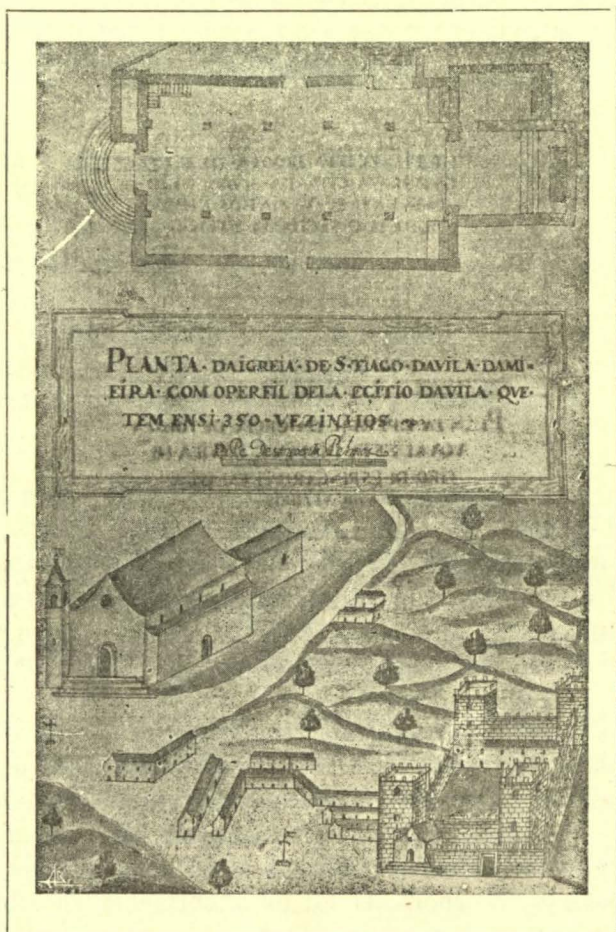
Feito o castelo, que teve seguramente, noutros tempos, uma superior importância, e tanta que veio a ter lacaides-mores, ali passaria várias e demoradas temporadas o seu fundador, alguns dos seus filhos e a própria Iria Gonçalves, mãe do mais notavel de todos êles, e tanto mais que Amieira seria o ponto obrigatório de passagem no Tejo para as outras muitas terras do Prior situadas para lá da margem direita.

De facto, no porto do Tejo em Amieira, o de melhor fama de vida á creança de milagre e condão especial, depois que por lá atravessara o cadáver da Rainha Santa Isabel, quando foi a enterrar de Estremoz para Coimbra, ha tambem que registrar o embarque ali de Iria Gonçalves, que de Amieira se fôra um dia pelo Tejo a Santarem.

Assim o disse uma testemunha de Amieira num litígio entre o rei D. João 1.º e a Ordem, cujo Prior era então D. Álvaro Gonçalves Camelo, por causa de um caneiro no Tejo, afirmando que seu pae tivera um barco no tempo do prior velho e de D. Fernando, no qual o mesmo prior mandara levar a mãe do condestavel para Santarem, dizendo tambem que já no tempo de um comendador de Belver chamado Fr. João Fernandes, pae de Gonçalo Anes de Castelo de Vide, (1) o referido caneiro era pescado e reparado pelo comendador de Belver.

---

(1) — Gonçalo Anes, filho de Fr. João Fernandes, da Orde Hospital, e de Clara Domingues, mulher solteira, foi legitimado pelo Fernando, por carta de 25 de Julho de 1373, (Chancelaria de D. Fernando L.º 1 fls 130, — v.º (José Anastacio de Figueiredo vol. 2.º pgs 394-396).



AMIEIRA no código de Tinoco  
(1615 e 1620)

Foi no castelo de Amieira que morreu em 1382 ou 83 D. Fr. Álvaro Gonçalves Pereira, ali se reunindo á data da sua morte dezoito dos seus filhos — nove filhos e nove filhas — os que então restavam dos 32 que tivera, entre os quais Nun' Álvares e, como diz a *CRONICA DO CONDESTABRE*, muitos grandes da terra, parentes, amigos e creados e muita cleresia, que lhe prestaram exéquias solenes e honradas, depois das quais foi levado para Flor da Rosa onde, feitas novas exéquias, ficou seu corpo sepultado.

Como diz Francisco Rodrigues Lobo:

«Deu o espirito a quem lho tinha dado  
Na Amieira, onde então vivia;  
Dali a Flor da Rosa foi levado  
Com pompa funeral de clerezia.  
Naquella mesma igreja sepultado,  
Que ergueu ao santo nome de Maria.  
Reposa lá no ceu livre da guerra,  
Quem obras dignas do ceu deixou na terra». (1)

Como o do Crato e pelas mesmas razões, o castelo de Amieira, que era do Prior, partidário da rainha D. Leonor, foi um dos que, depois da morte de D. Fernando, se bandearam por Castela, embora a curto praso com outros se voltasse para o Mestre de Aviz, cujo partido seguiu, enviando já um seu representante ás côrtes de Coimbra, onde ele em 1385 foi aclamado como Senhor e Rei.

É mais do que provavel que nestes tempos, em que pelos sitios andara o condestavel na sua ânsia de bater os castelhanos que ao Crato se acolheram, que o castelo de Amieira representasse também um papel de destaque.

Mais tarde e ainda como o Crato, quando da regência do infante D. Pedro na menoridade do rei D. Afonso 5.<sup>o</sup>, o castelo de Amieira seguiu outra vez a ruim causa, a causa da rainha viuva de

---

(1) — «O CONDESTABRE DE PORTUGAL», Canto III — est.<sup>a</sup> 44 (1610).

D. Duarte, que o Prior D. Fr. Nuno de Goios, como já se disse, defendia com a sua gente e as suas fortalezas.

Por isso, o castelo de Amieira foi um dos mandados cercar e tomar, sendo incumbida essa tarefa a D. Álvaro Vaz d'Almada que de Lisboa fôra com a sua gente, que era muita, com artilharia e com provisões e tudo quanto precisava para a conquista do castelo, avistando-se de passagem em Alemquer com o pequeno rei que desejaria conhece-lo.

Passava-se isto nos fins do ano de 1440, ou princípios de 1441.

Rui de Pina diz na Crónica de D. Afonso 5.<sup>o</sup> que o castelo de Amieira foi tomado pouco depois do de Belver, êste por D. Lopo d'Almeida, não lhe assinalando, porém, a data, que para o de Belver é, aliás, fixada em 17 de Dezembro.

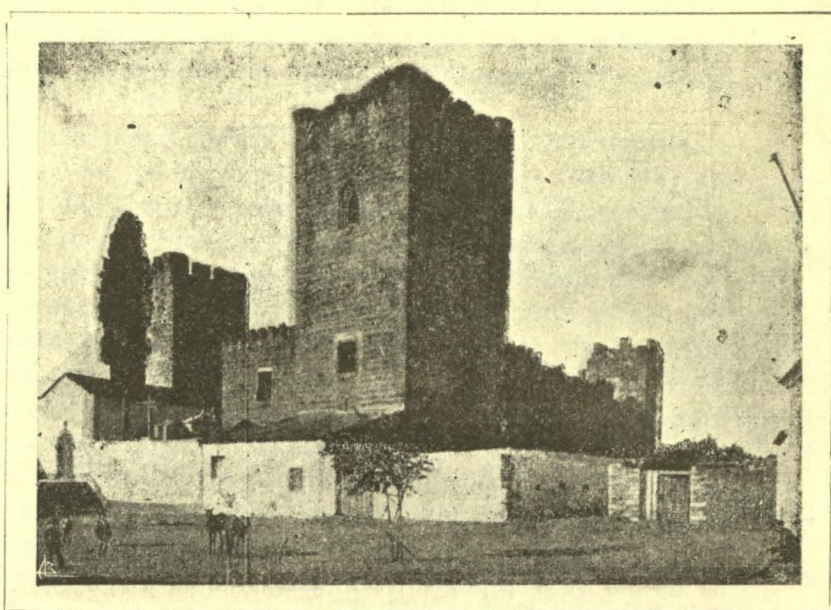
Mas ha na Crónica uma passagem que, se fosse verdadeira, do que eu duvido, nos levaria a determinar a data aproximada do cerco e tomada do castelo de Amieira: é aquela em que se diz que naquele cerco não aconteceram cousas dignas de menção, havendo-as porém, de agouro e que *«na ora que ally aconteceram, porque pareciam muy duvydosas, se tomaram dellas testemunhos publycos e muy authorizados»*. E foram, uma que, mal se acabou de assentar o cerco, desceu três vezes á vista de todos uma águia sôbre um ninho de cegonhas que estava sôbre as casas do Prior, levando por duas vezes dois cegonhos novos e pela terceira o próprio pae, o que foi tomado como triste, prognóstico.

Outra foi que o primeiro tiro que se fez, dando sôbre um escudo das armas do Prior, colocado sôbre a porta da villa, o despegou das mãos de dois anjos que o seguravam, sem os molestar, partindo-se em pedaços no chão.

Outra, finalmente, foi que, matando o segundo tiro um homem, o terceiro tiro, caindo sôbre o seu cadáver, já então na igreja, o despedaçou.

Ora, ás primeiras cegonhas, que ainda agora fazem seus ninhos sôbre as casas do Prior, ou seja nas ameias das torres do castelo, costumam aparecer, uma ou outra, como vedeta de observação, nos princípios de Janeiro, vindo depois as restantes, que então se fixam com demora.

Em 1915 ficaram definitivamente no fim do mez de Janeiro



CASTELO DE AMIEIRA—Torre de Menagem (1929)

em 1928 foram vistas as primeiras no dia 3 e neste ano decorrente foi vista a primeira cegonha no dia 2 de Janeiro pelo meio dia, desaparecendo em seguida; em 21 e 22 foi igualmente vista uma cegonha, aparecendo dois casais no dia 23, que ficaram já sendo contadas 14 cegonhas nos meados de Fevereiro, provavelmente se te casais, pois andam sempre acasaladas, e outras mais alnda, de pois.

Se a crónica dissesse apenas que a água levara uma ou duas cegonhas velhas, poderia acreditar-se que o caso se desse aos primeiros dias de Janeiro, condescendendo em estender até lá aqueles poucos dias depois da tomada de Belver, de que o cronista nos fala. Mas com os cegonhos novos é que isso se não pode dar visto que elles nascerão e se criarão em Abril e Maio para, senhores das asas, levantarem vôo com os paes nos fins de Junho, principios de Julho, na retirada em comum para outras terras e outros climas.

De forma que, e como é mais crível, o cêrco e a tomada do castelo fizeram-se, na verdade, nos últimos dias de Dezembro ou nos principios de Janeiro, e tanto mais que a crónica diz que Álvaro Vaz, mal chegou a Amieira, logo a cercou e combateu até que a tomou, não sendo muito de acreditar a passagem ás cegonhas referente; ou, então, se quizéssemos tomar em boa conta o caso dos cegonhos novos, teríamos de prolongar o cêrco até Abril ou Maio o que não aconteceria.

Parece, em todo o caso, certo que depois da fuga para Castela da rainha e do prior, na noite de 28 para 29 de Dezembro, o castelo de Amieira ainda se não tinha entregado, pois que a Fernão Paes, escudeiro do comendador-mor da Ordem de Avis, que fôra criado do Prior do Hospital, foram applicadas penas, exactamente por ter ficado com seu filho no castelo de Amieira, quando o prior se fôra para Castela com a rainha.

Mais tarde e a rôgo do infante D. Henrique, foi-lhe dada carta de perdão, contanto que não entrasse nem morasse dentro das terras do Priorado; porém, tendo sua mãe já muito velha e tão fraca que não poderia ir onde elle estava para o ver, pediu em honra da morte e paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo que lhe fosse levantada tal prohibição o que, de facto, obteve por carta de 23 de Abril de 1446, de Santarem: — «... e que sem embargo do dito

degreo ele possa viver e morar em quaesquer cidades e vilas e lugares do nosso Senhorio, onde «lhe prouuer, em especial nas terras do dito priorado.» (1)

Ha que rectificar aqui tambem uma referênciã de Oliveira Martins no livro «OS FILHOS DE D. JOÃO 1.º» (pgs 300) em que dá como passando-se no Crato os casos das cegonhas, e os outros, quando na verdade, Rui de Pina diz e isso é que é natural, que tudo se passou na castelo de Amieira.

Ha, porém, uma cousa digna de guardar-se das referências de Rui de Pina: é a nota de que já naquele tempo — ha perto de 500 anos — as cegonhas, então, como ainda agora, faziam seus ninhos nas torres do castelo !

Que admiravel poder de Instinto e de continuidade o destas beneméritas e simpáticas aves !

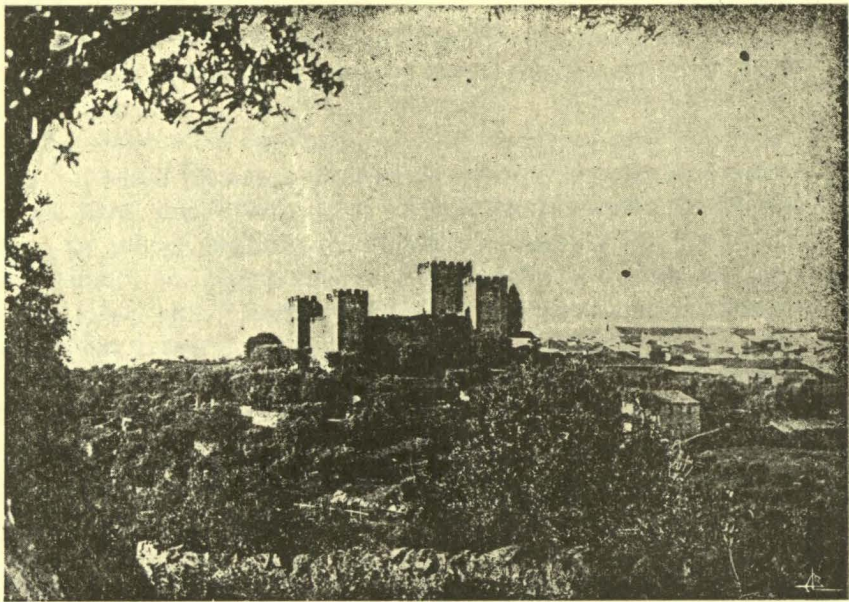
E já que delas falei, seja-me permitido mais uma vez, agora, que elas lá estão, no castelo da minha terra, enviar-lhes daqui as minhas saudosas lembranças porque, de facto, não ha ninguem em Amieira, que não seja criado desde menino no amor às cegonhas do seu castelo, que de ano a ano pontualmente visitam, desde Janeiro ao S. João, data em que, mais semana, menos semana, paes e filhos reunidos e evolucionando sôbre a Praça, lá se vão em caravana pelos ares fora, soltando numa traquinada alegre o seu canto de despedida.

\*  
\*   \*  
\*

Tomado o castelo de Amieira' ficou êle entrêgue por mandado do Regente, a Pedro Rodrigues de Castro que por sua vez e ainda por ordem do mesmo Regente o entregou em Junho de 1441 a D. Henrique de Castro, que na mesma occasião recebeu os castellos do Crato e da Flor da Rosa.

---

(1) — TORRE DO TOMBO - Chancelaria de D. Afonso 5.º - L.º 5.º fls 55, v.º A carta diz : « . . . ssabede q̃ fernã paez escudeiro do comendador moor da hordem davys nos ãvjou diz ã ell fora criado, do põll de sam Johã e q̃ se fora com a Rainha mjnha madre cuja alma ds aja pera os Regnos de castela ã q̃ elle ficara no castelo dameeira com hã u seu f.º q̃ nos prouesse de lhe perdoarmos a rrogo do Jffante dom anrique nosso muyto preçado e amado tyo. . . . »



CASTELO DE AMIEIRA, vendo-se as quatro torres (1929)

Como sempre acontece, passadas as lutas e recebida a vitória, ha sempre que hostilisar ou castigar os inimigos de hontem e recompensar os serviços prestados ás causas que triunfam.

Não escaparam a esta velha regra alguns habitantes de Amieira que, por terem servido a rainha e hostilizado o Regente, viram confiscados os seus bens em beneficio de outros.

A Martim Vasques, escudeiro, morador em Lisboa, foi feita doação por carta datada de Montemor-o-Velho em 30 de Outubro de 1441, de todos os bens que um João Moleiro, o Moço, possuia em Amieira e seu termo e em outros quaisquer lugares do reino se este não tivesse mulher, e, se a tivesse e ela não fosse culpada, ficaria metade para ela e tão sómente a outra metade para o referido Martim Vasques.

Isto tudo por cousas que João Moleiro, o Moço, filho de João Moleiro, morador em Amieira, obrou em desserviço do rei e contra o reino. (1)

Egualmente e por carta de 19 de Março de 1443, foram dados a Sebastião Gomes, escudeiro de Pedro Rodrigues de Castro, todos os bens que Alvaro Pires e seu irmão Fernando tinham em Amieira, os quaes, segundo as informações que ao Rei chegaram, haviam estado no castelo contra o seu serviço e depois que dêle saíram se foram para Castela, onde ainda ao tempo andavam fazendo cousas em desserviço do rei e contra o reino. (2)

Na mesma ocasião e por carta do dia immediato, 20 de Março de 1443, eram dados a Gomes Anes, também escudeiro de Pedro Rodrigues de Castro e cavaleiro do Infante D. Pedro, os bens que em Amieira possuira Braz Anes, doação fundamentada em motivos eguaes aos da doação anterior. (3)

Mais tarde, por carta de 17 de Fevereiro de 1456, do prior D. Vasco de Ataíde, confirmada pelo rei D. Afonso 5.<sup>o</sup> em 18 de Maio seguinte, foi dado o castelo de Amieira a Braz Trancoso, com

(1) — Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso 5.<sup>o</sup>, L.<sup>o</sup> 27, fls 152<sup>e</sup> L.<sup>o</sup> 4.<sup>o</sup> de Odiana, fls 221, v.<sup>o</sup>

(2) — Id. Id. — Chanc. D. Afonso 5.<sup>o</sup>, L.<sup>o</sup> 27 fls 74 e L.<sup>o</sup> 4.<sup>o</sup> de Odiana fls 217; v.<sup>o</sup>

(3) — Id. Id. — Chanc. D. Afonso 5.<sup>o</sup>, L.<sup>o</sup> 27, fls 152 e L.<sup>o</sup> 4.<sup>o</sup> de Odiana fls 215, v. e L.<sup>o</sup> 6.<sup>o</sup> de Odiana fls 221, v.<sup>o</sup>.

as regalias com que o tinha Fernão Vaz, com a Varzea dos Cavaleiros, no termo de Santarem, e 3.000 reis de tença em cada ano. (1)

Com a vida agitada dos tempos dever-se-hia ir danificando o castelo e tanto assim, que D. Manuel, por carta de 15 de Outubro de 1515, nomeou a Vasco Anes, que era escrivão da Câmara de Amieira, para vedor e recebedor das obras dos muros e fortalezas do seu castelo pelo tempo que elas demorassem. (2)

Ainda em 1534 merecia especial consideração o castelo de Amieira, como se vê de um alvará de 12 de Julho daquele ano sobre o provimento da sua alcaidaria-mor, na qual o rei Filipe 1.º reivindicava e firmava para si os direitos de nomeação.

Efectivamente, tendo D. Diogo de Sousa, administrador do Priorado do Crato, provido a seu sobrinho Nuno Rodrigues Capeto, de menor idade, na alcaidaria-mor de Amieira, sem disso ter dado conhecimento ao monarca, êste, sob a razão de que os administradores, não podiam prover cousas daquela qualidade, nem nelas serem providas pessoas que não fossem por êle aprovadas e que lhe prestassem a devida homenagem os respectivos castelos, anulou a nomeação do referido Nuno Capeto. (3)

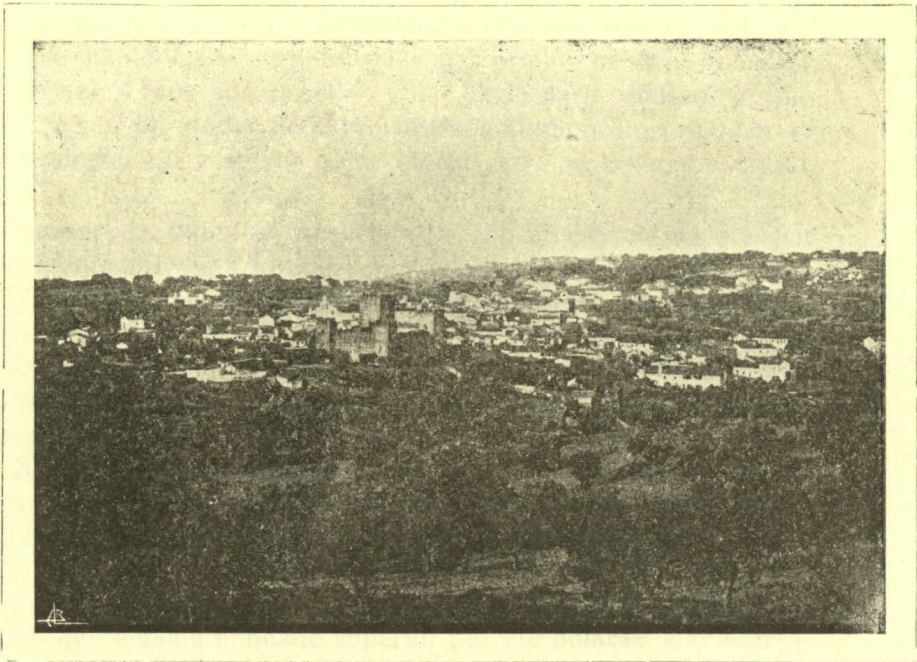
Dentro do castelo, nas muralhas, ha ainda sinais visiveis por onde se poderia até certo ponto reconstituir a série de edificações que nêle houvera para abrigo das gentes, dos animaes e de mantimentos, como sejam indícios de travejamentos, de argolas chumbadas nas paredes, e ainda outras, as quaes teriam desaparecido nos meados do século XVII, pois se diz na parte que chegou a ser impressa do Dicionario do P.e Luiz Cardoso, em 1747, que o castelo tinha muitas casas em que havia pouco tempo se habitava, mas que naquela altura se achavam já demolidas e abandonadas.

A informação paroquial de 1759 diz que a vila, não sendo murada, nem praça d'armas, era entrincheirada quando em tempos de guerra; que dentro da barbacã, povoada de várias arvores defruto, ficava a ermida de S. Joã Baptista; que as torres não tinham já sobrados nem telhados e que todo o castelo e palácio magnificos, ao tempo arruinados, foram mandados edificar por D. Alvaro Gonçalves Pereira.

(1) — Id. Id. — Chanc. D. Aronso 5.º, L.º 13, fls 148, v.º

(2) — Id. Id. — Chanc. D. Manuel, L.º 25, fls 12.

(3) — Torre do Tombo — Leis Antigas, L.º 1, fls 100, v.º



AMIEIRA — Vista geral (1929)

Egualmente fala de uma sala principal entre as duas primeiras torres, já arruinada, que possivelmente seria aquela de cuja existência suspeita o Sr. major Costa Macedo quando diz que *«passada a porta de entrada se distingue, no ângulo da face interna da muralha com a torre de Menagem, o pendente gracioso de uma abóboda, que seria de artezões, o atestar cuidados de construção ja de periodo ogival, a qual cobriria a espaçosa sala de armas da moradia»*.

Devem vir daqueles tempos os princípios do descalabro e dos roubos e delapidações, que depois se seguiriam, como o mostram a falta de algumas cantarias e a substituição de outras em janelas que fôram descaracterizadas, sem se saber o destino que as primitivas levariam, e que indefinidamente e sem respeito se continuariam, se não tivesse surgido a lei que proibiu os enterramentos nas igrejas e nos adros, sendo então dado para cemiterio o castelo, que por tal motivo ficou providencialmente pôsto sob o abrigo e a proteção do respeito pelos mortos que lá dormem o eterno sono.

Apesar de tudo, do descalabro e do abandono em que por tanto tempo esteve, a fortaleza mantém ainda um razoavel estado de conservação e uma impressionante magestade: por isso e tendo em vista as suas características artisticas e arquitetônicas, foi ela considerada monumento nacional pelo decreto n.º 8:477, de 10 de Fevereiro de 1922, e como monumento militar pela «Ordem do Exercito» n.º 2, 1.ª série de 28 de Fevereiro de 1923.

A subordinação do Castelo ao Ministerio da Guerra trouxe como consequencia o ter a Junta de Freguezia da terra, que até ali o usufruia livre de quaisquer encargos, de o tomar de arrendamento por meio de titulos renovaveis de trez em trez anos, mediante a renda anual de seis escudos. Em compensação ficou garantido que alguma entidade superior por ele olhasse com interesse, o que, de facto, tem sucedido com algumas verbas, embora diminutas, com que o mesmo Ministerio já tem contribuido para a sua conservação.

Bem modestos são os reparos que lá se teem feito, comparados com as obras de que o monumento carece e bem merecia que se lhe fizessem, não direi já para o restituir ao estado dos seus melhores tempos, mas, ao menos, para garantir a conservação do

existente, parecendo que bastaria para isso a cobertura das suas torres com os prováveis terraços que as fechariam, para que a chuva não entrasse, e a restauração, pelo menos, de um pavimento em cada torre, á altura das portas de servidão para as muralhas.

Os reparos nos muros e paredes e o liberta-lo das construções que se lhe encostam, marcando-lhe uma zona de respeito, completariam o restante.

E por esta forma a minha terra, por mim a mais de entre todas estimada, e de que tanto e tanto haveria ainda que dizer, mas que reservo para monografia especial, veria assegurada ainda por muitos anos, por alguns seculos talvez, a vida do seu mais alto e mais nobre pergaminho histórico, enquadrado na mais santa paizagem de trabalho e de amor dos seus naturais, paizagem viva do Alentejo, a que o sol posto dá sempre tonalidades de superior encantamento, sobretudo naquela quadra alegre em que as cigarras morrem cantando á beira dos caminhos.

CRENDICES, SUPERSTIÇÕES  
E COSTUMES  
DO  
ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

Conferência Realizada em Assembléa Geral de Estudo em 20 de Março de 1930

PELO SÓCIO EFECTIVO

VISCONDE DO PORTO DA CRUZ

O povo madeirense goza a fama de ser profundamente religioso, mas, por mais arreigadas que, na verdade, conserve, as suas crenças católicas, é indiscutível, também, que se deixa influenciar, por vezes com exagero, por uma infinidade de crendices e superstições.

Quer nos factos graves, quer nos mais simples episódios da vida de todos os dias, as crendices e as superstições teem sempre um lugar de destaque e torna-se até interessante notar que, saindo do meio essencialmente popular, dos campos e das oficinas, elas vão invadir, ainda que disfarçadas, as diversas esferas sociais, dominando com tirania mesmo aqueles que de alto as encaram com um sorriso . . .

Desde a minha infância, eu ouço-as a cada instante, citadas como dogmas, e confesso que não foi trabalho fácil convencer-me de que o seu valor provém apenas da importância que lhes atribuímos. No entanto, estas pequenas sentenças que, de geração em geração, chegaram com todo o cunho original até aos nossos dias, teem ainda uma grande influência no espírito do povo da Madeira.

Da diversidade de elementos que aparecem a povoar as formosas Ilhas de aquele arquipélago, desde a sua descoberta nos princípios do século XV, deve, sem dúvida, provir também a riqueza e a extrema originalidade das crendices e das superstições que, frequentemente actuam nos costumes e até na forma de sentir daquele povo.

\*

\*                   \*

O tipo tão característico da *Vilhão*, com a barba à «passa-piolho», o «barrete» de lã negra, as calças e o colete de «serguita», a camisa de linho da terra e a clássica borla regional, forte de corpo e de espírito, agarrado com firmeza a tudo quanto lhe chegou por tradição, a-pesar-das mil tentativas demolidoras do século XIX e das horas alucinadas dos nossos tempos, ainda não se extinguiu de todo nos campos da Madeira. Respeitador e serviçal esse velho tipo de *Vilhão*, nunca falta com o «Deus vos salve» nem tampouco deixa de se «descarapuçar» sempre que se encontra com pessoas de «consideração».

No seu «Palheiro» êle leva, feliz, uma vida sã. Trabalha a terra e guardando-lhe um carinho imenso, êle segue passo a passo a vida da lavoura. Ao Domingo, mal vem alvorecendo o dia, êle «abala» com a «velha» e os filhos caminho da Igreja. Depois da missa, enquanto a mulher, toda «tafula» com o vestido de chita «vistosa» e clássica «polca» branca, o lenço, bem engomado, pôsto na cabeça com certa graça e o chaile» de lã castanha ao ombro fica «bilhardando» no adro, com as vizinhas, êle vai saudar o senhor Vigário. E, enquanto o rapazio se «perde» a beber nas «vendas» de onde é fatal sair «alegrote», êle, reprovando ásperamente aquela «perdição», chama pelos Filhos, forma um «rancho» de «sítio» e abrindo caminho lá vai para a paz bemdita da montanha...

Em casa a sua jurisdição é vasta. Os filhos guardam-lhe um respeito sagrado. E os dias decorrem sempre, assim, iguais, numa vida calma e feliz.

Mal as raparigas entram nos quinze anos, não tarda um moçoão, que ao cair da noite, bate à porta da casinha onde a família saboreia a excelência das «batatas» ou a delícia do «milho cosido», sentada em baixos e sólidos escabelos ao redor da enorme panela

de ferro, inda esfuseante, e colocando o «bordão», nudoso e forquilhado, atrás do portal, a significar que *vem em paz*, vai sentar-se, sem proferir uma palavra, ao lado daquela que êle pretende para mulher.

Se o pretendente é «do agrado», ela deixa-se ficar sentada, por certo enleada; mas, embora nova, se quer recusar, logo se ergue e então o inditoso retoma o bordão e, sem rancor, não, tardará a ir bater a outra porta onde o espere melhor êxito. Desde que a rapariga cede, não tardam os «pregões» na freguesia. *Os noivos nunca devem ouvir os pregões para que lhes não fuja a felicidade.* Uma vez findos os «banhos» apressam-se os preparativos da boda, porque *casamento demorado é sempre malfadado.*

No dia do casório, os pais da noiva, sem vestirem os seus fatos dos dias solenes, para que não se diga que ós alegra verem sair de casa uma filha, não tomam parte na «comitiva», sempre numerosa e só composta de homens que segue com os noivos para a Igreja. Abrem o cortejo a noiva, toda de branco com um veu alvíssimo, engrinaldada de lorangeira, calçada de botinas negras, ao lado da madrinha que conserva toda a gravidade dos actos solenes.

Os homens, «caminhando», aos pares, após o noivo, com o fato de «ver a Deus», chapéu de abas largas e flor de lorangeira na lapela, que dá a direita ao padrinho, não conversam nem riem. O cortejo segue em silêncio até à Igreja e só no regresso, após a cerimónia, não faltam as exclamações festivas, os gracejos pesados, os eternos «convites» para «um canudo de vinho» ou o detestavel «grogue» em todas as «vendas» do percurso, até o casal! Ao caminho saem as amigas da noiva ou os vizinhos largando a enxada com que trabalham a terra *para felicitar os recém-casados, atirando-lhes com flôres e trigo, que é para que tenham boa sorte.* Todo o dia se passa em festa, nunca se levantando a mesa, onde se multiplicam os bolos, *los doices*, o vinho, as *bubidas* e os pratos *a preceito*. As *saudes* repetem-se então interminavelmente. Começam pelos noivos, visam depois os pais e generalizam-se por presentes e ausentes!

Quando um conviva deseja obsequiar alguém, toma o seu copo e declara que brinda os noivos *descarregando* na pessoa que lhe merece essa consideração especial.

Quando a noite descê com o seu manto negro e os «fogos» scintilam pela montanha, os convivas seguem então pelas veredas, caminho de seus casais, enquanto os noivos procuram o novo lar.

E' que *quem casa quer casa, casamento é apartamento e, ainda mais forte que todas as razões, sogras, nem de barro à porta de casa...*

*O sábado, dia da Virgem, é bom para dar princípio ao quer que seja e por isso, é em geral, preferido para os noivos iniciarem a sua vida de casados.*

\*

\*            \*

A-pesar-de uma acentuada preocupação de «conveniência» em casamentos que se nota na vida do Povo da Madeira, também não são raros os namoros onde apenas entra a paixão romântica.

Encontram-se, mesmo no coração das serras, verdadeiros e purísimos idílios que se mantêm firmes até o dia feliz do casamento, lutando com tenacidade contra todos os obstáculos. Sucede também muita vez um rapaz *trazer o sentido* numa moçoila que «tem querença» noutro e não acolhe os seus galanteios. Se a paixão não passa diante da indiferença da tirana, *o homem trata de pisar ao contrário as passadas da ingrata ou procura forma de que ela beba agua enfeitçada, com cabelos queimados e reduzidos a pó, para assim lhe conquistar o affecto.* Mas a voz corrente é que *no ceu se talha o casamento e a mortalha.*

A austeridade dos costumes é extraordinariamente apreciada entre o Povo Madeirense e, muito embora se note uma aparente liberdade e despreocupação nos campos, o certo é que *raramente casa uma moçoila de quem se ralhe.* Porém, quando succede que algum ingénuo ou acomodaticio leve à Igreja *rapariga que andasse nas bocas do mundo*, não lhe faltam, á noite, depois da boda, os «brincos», cantigas e «bailhos» com farto acompanhamento de latas e «búzios» em ensurdecador alarido! Já no Funchal ou mesmo nas vilas, êstes e outros costumes, caíram um tanto em desuso. No entanto, ainda hoje, mesmo entre as Famílias distintas, é tido como um bom pronúncio quando acontece chover após um casamento: *a chuva do Ceu depois da boda é a bênção de Deus sôbre o casal.*

\*

\* \*

O senhor Vigário já se impacientava com a demora. Tinha marcado para a missa do dia dois casamentos, e o tempo passava sem que nenhum aparecesse. Na verdade, era inexplicável aquilo... Então, do lado, o sacristão segredou a Sua Reverência:

— *Dois casamentos não se devem encontrar na Igreja: um tira a felicidade do outro...*

\*

\* \*

Estava animado aquele banquete da *boda*. Os pratos e as bebidas multiplicavam-se trazendo os convivas numa boa disposição. Repetiam-se as *saudes* com mil votos de ventura. Inopinadamente, ao erguer o copo a transbordar de *malvasia*, um desastredo enternou o vinho na mesa.

— Deixa lá isso rapaz! Ainda bem que tal se deu: «vinho branco entornado na toalha é alegria».

— E se fôsse tinto?

Já se sabe que «derramar vinho tinto na mesa é sinal de brigas...»

Então o noivo, satisfeito, *escorrepichando* a última gota de «cerceal» fez o seu copo em estilhaços no meio de gerais aplausos, porque, «quando os noivos quebram vidros na festa do casamento, é a felicidade assegurada pela vida fora».

\*

\* \*

«Quando uma rapariga quer saber o nome do homem que a espera para marido, deve saltar três vezes, em três direcções diferentes, a fogueira de Santo António e, no último salto deixará cair entre as labaredas uma moeda. Ao outro dia, antes do romper do sol, vai procurar a moeda entre as cinzas para logo a dar ao primeiro pobre que encontre, caminho da Igreja, e a quem perguntará o nome».

Pois tudo isto ralava deveras a rapariga porque o mendigo a quem dera a esmola era mudo...

Depois, tão ansiosa andava em se certificar se era João o nome do homem que o Ceu lhe destinava, que antes de adormecer dirigira ao Santo casamenteiro a quadra usual:

«O' Sant'Antoninho  
Fazei-me sonhar,  
Num doce soninho  
Com quem vou casar.

Mas o santo parecia comprazer-se em arreliar a pequena, pois que toda a noite sonhara com porcos!

— Deixa lá, rapariga! Não sabes que «sonhar com porcos é dinheiro que se vai receber» ...?

\*

\*       \*

Ainda o sol mal começava a espreitar pelos cimos dos montes, e já o *rapazola*, de enxada ao ombro, seguia caminho da *fazenda*... Pelo *zig-zag* das veredas, também outros seguiam para o trabalho das *cavas*, de sol a sol...

As canções dos homens e o chilrear das aves refrescavam, ainda mais, aquela linda manhã de Primavera. Mas, no alto de um *cabeço* o *rapazola* parou a vêr se nas *faias*, lá no *córgão*, já andaria a sua amada apanhando a *rama* para o gado... Era certo encontrá-la sempre ali e sentia, ao vê-la, como uma vida nova que lhe enchia o peito e lhe dava alento para o mourejar do dia... Porém, d'aquela vez balbuciou uma praga. E' que *uma ave voando no ceu dos lados do pôr do sol, anuncia que o dia correria mal*. E logo se afastou no *serpear* das veredas, a enxada ao ombro, fronte carregada, a alma numa angústia... *Se a ave viesse do nascente era sinal de que tudo ia com boa sorte* e a pequena talvez não tivesse faltado...

\*

\* \*

Tinha graça, aquele namoro de crianças... Manhã cedo, quando êle seguia para a serra *apanhar* a *comida* ou *acartar* o molho *de lenha para o lume*, deixava-se ficar sempre para traz do rancho da garotada palradora e esperava que ela aparecesse no *terreiro*. E os dois, olhavam-se, fitavam-se um instante e sorriam... Todos lhe faziam *picaria*, mas ambos, negando sistematicamente a *pés juntos*, não perdiam ensejo de se encontrarem ou de trocarem olhares e palavras às *furtadelas*...

Num dia de *feira* na vila, o garoto comprou com as economias *amealhadas*, um lençinho bordado. *Deu-lhe cuidadosamente um nó numa das pontas e pregou-lhe um alfinete, porque oferecer um lenço sem estas precauções é chamar a separação*. A pequena corou quando êle lhe entregou a *prenda*. Passados meses, na *romaria* do Senhor Jesus, no meio do entusiasmo geral, a garotita *encheu-se de ânimo* e com voz fresca das treze primaveras, olhando de *relance* para o namoro lá *botou trova*:

O lenço que tu me deste,  
Trago-o sempre no meu seio,  
P'ra que ninguém desconfie,  
Êste lenço donde veio.

E êle mal pode esconder num sorriso de agradecimento a ventura infinda que mal comportava a alma.

\* \*

\* \*

A mulher madeirense é, em regra, uma excelente dona de casa. *Nada e criada* nesta doce monotonia sem emoções intensas, intimamente ligada à Família, o bulício do mundo resume-se para ela nos Domingos, quando, pela tarde sai a passeio, a *espairecer*, ou num ou noutro acontecimento que de longe em longe vem ondular a vida de todos os dias. A *faina* doméstica, absorve-a por completo, e mesmo os *vagares*, ocupa-os em quer que seja útil

e de proveitoso para o lar. Tal como todas as mulheres, é naturalmente curiosa, gosta de *bisbilhotear* com as vizinhas e não sabe guardar segredos, mesmo do que se passa *portas a-dentro*. É dedicada e ciumenta.

*Para conservar o amor do homem a quem entregou o coração, é freqüente fazê-lo beber uma infusão de vinho com raspas das suas unhas ou deitar-lhe na comida cinzas das suas madeiras.* E quanta vez ela se apressa em *raspar os olhos, num retrato de noivo ou de marido, para que êle não possa ver com paixão outras mulheres?* Outras vezes então, não exita em *espeter uma agulha na fotografia, sôbre o coração, depois de a ter molhado no próprio sangue, que é para que o homem amado nunca dela se possa apartar.*

*E nunca dá um beijo ao noivo ou ao marido, ao despedir-se, tendo uma luz na mão, que isso é sinal de morte, nem tampouco gosta de rir muito: rir desabridamente traz desgostos.*

Se está costurando e *a tesoura caindo se espeta no chão, é aborrecimento que não tarda.* Quando encontra *facas em cruz sôbre uma mesa, persente rixas.* Rapariga solteira não é capaz de comer na rua porque: *quem come na rua não casa.* Também *varrer os pés com uma vassoura de urze afasta o casamento.* Ora o *casório* é a preocupação da mulher madeirense, desde que saiu da infância, Às vezes ainda brincam com as bonecas e já andam a *sismar* com namoros! E na ânsia de apressar o casamento não ha *crendice* que não sigam!

Nas *festas* de despedida de solteiras, quando vão fazer a cama dos noivos, cerimónia a que só podem assistir solteiros, «rebolam-se sôbre o leito nupcial para não demorar a sua vez», «trocam as bacias dos noivos para que em breve também casem», roubam os botões de laranjeira que os noivos devem usar ao outro dia, para os colocarem sob o travesseiro e puderem sonhar com quem irão casar; se acontece aparecer um grilo no meio dessa festança, ninguém ousa matá-lo, porque é sinal de boa sorte e quem o matar vai buscar desgostos. Tanto nessas *despedidas*, que se prolongam até de madrugada e com freqüência até á hora da *comitiva* seguir para a Igreja, como também nas *Romarias*, não faltam as trovas onde a preocupação do casamento aparece bem nítida.

A Rosa do João da Eira,  
 Mai lo Francisco da Fonte,  
 Prometeram ambos lo e dois  
 Ir à Senhora do Monte.

Se o Pai lhes der o «si.n»  
 Inté à festa do Senhor,  
 O Francisco diz que leva  
 Um cirio do seu altôr.

A Rosinha pelos geitos,  
 Nanja qu'eu tenha ouvido,  
 Já dixé ao Pai mai lá Mãe  
 Q'outro não quer p'ra marido

\*

\*      \*

Mas o natural desejo de casar não empolga só a gente môça. E' um *luxo* nos campos, e até na cidade, «ter as filhas casadas». E' como que uma honra. As mães, em regra, logo que sonham que anda «*algum a arrastar a aza*», são as que mais se empenham em abreviar o casamento. Bem o diz a trova popular:

Minha Mãe p'ra me casar  
 Prometeu-me três ovelhas  
 Mas uma é cega, outra cambada  
 E uma mocha das orelhas...

Mesmo com todos estes *senões*, é de crêr que a rapariga não tivesse exitado. E' vêr o entusiasmo com que elas comem o bôlo de noiva para ver se *pega*. E dizem, que «o bôlo de noiva deve ser cortado com espada de militar, para dar boa sorte ao casalinho e *pegar bem* aos solteiros» e se «o bôlo estiver roído por um rato, quem o comer casará com viuvos». «Quando acontece que um rapaz *rompe* o casamento para se comprometer com outra, a noiva repudiada vai espalhar palha junto da casa da rival para lhe arder a afeição ou então não conseguirem felicidade». E' raro uma moçoila regeitar proposta de casamento. Mas não há regra sem excepção, e quando tal acontece ou «quando as Famílias *ajustam* casamento que não é do *agrado* da noiva, esta, na *calada da noite*, deita palhas no caminho entre a sua casa e aquela onde vive o que lhe querem dar por marido». Mas com estas e outras preocupações, a Mulher madeirense, é em regra, interessante e dedicada, procurando fazer do Lar o templo bemdito da Paz.

\*

\* \*

Para a mulher ciumenta o receio de que lhe fuja ou se *desa-feiçõe* o seu *home* é uma tortura !

Não é contudo trabalho fácil trazer o *bicho-homem* fascinado, *pelo beijo*, mesmo quando se trata da mais sedutora rapariga. Há sempre uma natural tendência para *variar*.

Por isso, nos campos da Madeira é vulgar a *Mulher de virtudes* ser chamada para resolver em tais casos. Então a Bruxa com o ar dos momentos solenes aconselha a ciumenta a trazer debaixo do braço esquerdo, bem aconchegado ao corpo, um pedaço de pão, que dará, por qualquer forma, ao homem para comer !

Isto deve ser feito de modo que êle não suspeite e é infalível para *tirar-lhe o sentido* de outra. Porém, se acontece êle descobrir o *manejo* logo corre a casa da bruxa para que ela consiga libertá-lo do encantamento. Então, «em três dias a fio, deve ingerir sumo de bálsamo sagrado, ou bálsamo de canudo, quebrando sómente o jejum depois do meio dia e trazer *rente* ao corpo raminhos de *alecrim bento*. Êste *contra-veneno* é considerado infalível e acaba com quaisquer *querenças*. Também as Bruxas afirmam que «para se ganhar um coração que não corresponde ao nosso affecto, deita-se no sapato do ingrato um pedaço de cabelo de quem anda apaixonado». Mas «ai do possuidor da madeixa se ela vai parar ao mar, pois, no dizer dos entendidos, origina loucura».

\*

\* \*

A gente moça celebra sempre com alegria as *festas* de S.<sup>to</sup> António, S. João e de S. Pedro.

Na véspera, ao repicar dos sinos, às Avé Marias, é o entusiasmo das *sortes* : — são os nomes dos namorados ou dos conhecidos escritos em papelinhos que se enrolam e se lançam num copo com água fresca da fonte e que se *benze* resando o «credo-em-cruz» para que ao romper do dia apareça desenrolado o nome de aquele a quem o Santo designa para marido.

Também, querendo saber-se mais alguma cousa do futuro,

procura-se um ovo fresco, da véspera, para se deitar cuidadosamente com clara e gêma num copo com água, benzida com ramo de alecrim.

Ao outro dia devem aparecer estranhos desenhos ilucidativos do que nos espera : se a clara do ovo apresenta qualquer desenho que lembre um barco é viagem próxima ; se é uma Igreja é a vida religiosa que não tarda ; se aparece uma árvore é porque a espera a riqueza em terras de lavoura ; um veu é um noivado ; um saco significa dinheiro e um pau presagía pancadas !

Muito, na verdade, pode dizer aquele ovo. Os rapazes usam geralmente outros processos para saberem o nome da rapariga que lhes reserva o Santo. Colhem alguns botões de rosa, fechados e a cada um dão o nome de rapariga que lhes interesse.

Juntam êsse ramalhete, enleando os pedimentos, e deixando-o ao *relento*. Ao alvorecer apressam-se em ver qual dos botões abriu mais as pétalas e assim identificam a rapariga que virá a ser a espôsa. Também quando sucede haver casamento próximo da festa de S. João, é uso escreverem os nomes dos rapazes e raparigas solteiras na bainha do vestido da noiva para que já no Santo António algum casório se aproxime.

\*

\*            \*

Diz o velho rifão : «quem casa não pensa e quem pensa não casa». A-pesar-disso o casamento têm um character epidémico no Arquipélago da Madeira. Não há idades nem conveniências diante de uma proposta formal de casório ! É uma epidemia contagiosa que nem àqueles que veem *de fóra* poupa !

Segundo é voz do Povo, «durante a cerimónia religiosa, os noivos devem fixar as chamas dos círios que ardem no altar.

Se a luz for viva e brilhante é porque vai haver prosperidade e harmonia no casal ; porém, se oscilar ou a chama estiver amortecida é sinal de desunião e dificuldades no novo Lar. Se o brilho das luzes for mais intenso do lado onde está *o noivo* é porque êle sobreviverá à espôsa, mas se for do lado oposto, é certo que ela o enterrará.

Ao saír da Igreja, acontecendo os noivos encontrarem um

*giba* é preságio de riqueza futura. Um negro ou um cavalo branco também significam boa sorte para os noivos.

Mas se sucede cruzarem-se com «*aves de penas*» é enlace desgraçado... Porém, a-pesar-de todas as preocupações, a *epidemia matrimonial*, de instante para instante, parece que se intensifica... E as bodas multiplicam-se nos campos e na cidade com gáudio de todos...

Em regra é no oitavo ou no décimo quinto dia, depois do nascimento, que usam levar as crianças à pia baptismal.

Em particular, nos campos, o Baptizado obriga a uma certa «festança». O Padrinho, sôbre quem recaem as maiores despezas, capricha sempre em «*botar figura*» e lá abre os cordões à bolsa para o repicar festivo dos sinos da Freguesia.

A Madrinha dispõe numa mesa, junto do «guarda-vento», sôbre uma toalha ricamente bordada o *presente* que, segundo o uso, veio à cabeça de um rapazito, à frente da *comitiva*. Êste *presente* varia conforme *as posses*, mas em geral é «uma quarta de trigo, três dúzias de ovos e um pão de açúcar, muito enfeitado<sup>s</sup> com flôres» e que, olhando às furtadelas, o senhor Vigário, de logo vai saboreando, passando instintivamente a língua pelos lábios carnudos.

O Baptizado ao Domingo, depois da missa, é considerado como um requinte de luxo. Então, naturalmente, o Povo aglomera-se para apreciar a *lembrança* da Madrinha e vêr o *inocentinho*, porém «*a Comadre conserva a criança escondida debaixo do chaile para a furtar aos maus olhados, fatais antes do baptismo.*»

Depois da cerimónia os assistentes precipitam-se para analisarem minuciosamente o *en.roval*, que também é presente da Madrinha e *é então delicado notar as parecenças da criança com o pai*, muito embora seja por vezes um retrato fiel da mãe. A *comadre* chama as atenções para a *perfeição* do pequerrucho. «*Depois de baptizadas já as erianças estão livres de olhados porque estão santinhas.*»

E a comitiva impacienta-se com a demora, lembrando-se do *banquete* que lá em cima espera fumegante...

Encerram-se as portas do Templo; dispersa-se o Povo caminho dos casais e os da comitiva, entrando em todos as «vendas» lá vão alegres para a «comesaina». Em casa, no terreiro sempre

florido com malvas vistosas, hortênsias, girasóis e maravilhas, os vizinhos, com ar festivo, aguardam o regresso da Igreja. E não faltam as trovas tão regionais que, de vale em vale, se repetem.

«O charamba foi às Lapas  
E a mulher aos carangueijos,  
E as filhas ficaram em casa  
Dando abraços e beijos».

Ai que *criança perfeita*  
Que meus olhos estão a vêr,  
«Há-de ter bem boa sorte,  
Pois chorou *antes* de nascer.

E estas e outras quadras, acompanhadas com a monotonia do «machete», «braguinha», «rajão» ou viola, multiplicam-se, eternizam-se, até tarde... E' que o Povo da Madeira recebe sempre com júbilo um filho que nasce. *Os Filhos são bênçãos do Ceu.*

Num ceu de tonalidades esbatidas, lá ao longe, sôbre o mar, nuvens sanguíneas correm para o poente. Na montanha a paz bemdita dos campos... Não se sente um rumor longínqua nem a brisa leve redomoinhando as fôlhas sêcas, como ilusões desfeitas que, por vezes, a Saudade agita nas Almas! E escuta-se o silêncio naquele entardecer lânguido de Outono... De súbito, cânticos distantes que se repetem e se vão esmorecendo, até se perdem num murmúrio, veem quebrar aquela doce tranquilidade... E as vozes sobem, aproximam-se, mais nítidas, mais vibrantes, enchendo os ecos das montanhas...

«Bemdito e louvado seja  
O Santíssimo Sacramento  
Da Eucaristia»...

De quando em quando a voz de bronze da sineta, entremeia e interrompe o cântico para chamar o Povo a acompanhar o *Viático*...

Mas logo as vozes frescas das raparigas, casando-se harmoniosamente com as vozes fortes dos homens enchem, fervorosas, vibrantes, a amplidão dos campos.

«Bemdito e louvado seja  
O Santíssimo Sacramento  
Da Eucaristia»...

As flôres caem em chuva sôbre a *umbela* e o Sacerdote que leva o confôrto a uma Alma prestes a desprender-se, a evolar-se, entoa com vigor o «Glória Pátri» rematando o cântico sacro, que o Povo não cessa de repetir...

No *palheiro* os prantos dosolados seguram-se à religiosidade do silêncio durante o Sacramento. Porém, de súbito, os circunstantes entreolham-se com pavor.

É que um «Papagarro» cantou sinistramente. «*Quando um «Papagarro» poisa cantando sôbre a casa de um doente é a presagiar a morte*».

E agora, a confirmar a desgraça terrível, todos recordam que «*sucedendo o senhor Vigário chegar à morada de um enfermo entoando o «Glória Pátri» é sinal infalível de morte*».

O crepúsculo sempre rápido, quási momentâneo, na Madeira, deixou já que as sombras envolvessem a terra. O silêncio espalha-se de novo na paz da montanha. Sômente o cantar lúgubre do Papagarro se repete quebrando nos espíritos doridos as últimas esperanças...

\*

\* \*

Tinham-se apagado os últimos rumores da *feira* da Senhora de Agosto. No monte, que domina a vila, bruxuleavam ainda os *fachos* tradicionais. O Povo subia para as montanhas e alegre, de quando em quando, enchia os écos com suas *trovas* bizarras...

Nossa Senhora do Monte,  
Está sentada na varanda  
À espera das *soidades*  
Que o Senhor Jesus lhe manda.

E a quadra perdia-se, repetindo-se, apagando-se entre os *caboucos* da serra. Porém, logo vinha outra mais picante e até um tanto *destemperada*:

«Dentada de cão se cura  
Com pelo do mesmo cão;  
Cura ao vilão o desmaio  
Uma bota de vilão».

Então os rafeiros como que ofendidos com a comparação da *trova* iniciam um concêrto inervante de uivos e latidos agoirentos.

—«Cruzes canhoto  
Que o *grima* é torto»...  
— Calai-vos *grades!*

— *Abernúncio!* «*Os cães a uivar é Feiticeira que passa, quando não é a morte que vagueia*». «*Se alguém voltar uma bota com a sola para cima os cães param de uivar*».

E arripiava, na verdade, ouvir assim os cães uivando à Lua naquela noite de Agosto tão serena e límpida.

\*

\*        \*

Em véspera de dia que a igreja consagra aos grandes Santos, não faltam nunca as *sortes*. As mais usadas são aquelas que directamente falam de amores. Mas há outras que visionam pontos mais sérios da vida. Assim, «ao toque das Ave-Marias, deve-se colocar debaixo da cama um prato com terra, outro com um cordão de ouro e o terceiro com água. Se antes da alvorada, indo a tatear com a mão, se tocar na terra, é porque não tarda a Morte; porém, se acontece agarrar-se o ouro é a riqueza, e a água uma viagem». Outro processo consiste em deixar debaixo de um travesseiro uma fava inteira, outra meio descascada e a terceira despida de todo.

Á última badalada da meia noite, toma-se uma ao acaso, e, conforme *calhou*, significa riqueza se foi a fava inteira, uma vida equilibrada se tiver sido a meio descascada e a pobreza se foi a terceira!

Também é costume, quando acaba o arraial do S. João, o Povo procurar a beira-mar para se banhar. Se vê a sua *sombra* na água cristalina do Atlântico, é que a Morte o espia...

\*

\*        \*

O Povo do Arquipélago da Madeira, especialmente nas povoações à beira-mar, costuma celebrar com grande gaudío o dia de S. Pedro, patrono da Vila da Ribeira Brava. A Baía do Funchal,

pela tarde, cobre-se de barcos, adornados com bandeiras e com flôres, havendo grande aglomeração de Povo no cais e na Avenida Marginal e na Praia até à Pontinha. Na Ribeira Brava, realiza-se a tradicional *procissão dos pescadores*, percorrendo as ruas da vila um barco engalanado, seguido das *charolas* regionais.

Na véspera da festa, ao repicar alegre das Ave-Marias, costuma a gente moça entusiasmar-se com as *sortes* e com os *bochechos*, muito embora o S. João e o S.<sup>to</sup> António sejam mais propensos a casamenteiros. Ora como S. Pedro é o *porteiro* do Ceu, a sorte mais a *perceito*, é para saber se a *sua hora* vem longe.

Para isso, deitam um *punhado* de terra num vaso com água e depois da *benzedura*, repetindo o *credo em cruz*, com raminho de alecrim sôbre o vaso, escorrem a água e envolvem a terra num pano, deixando-a assim ao relento.

Se ao outro dia, depois do sol nascer, a terra estiver sêca, é porque a Morte ainda vem longe; se aparecer húmida, é porque é sinal de que a Parca implacável já vem a caminho; porém, se permanecer em lama, é, então, o pior preságio: a vida está a findar!

Também usam colocar três pires numa bandeja: um com água, outro com cinza e o terceiro com a chave. Logo que a noite cai vão tateando até encontrarem um dos pires. Se fôr aquele que tem água, é uma viagem; na chave, é casamento; e na cinza, a morte em breve. E isto vem de longe, de geração em geração, trazendo sempre as mesmas apreensões e os mesmos alvoroços.

\*

\* \*

As *Almas*, a-pesar-de todas as razões, aterram de uma forma incrível o espírito dos Madeirenses. Há muita gente culta que se deixa dominar infantilmente por um pavor imenso das *Almas*. Que os vivos atemorizem, porque na verdade o bicho-homem é perverso, compreende-se. Porém os *espíritos*...

Mas vão convencer disto aquele Povo. Em *correndo* que aparecem almas em qualquer casa ou em determinado sítio, não há quem fique ali tranqüilo.

Muitas vezes costumam «aspargir com água-benta, ou queimar alecrim rezando o *credo em cruz* para afastar os Espíritos».

Outro processo, tido como infalível para *afugentar* as Almas, é benzer a casa onde aparecem, nas quatro direcções, com uma faca de aço que sirva para matar porcos.

E voz corrente de que os Espíritos aparecem quando no mundo lhes ficou ainda o quer que fôsse a cumprir. Então deve haver a fôrça necessária para dominar o terror e perguntar-lhes o que pretendem. Depois não voltam a aparecer. Também é *crença* popular que deitando água no brazeiro faz mal às almas.

Se acontece varrerem a casa logo que sai um entêrro ou passando na rua um funeral é difícil evitar que não tarde outra morte.

Quando morre uma criança, é curioso notar, que os vizinhos e amigos da família, longe de acompanharem com lágrimas e *carpidos*, tal como sucede ao finar-se algum adulto, levam a noite tocando e cantando em volta do esquife onde o *inocente* entre flôres e luzes dorme o derradeiro sono. E' que uma creança que morre é um anjo mais no Ceu.

\*

\*            \*

Na *roda do ano* a *Festa* marca como o principal ponto de referência na vida do Povo do Arquipélago da Madeira.

De entre tantas e tão celebradas festividades, apenas o Natal, marca como a *festa* por excelência. Mal repicam os sinos lembrando a solenidade do dia da Senhora da Conceição, a Virgem do manto azul e da túnica branca, padroeira de Portugal, já em todos os casais começa preocupação dos preparativos para a *Festa*, na procura das *tacinhas* onde devem germinar as sementes que *enfeitarão* as *Lapinhas* regionais e tão curiosas onde se comemora o nascimento de Jesus. «Se as *searas* das *Lapinhas* nascem viçosas, é porque o Ceu se amerciou da sorte dos homens, e os campos vão produzir boa colheita. Porém, se aparecem definhadas, é porque o ano vai ser mau»... E o Povo que se ergue com o Sol para o labutar do dia, e que logo ao cair da noite adormece com a paz dos que trazem a consciência do Dever cumprido, êsse Povo simples e supersticioso que vê um perigo ou um fantasma em cada sombra da noite, nunca falta às *missas do parto*

que antecedem o Natal. Mal os *sete estrelas* sobem no Céu, de *cabeço* para *cabeço* ou pelas curvas das encostas, ouve-se o vozear rouquenho dos homens acordando os vizinhos ou então é a frescura das vozes cristalinas das raparigas entoando *cantigas* evocativas da vinda do Deus-homem ao mundo.

«A estrêla de Alva, pela manhã vem,  
Meus pastorinhos, vamos a Belém  
Visitar Maria de um Filho que tem.  
Como é bonito! Como Ele está bem!  
E todo se parece com a Senhora Mãe.

«Menino tão rico que pobre estás,  
Deitado no feno entre animais.  
Tu tocas viola e eu toco pandeiro  
Vamos adorar o Deus verdadeiro».

E mesmo quando a invernia aperta, o entusiasmo das cantigas não diminui. *A festa molhada traz Semana Santa enxuta*.

O período do Natal na Madeira, em regra, é tempestuoso. As tormentas são por vezes medonhas! Então, «para amainar a tempestade, queimam pedaços de *pão benzido*, acendem um *círio bento*, fazem arder flôres ou *palmitos* do Domingo de Ramos, e ainda deitam ao vento um pedaço da túnica do Menino Jesus...»

«Se o galo canta antes da meia noite, na véspera de Festa, é mau preságio, e para *quebrar a maldade*, o remédio é degolar o pobre animal.» No dia de Festa e nas *oitavas*, a *comesaina* é obrigatória, excessiva. O porco é o *prato do dia*. Já a morte do porco representa um *acontecimento*. Acorrem os vizinhos e com o ar grave dos momentos solenes, medem *os dedos* de tocinho, a altura da *banha* que representa o *bom passado*...

E no *chiqueiro* ainda ficam esperando o novo porco, como trofeus de glória contra o *mau olhado* e contra o ar, os chifres de boi ou de carneiro e uma garrafa de vidro. Também, quem procurar, não será difícil descobrir numa fenda da parede um pedaço de carvão vegetal, um ramo de alecrim ou um prego *virado*, que são *talismans* seguros contra as *invegisaaes* com que os pobres súfnos são atingidos... E a *Festa* decorre sempre assim, alegre, com estas praxes. Mesmo os pobres celebram com prazer o Natal, porque são *presenteados* pelos vizinhos mais ricos. Todos usam

estrear fato na Festa e não faltam assim com as *lembranças* aos mais necessitados que não teem *posses* para as comprar. Um facto que na Madeira não admitem que se discuta, é que «à meia noite em ponto de 24 de Dezembro o tempo põe-se ao norte...»

\*

\*            \*

Encontram-se preocupações infantis, aos centos, na vida de todos os dias. Uma de elas que até no Comércio influe, é de «não dar início ao quer que seja, na terça ou na sexta feira, porque os dias aziagos são fatais.

Também o décimo terceiro dia do mês aparece como fantasma trágico, e ainda mais quando coincide cair em terça ou sexta. Outra preocupação é de «não entrar ou sair, subir ou descer, começando com o pé esquerdo».

«Deve começar-se sempre com o pé direito». Também dizem que «enfraquece o cabelo corta-lo à sexta feira» e que «dá forças ao diabo cortar as unhas à sexta feira». Não é exagero afirmar que se encontra ligado a cada facto, a cada frase, ia a dizer a cada gesto, uma crendice, uma superstição, nesta Terra linda da Madeira.

«Pedir sal emprestado ou comprá-lo depois das Ave-Marias, traz desgraça a quem o empresta ou a quem o vende».

«Espremer uvas na terra faz secar a videira».

«Quando o sol não brilha e se apresenta sangíneo é porque as sementeiras não vão ser prósperas».

«O primeiro filho que nasce não deve ter o nome do Pai».

\*

\*            \*

«Quando as abóboras ou as *mugangas* se desprendem dos *baraços* e rolam, é porque as Feiticeiras andam por ali em *bailhos*.

Então, em matéria de *Bruxas* é uma série infinita de preocupações, mesmo entre gente com educação. Ao contrário das *Fadas* e das *Mouras encantadas* que prendem a atenção das crianças como se fôsse possível saírem da fantasia dos *contos* e das

*Lendas* para a realidade de uma vida banalmente despreocupada; as *Feiteceiras* surgem a cada instante como um pesadelo ou como uma justificação de mil contrariedades ou de malefícios no espírito do Povo Madeirense. O Povo é a grande criança de todos os tempos! Nestes campos lindos, torna-se, por vezes, ainda mais infantil! Crê nos bailhos ou *baiiles* das Feiteceiras, ao bater lúgubre da meia noite, em sítios *mal ensombrados* onde elas se reúnem completamente desprovidas de vestuário, montadas em vassouras, os cabelos desgrenhados, combinando *tropelias*, em volta das fogueiras! «Um cão negro que encontram de noite é uma Feiteceira disfarçada a caminho do baile a juntar-se às outras». Tanto pode ser *Bruxa* uma rapariga como uma velha. Mas para se ter a certeza basta «juntar matos dentro duma Igreja e deitá-los na pia da água-benta».

As Feiteceiras que se encontrem no Templo, demoram-se infinitamente antes de saírem.

Também «se acontece durante a visita de uma reconhecida Bruxa os donos da casa descobrirem um grilo, devem deitar água no chão para afastar a morte». Quando o norte sopra rijo, deve-se *bater no vento*, porque são os assobios das Feiteceiras que andam no ar danificando a Terra».

Dizem também que folhas de loureiro e ramos de murta afugentam o diabo e as Bruxas.

As *ervas bentas* têm então um poder imenso sôbre essas figuras aterradoras e, por isso, não há quem deixe de colher e guardar cuidadosamente todas as ervinhas ainda húmidas, do sereno da noite, que antecede a festa dos Santos...

Todas as ervas são bentas  
Na manhã de S. João,  
Só a figueira maldita  
Por seus pecados é que não.

O caso é que em tôda a parte veem feiteceiras ou a sua acção maléfica. Uma galinha com pintos que atravessa a estrada ao escurecer é um Bando de Bruxas disfarçadas.

E quando não são elas então é o espírito maligno, *O Grima*. Um porco que, de noite fôge da possilga, um cavalo que fére

lume nos lagedos ao trotár, os fogos-fátuos, tudo são disfárces diabólicos do espírito das trevas! Nestas abençoadas Ilhas do Arquipélago, onde a natureza caprichou em reünir os mais apreciáveis predicados, onde se póde atravessar a serra pela calada da noite sem perigo de espécie alguma, o Povo não deixa o terror supersticioso que de longe vem! Até as mães, tanta vez, cantando para adormecer os Filhos repetem aquela quadra popular:

«Vai-te embora ó Papão  
De cima d'este telhado,  
Deixa o menino dormir  
Um soninho descançado.»

Segundo corre na boca do Povo, uma Bruxa tem debaixo do travesseiro um *novelo de guedelha* e a sua agonia prolonga-se horrorosamente, quando a morte lhe bate à porta, e só consegue adormecer no sono eterno, quando entrega a outra pessoa aquele *talisman*.

\*

\*        \*

A-pesar-do fundo acentuadamente religioso do Povo da Madeira, é vulgar. em ocasiões de *reina*, invocarem o *grima* para que auxilie numa vingança ou na descoberta do causador de qualquer mal de que não conseguem realizar a origem. Para isso, dirigem-se à meia noite precisa, a uma encruzilhada, e levam uma garrafa com água-ardente. Dão três *assobios dobrados* e logo que julgam ter devisado o *vulto* estendem-lhe a garrafa com a *bubida* e sem o encarar dizem ao que vão.

Depois voltam serenamente a casa e esperam que apareça um *senal* a indicar o *reu* que motivou a *reina*.

\*

\*        \*

O *senal* dá por vezes origem a equívocos ilariantes. Não há muito foram roubados uns presuntos de uma dispensa de casa abastada no norte da Madeira. Muita investigação, muita suspeita

mas nada averiguado. De súbito, um visinho, homem sério e *de meios*, apareceu com uma mancha vermelha na testa e por mais que afirmasse a sua inocência, a própria família, todos em casa o viam como o autor do roubo, o que o forçou a não sair à rua sem que a mancha passasse, não fossem todos julgá-lo capaz do delito...

Há muitas pessoas *devotas* que não perdem novenas ou festas da igreja, mas que são em extremo propensas às superstições. Lado a lado com os seus sentimentos religiosos, elas conseguem pôr uma infinidade de credices. «Não dormem em almofadas de penas para que não tenham atribulações na vida». «Calçam primeiro o pé direito para que não tenham revezes».

«Não deixam uma tesoura aberta sobre a cama porque isso põe em risco a felicidade».

«Fazem o sinal da cruz ao abrir da boca para que não entre o *diacho* no corpo».

«Se apanham uma pulga na cabeça é porque alguém esteve mentindo contra a sua vida».

«Julgam que se depois do mar fazer setê vagalhões seguidos, não tiver um espasmo de calma, é porque o *grima* anda agitando as águas».

Não pensam em mortos depois do sol pôsto ou, tendo de passar em sítio *mal ensombrado*, repetem o sinal da cruz para que não vejam *espíritos*.

«Resam o credo em cruz para afastar espíritos errantes».

«Não contam as estrêlas porque isso faz nascer verrugas».

«Não vendem colmeias porque lhes traz má sorte».

«Não passam debaixo duma escada para que o dia não decorra com contrariedades».

«Quando ouvem os cães uivar voltam um chinelo com a sola para o ar, certas de que o *grade* se cala».

Lavam com vinho branco um pingo de sangue que caia num lençol para evitar a morte». «Creem piamente que os orvalhos num entêrro *apagam* os pecados do defunto».

«Uma vassoura com o penacho para cima é eficaz para fazer sair uma visita maçadora».

«Uma tesoura de aço debaixo do travesseiro, livra de maus olhados».

«Achando o prego torto devem atirá-lo ao mar, para pescar a boa sorte».

«Encontrando uma ferradura velha com três cravos é boa sorte; com dois é sinal de vida remediada, e com um é a miséria».

«Não tiram luto na quaresma para não chamar novas mortes».

«Se comem com uma colher que tivesse sido mordida por um porco é preságio de riqueza».

«No mar não devem *atirar* sôbre o albatroz, porque origina fogo ou desastre grave a bordo».

Não consentem dinheiro sôbre mesa de refeições para que não prejudique a boa sorte».

«Não se assoam num avental para fugir aos falsos testemunhos».

«Se sonham com dentes creem que é sinal de morte de parentes».

«Comichão na mão é indício de receber dinheiro».

«Comichão na ponta do nariz é *calote*».

«Rapariga que tenha um sinal num pé casará com um José».

«Um sinal no peito, indica que merecerá respeito».

«Se há suspeitas de que alguém morresse por malefícios, pondo de bruços o corpo ainda quente, faz acusar-se o malfeitor».

Mas não ficam por aqui: «as orelhas vermelhas indicam que alguém está a dizer mal, ao passo que as orelhas descoradas querem dizer que falam em nosso favor».

\*

\*

\*

A beleza incomparável do ceu da Madeira, em regra tão limpo e azul, anilando o oceano ou a envolver-nos num manto sintilante de estrêlas, tanto nas noites de estio, como nas noites de inverno, é um dos factos que mais prende e encanta os visitantes. Dizem no Arquipélago, que «*o luar de Janeiro vale um carneiro, vem o de Agosto e bate-lhe no rosto, mas o de Outubro vale por tudo*». A beleza do firmamento chamou, naturalmente, as atenções, e daí se explica que andem ligadas aos astros tantas crendices.

«Quando corre no ceu uma estrêla, pede-se, em pensamento, três cousas que muito se desejam».

«Se as estrêlas correm do norte para o sul, é que são propícias a questões de amor».

«Se deixam um rasto luminoso, é que facilitam empresas e assuntos de dinheiro».

«Ler uma carta amorosa à luz da lua apressa o casamento».

«A esteira do luar sôbre as ondas, são tapetes onde bailam as feiticeiras».

«Apontar para os astros faz nascer verrugas e cabelos brancos».

As crianças ou os animais que nascem em período de *lua cheia* são fortes e robustos».

«Não se devem deitar ovos de forma que as aves nasçam *com a fraqueza da lua*».

«Por cada estrêla que os namorados contam, atrasam o casamento um ano».

«Mostrar moedas à lua nova, é pedir dinheiro e abastança».

«Quando orvalha em noite estrelada, é para que os homens não esqueçam a Deus».

«O *arco-iris*, prestes ao pôr do sol, não deixa as feiticeiras *bailhar* naquela noite».

«Quem vê o *raio-verde* do sol terá boa-sorte».

«Sol e chuva faz casar uma viuva».

«Sol madrugador cêdo perde o ardor».

Esta crendice, por certo, deve ter sido o *motivo* dos versos tão populares na Ilha :

«Sol madrugador  
E home resador,  
Burro que faça "im"  
E mulher que fale latim  
A sete léguas de mim».

Ainda hoje se nota no Povo Madeirense uma acentuada falta de confiança nos Médicos. Em regra, sanam seus *males*, com *remédios caseiros*, empregando em especial *cosimentos de ervas*, e quando a doença não cede, entram em sena as *Curandeiras, Bruxas, Feiticeiras ou Mulheres de virtudes*. Só no último ex-

tremo, em regra, em casos perdidos, é que chamam o médico talvez mais por causa da certidão de óbito!

Uma das doenças vulgares nos campos da Madeira é a Erisipela, a que o Povo chama o "*mal da zirpela*", que é geralmente tratada pelas *Curandeiras*. Munida de nove pedacitos de pau de oliveira, uma fôlha da mesma árvore e um pires com *azeite doce*, a *Mulher de virtude* coloca um dos pausinhos de oliveira sôbre a parte atacada pela "*zirpela*", põe a folhinha e o azeite ao lado, e, ora fechando os olhos, ora erguendo-os ao ceu, com ar concentrado, vai batendo com o corte de uma faca de aço no pausito, arengando em tom de resa: «Pedro e Paulo vinham andando, Jesus Cristo os encontrou».

— Pedro e Paulo de onde vindes?

— Senhor vai muita doença e também muita *zirpela*,

— Pedro e Paulo tornai atrás: levai azeite e levai palma e levai pau de oliveira.

— Oh! *zirpela* maldita! Quem te trouxe aqui morada? Foi o frio ou foi a neve ou foi a grande tempestade? Vai-te *zirpela* maldita para aquele *pêgo* do mar que este corpinho é pobre para te sustentar.»

Acabada esta arenga friccionam com sangue da crista de galinha preta a parte atacada do *mal*. Durante nove dias se repete esta prática e ao nono amarram os nove paus de oliveira e os atiram ao lume ou então ao mar, dando por certa a cura e apto o *padecente* para o labutar da vida.

Para a *cura* das ínguas o *rito* manda que o *paciente* desenhe uma cruz na cinza da lareira, e sôbre ela coloque o pé esquerdo. Enquanto a *Curandeira* faz uma massagem sôbre a íngua repete três vezes as *palavras mágicas*:

«Íngua fôrca! Fôrca íngua!

Inda te corto.

Inda te retalho.

Inda te deito no borralho!»

E afirmam que ao fim de uma semana a cura é certa.

\* \* \*

As impíngens também teem a sua *cura*. E' necessário que o doente esteja em rigoroso jejum. Aproxima-se da lareira e hume-

dece com saliva o indicador da mão direita e esfrega-o na cinza. Em seguida fricciona a parte atacada pela impingem e vai repetindo a meia voz :

«Impingem rabicha  
A Senhora Sant'Ana  
Te manda curar  
Com *escupo* da boca  
E cinza do Lar.  
Assim tu cresças  
E *promenessas*  
Como eu já comi  
E já bebi  
E fui ás serras  
E fui ao mar  
E estou aqui.»

Ao fim de três, cinco, sete ou, quando muito, nove dias a Senhora Sant'Ana, e mais o *escupo* da boca com a cinza do far terão assegurado a cura!

\*

\*        \*

As mordeduras de insectos ou de animalejos da terra e do mar curam-se, em geral, com um pouco de amoníaco, sem a intervenção dos *doitiores* nem das *mèsinhas das boticas*. Mas isto dá-se mais na Cidade.

No coração dos campos as *Bruxas* é que podem curar sem delongas. O doente deita-se ao comprido e de *bruços*. Em seguida é *benzido* com um ramo de alecrim e a *Curandeira* então toma um ramo de figueira preta e vai mencionando nove *bichos* que podem ter causado o *mal* e por cada citação corta uma *lasca* do ramo, com uma faca de ponta, e que tem de ser de aço :

«Se és *carangueijo*  
Ou és *perceveijo*  
Se és *rato*  
Ou és *carrapato*  
Se és *centopeia*  
Se és *barejeira*

Ou és moreia  
 Se és porco  
 Ou és gafanhoto  
 Assim eu te corto  
 Assim eu te mato  
 Assim eu te parto».

Por cada lasca que cortou no pau descança a faca de aço sôbre a mordedura até acabar a arenga. Depois, deita as nove lascas no fogo.

Se a mordedura foi de *animal macho* antes de nove *curas* passa o *mal*, porém se acontece ser de *animal fêmea* então a *cura* é mais demorada «*por via da desova*».

\*

\*       \*

A *belida* é, no dialeto madeirense, uma névoa que por vezes aparece nos olhos e que prejudica sensivelmente a vista. Logo que êsse mal começa a acentuar-se usa o Povo empregar a *receita* dos Curandeiros. Mal rompe a manhã deve o paciente procurar a Mulher de Virtudes que «mastigará durante uns minutos cinco dentes de alho, cinco *grellos* de louro, e um anel de ouro para depois *bafejar* nove vezes em nove dias seguidos o olho doente, de forma que o *bafejo* comece rente ao nariz e termine do lado do braço».

Para *curar o Treçol* é então bem simples o formulário. «Basta que o próprio doente se dê ao trabalho de aquecer com *bafo* um anel liso, ou *aliança*, de ouro e logo friccionar a pálpebra atacada.» Passados uns dias, sempre *nones*, o treçol desaparece. Outro processo é, para a mesma cura, construir um *palheiro*, como se fôsse para bonecas, e deitar-lhe lume. Logo que o fogo se desenvolve gritará três vezes: «Aqui d' El-Rei que está a arder a casa do meu rico treçol». A cura é infalível.

Para curar as hérnias — as *roturas* ou *quebraduras* — nas crianças raro intervêm a medicina.

Os pais ou parentes da criança doente descem aos *córgãos* onde vicejam os vimieiros, cortam um *vime* bem flexível, despem-

no das folhas, abrem-no ao meio em sentido longitudinal de modo a formar uma oval.

Procuram então um rapaz que se chame Manuel e uma rapariga de nome Maria e esta depois de friccionar levemente a rotura do doente passa-o pela oval do vime dizendo:

«Toma lá Manuel». Por sua vez o rapaz segura a criança, fricciona-lhe a rotura e devolve-a através da oval repetindo: «Toma lá Maria».

Nove vezes se repete consecutivamente esta prática. Em seguida enleiam o vime com *palha de bananeira* e colocam-no á laia de cinta no doentinho, certos de que o resultado será mais eficaz que os *dizeres dos doitoires*.

Porém há formas diferentes nesta *cura* da hérnia. Em certas regiões não vão cortar o *vime* ao córgão e seguem o *rito* usando um ramo qualquer, em *arco*, e ligam depois a criança com uma *tira de linho de terra* que renovam até ao fim da cura; há porém uma circunstância muito importante. E' absolutamente necessário que o Manuel e a Maria sejam *veriges*. Já no sul os compadres cortam o vime e devem chamar-se Maria e João. Formam a oval sem *rachar* o vime ao meio. Os trâmites são depois os mesmos mas com esta arenga:

«Toma lá João  
O crianço doente  
E dame-lo são».

O rapaz devolve a criança pela oval e responde:

«Tu és Maria  
E eu sou João,  
Vamos ver um dia  
O crianço são».

Finda a prática ligam o *crianço* com uma *facha de linho nativo* e metem o ramo na terra húmida e ao passo que êste vai criando novas folhas certificam-se de que a doença vai passando...

\*

\*            \*

Quando aparece um dente *combalido* amarram-no com um fio de linho e com um *soquete* poem-lhe a *raiz ao sol*.

Então, atirando o dente para cima dum telhado, devem repetir:

« São João! São João!  
Pega lá o dente pôdre  
e dá cá um são! »

\*

\*            \*

O *olhado* é a causa de todas as desgraças! Há várias *calidades* de *olhado* e cada um tem a sua cura. Tanto pode ser atingido um animal, como uma planta ou um ser humano e mesmo ainda qualquer objecto! O *olhado macho* dizem que é o pior. Para saberem ao certo se qualquer *mal* proveio de *olhado* usam deitar água num prato, benzendo-a e rezando o *credo em cruz*. Depois deixam cair um pingo de azeite.

Se fica a bolha inteiriça é que não há *olhado*, porém se esta se espalha, é que *botaram em riba uma camada de olhado*, tanto mais forte quanto mais se espalhar o azeite! As mulheres de virtudes, especializadas nestas *curas*, começam por abrir a boca seguidamente, enquanto vão *arengando*, entre bocejos: Fulano... foi o nome que

Te puzeram na pia.  
Eu te curo em nome de Deus  
e da *Verige* Maria.  
Se te fizeram mal  
No teu comer  
No teu *buber*  
No teu vestir  
No teu calçar  
No teu sentir  
No teu andar  
Que Deus te queira curar  
E eu te deito no pego do mar.

Ainda depois desta *oração* a curandeira não deixa de abrir a boca, afirmando que é o *olhado* a sair...

Um *remédio caseiro* ainda hoje muito em voga é para a *cura* das queimaduras.

Separam cuidadosamente uma gema da clara de um ovo de galinha e batem até que fique «espapassada». Seguidamente juntam à gema assim batida uma colher das da sopa, bem *rasa* de manteiga fresca ou de nata, sem sombra de sal. Batem esta mistura muito bem. Põem a ferver água fresca e dentro uma pena de ave com que depois *untam* a queimadura, colocando em cima um papel de seda e sôbre este um pedacito de algodão ou de *estopa* que depois fica bem ligado, sem apertar muito. O certo é que a prática aponta como magnifico este remédio tão simples.

\*

\*        \*

A *gripa* ou *florenza* e ainda *florência* no dialeto madeirense, são sinónimos da gripe que é vulgar na Ilha no princípio da Primavera ou do Outono. O médico raro intervem a não ser em casos complicados. Mas logo que aparecem os primeiros sintomas é eficaz êste *remédio*: — Põe-se a ferver numa garrafa e meia de água da fonte um limão inteiro, depois de ter sido bem *espicaçado* com um garfo; juntam-se três fôlhas de lorangeira e três de limoeiro; três grelos de loureiro e três de alecrim; um ramo de herva cidreira, um ramo de flôres ou de fôlhas de *malva barrela*. A *fervura* demora um bom quarto de hora. Então *esmigalha-se* o limão com um garfo e deita-se tudo num pano de linho espremendo-se para dentro da vasilha de loiça. Toma-se esta *droga* de manhã, ao meio dia e à noite, bem quente, uma chicara de cada vez, bem temperada com açúcar e seguida de *meio grogue*. Deve abafar-se bem o doente e em três dias a saúde voltou...

\*

\*        \*

A Primavera e o Outono são designados em geral no Archipelago como o *rebenstar* e o *cair da fôlha* e são os períodos fa-

tais para os tuberculosos. Na Madeira têm-se feito curas miraculosas de tísicos condenados sem remissão. O ar, o clima, tudo ali contribui para devolver a saúde.

Não se faz idêa do número de tísicos e de pessoas fracas que procuram a Madeira como a Ilha da Saúde, com uma fé e uma esperança incalculáveis.

Entre o Povo registam-se bastantes casos de tuberculose, devido principalmente à falta de cuidado. Os médicos só no fim da doença é que são chamados!

Em regra logo que há sinais de *fraqueza no peito* o Povo usa « deitar num tacho de barro duas *maúças* de agrião, uma *garrafa* de mel de abelhas, um quarto de quilo de açúcar *mascavado*, trinta e seis caracois vivos ou lesmas e umas dúzias de *canudos* de *bálsamo sagrado*. Tapa-se isto, barrando-se com massa fresca e ferve em lume brando durante quatro horas. Cõa-se depois de frio e o doente deve tomar uma colher das de sopa ou um cálix pequeno meia hora antes de cada refeição. Para que o efeito seja mais rápido e eficaz deverá o doente tomar em jejum um cálix de sumo de *bálsamo de canudo* com um pouco de velho vinho da Madeira e é indiscutível que êste remédio tem conseguido salvar doentes perdidos...

A *abóbora amarela* gosa de uma grande popularidade na Madeira. Ela aparece na sopa, serve para ótimo doce, é deliciosa com arroz e coentro, tem largo consumo para a *engorda* do gado e até na medecina caseira tem o seu lugar.

As *caneladas*, particularmente no outono, ou na primavera, trazem mais ou menos complicações. Ora o Povo usa, por dar pronto alívio a estes achaques, uma espécie de papa de abóbora amarela cosida, durante umas duas ou três horas, sem sombra de sal e colocada, depois, num pano de *linho da terra* sôbre a ferida.

O *paciente* deverá conservar-se em repouso com a perna estendida, renovando o *medicamento* duas vezes no dia e tendo o cuidado de lavar também com água *fervida e refervida*. Esta aplicação da abóbora amarela na medicina caseira torna-a ainda mais simpática na terra onde gosa quási de um culto popular.

\*

A série dêstes remédios caseiros regionais é tão grande que por si quási darão um estudo volumoso.

Em todo o caso é interessante citar ainda a *inchúndia* de galinha derretida que serve para abortar os furúnculos ou os «espinhos» desde que mal dispostam sejam atacados, pincelando-os umas três vezes no dia. Também a *inchúndia* derretida serve para conservar o calçado.

\*

\*           \*

A queda do cabelo é a preocupação aterradora de muitos homens. Naturalmente na Madeira entre a *medecina dos campos* não faltam *remédios* com mais ou menos virtudes. Entre vários tem por certo, mais renome « a cinza de tronco de parreira amassada com água corrente que esfregada na *pelada* faz crescer o cabelo. Mas há ainda outro muito em voga. Consiste em espremer um limão juntar-lhe uma colher, das de sopa, de polvora, um pouco de *gracha* de porco sem sal e esfregar à noite e ao levantar a calva com tal *inguento*...

\*

\*           \*

A Fauna tem uma grande representação nas superstições do Povo Madeirense:

- « Uma abelha que entra em casa é boa nova que não tarda. »
- « Uma mosca *baregeira* é visita. »
- « Um *besoiro* é mau preságio. »
- « Borboleta negra é má notícia. »
- « Borboleta branca anuncia alegria. »
- « Uma aranha de manhã é desgosto, à tarde preocupações, à noite uma esperança. »
- « Um pássaro que entra pela janela anuncia ralações. »
- « Uma pomba branca que entra em casa traz felicidade »
- « Galinha que canta tal como galo é a prever desgostos. »
- « Um galo que canta antes da meia noite anuncia que vagueiam espíritos maus ou Bruxas. »

« Assiduidade de baratas em casa é dinheiro ».

« Um gato preto é boa sorte. »

« Um rato que atravessa o caminho *sinala* mau resultado no que se vai fazer. »

« Um Papagaro ou uma Coruja que *cantem* sôbre um telhado é preságio de morte. »

Um cão uivando pela calada da noite é a prevenir que vagueiam Feiticeiras ou Espíritos. »

« Um cavalo que treme nervosamente é a sentir desgraça na terra. »

« Um morcego que bate nos vidros de uma janela previne pelo número de pancadas os anos que restam de vida a quem as contar ou ouvir. »

Um fio de teia de aranha que atravessa uma estrada é um pedaço das linhas da *Verige*. »

« Uma vitela que nasce dia de S. João traz *varinha de condão*. »

« Tutinegras e Tintilhões têm metade de rato metade de *galatricha*, que é como quem diz: são inúteis e daninhos. »

A mordedura de abelha, cura o reumatismo.

Quando os cães lambem as feridas cicatrizam-nas.

O sangue da crista de galinha preta serve para chamar à pele os vermes intestinais.

As gaivotas em terra anunciam temporal no mar.

Um chifre livra de *ar mau*.

Sonhar com porco é fortuna; com *Galatrichas* enrêdos; e com ovos intrigas ou *rixas*.

Um cão negro que vagueia pela noite é feiticeira disfarçada.

Ingerir formigas faz bem à vista.

Esfregar na calva moscas fritas em azeite de louro faz crescer o cabelo.

Cozimento de esterco de pombos cura a asma.

Caldo de caracóis dá força ao peito.

Coração de andorinha dá bom fôlego.

Matar um gato faz andar a vida sete anos ao contrário.

Matar um *bisbis* é pecado.

A Carraça parece que foi dos esquecidos, porém como prêmio de consolação tem as honras dêstes versos:

«Carrapato da *feiteira*  
 Arruma-te p'rá *gesteira*  
 Passe o *gado mai-lo grade*  
 Passe o Povo mai-lo Frade  
 Passem todos menos rato  
 E baila agora *Carrapato*».

As *pragas* representam para o Povo o perigo mais terrível e que o aterrorisa fortemente, embora digam que «*as pragas* são como as procissões: entram pela mesma porta por onde saiem». Quando qualquer desgraça ou desgosto tem origem possível numa *praga* é necessário ir a uma fonte e ao repicar das Ave-Marias encher um copo com água corrente e colocar-lhe em cima, dois ramos de alecrim, em cruz, de forma que toquem na água. Depois tomando pelas extremidades um prego, segurando-o com os *pulgares* e os indicadores apenas, desenham-se no ar quatro cruces uma para cada ponto cardinal dizendo ao mesmo tempo:

«T'esconjuro  
 T'arrenego  
 Que t'espertes neste prego»

Feito isto atiram com o prego para a corrente e bebem a água do copo, coada pelo alecrim. E' assim que julgam então quebrada a força do *maleficio*.

\*

\*        \*

Para quebrar a má sorte é voz corrente que em deitando três copos de água pela janela fóra acaba com o azar.

\*

\*        \*

Os *sonhos* não podiam deixar de ter um grande lugar nas crendices regionais.

Assim: sonhar com uvas pretas são cartas esperadas que vem já *em caminho*. Já os sonhos em que entrem uvas brancas

significam lágrimas. Se sonham com água límpida é bom pronúncio, mas com água turva é péssimo. A lama nos sonhos anuncia honras e distinções; o esterco é dinheiro; e ouro a miséria.

Sonhar com cabelo é doença ou intrigas na família. Quem sonha com limões é que vai ter um ano próspero em produtos da terra. As vacas magras são indício de crise na lavoura, mas com gado gordo significa prosperidade.

Sonhos com sapatos velhos é viagem, porém sendo sapatos novos é mau.

Os gafanhotos nos sonhos indicam roubo projectado, as baratas: negócio rendoso; formigas aconselham prudência e ratos afirmam projecto infeliz. Sonhar com «aves de penas» é desgosto, porém se as penas forem brancas é dissabor de pouca importância. As *galatrichas* são enrêdos e *falsos testemunhos* que nos *armam*. As rãs são tentações de que se deve fugir. O pior é que poucos teem força de fugir ás tentações e depois... é o coachar das rãs.

\*

\*            \*

O *Emprego* é um sistema muito em voga nos campos e até na cidade, para realizar uma vingança contra um inimigo poderoso. No Sul a *oração* que recitam enquanto preparam o *emprego* é curta e irregular sem um *rito* defenido, ao passo que em algumas regiões do Norte tem uma absoluta nitidez de pensamento e de frase.

Em quanto com um prego batido com uma pedra, sôbre uma moeda pensam concentradamente com ódio na pessoa que pretendem *lesar*, vão repetindo a meia voz:

Pela Cruz  
Do Senhor Jesus  
E a Verige Maria  
Que minha boca beija,  
Eu quero que seja  
D'ante de um ano e dia

Moido com dor  
 Na alma e na fâcia do rosto  
 Aquele estapor  
 Inté que meu gosto  
 Seja perdoar  
 Se o grima não l'ò arrastar.

E' novamente repetida esta arenga em quanto envolvem a moeda, bem *amachucada*, com uma meada de cordel. Depois escondem-na em sitio impossivel de descobrir ou atiram-na ao mar, e o Emprego começará a sua acção maléfica até que o autor ou quem quer que seja a *desencante*, e assim quebra o *mal*. Chamam ao dinheiro o *vil metal*, mas é certo que ele faz conta a toda a gente. Póde mesmo afirmar-se que ele é a mola da vida. Para conseguir dinheiro todos estão sempre *prestes*. O Povo da Madeira, que trabalha de sol a sol e que por vezes vai para as *Alméricas* em procura da árvore das patacas, crê que a Lua pode intervir na riqueza e por isso quando o belo astro da noite, em período de *lua-cheia*, sobe no céu, usam mostrar-lhe uma moeda e piscando o olho esquerdo de forma que o volume da moeda encubra o planeta arengam :

Nasci pobre,  
 Pobre vivi,  
 Trabalha por conta alheia,  
 Da-me cobre,  
 Da-me ouro,  
 Ou então algum tesouro  
 Que tenho pressa da riqueza,  
 Estou farto da pobreza  
 O' minha rica lua-cheia.

E lá ficam confiantes que um dia a lua se amercie da sua sorte...

Apesar da vastidão das credices e das superstições e da *fe* que todos lhes tributam o certo é que ninguém quer evidenciar que nelas traz confiança céga.

Os homens responsabilisam as mulheres de tal culto, e por sua vez as mulheres acusam os homens. Mas seja como fôr, a verdade é que as credices e superstições, muito embora não falte quem

as classifique de *pieguices*, *mentiras* ou *tolices*, teem uma acção bem vasta naquele formoso Arquipélago.

Deixando a disputa das responsabilidades em tal assunto, parece-nos que nestas quadras regionais estará, talvez a chave do *segredo*:

Ai que pinheiro tão alto,  
Que pau bom para colheres,  
Quem quizer ouvir mentir  
Chegue-se ao pé das mulheres.

Fala p'raí seu velhaco  
Anda, dize o que quizeres,  
Lá quem mente são os *homens*,  
Quem pagam são as mulheres.

\*

\*        \*

Diz o Povo que sucedendo alguém ver nas praias ou nos «pegos do mar» alguma sereia, ou Sirena deve guardar segredo e procurar esconder-se em sitio próximo. porque onde uma vez apparecem as Sereias aí voltam sempre, e quando estejam distraídas, será fácil roubar-lhes os filhos. Então, para o recuperarem, as Sirenas soltam lamuriosos e desesperados gritos, mergulhando profundamente e trazendo na bôca cinturões riquíssimos com jóias e ouro com que presenteiam a quem lhes restituir os Filhos...

E não falta quem jure pelos santos evangelhos e pela bôa sorte, que por mais de uma vez viu do alto dos rochedos sôbre o mar as Sereias em alegre bando, arrastando-se sobre as areias negras das Praias ou mergulhando das rochas, apanhando peixes e entretendo-se com seus estranhos cânticos, que em cousa alguma se assemelham com aqueles que outrora prendiam fascinados os viajantes...

Para acabar com o álito avinhado, aparece no receituário dos campos, como meio infalível, comer laranjas ou *mascar* raminhos de *hortelã-pimenta*.

\*

\*        \*

Para tirar o cheiro a fumo de tabaco, deve-se bafejar repetidas vezes, a seguir, uma parede caiada com cal branca.

\*

\* \*

As nódoas de vinho nas toalhas saem facilmente, desde que se lhes deite, quando ainda frescas, um pouco de sal fino em cima. Também dizem que as nódoas de tinta saem com leite fresco...

Para o Povo Madeirense ás *Alméricas*, são ainda hoje, as terras de encantamento onde o ouro nasce como os Cogumelos e onde basta para assegurar fortuna sentar-se á sombra da *árvore das patacas*. E é raro o *Vilhão* que se mantenha firme quando o assalta a ideia de trocar a paz das suas montanhas, a sua vida calma e sem apreensões, pelo *desconhecido* nas terras do novo mundo.

Vendem os seus *Palheiros*, o gado, as *bemfeitorias* e as terras, e lá vão, famílias inteiras, em procura dós *milhões*.

Algumas vezes a fortuna nos seus insondáveis caprichos tem bafejado os Emigrantes, mas em regra, esses que partem com a alma mal comportando sonhos e esperanças, perdem-se, sossobram, pobres Párias, no redemoíno, no sorvedoiro das grandes capitais e só recordam, tardiamente, o paraizo perdido...

Em regra, a-pós alguns anos por terras distantes, perdem a boa índole, característica do Povo dos Campos, esquecem o dialecto ou assimilam-no a outros idiomas, porém conservam sempre bem forte o amor à Ilha, com os seus costumes, as suas cantigas, as suas superstições!

É assim que, para conquistar um amor mal correspondido, usam *fritar em azeite doce pêlo de gato macho todo negro e pedacitos de «feto Abrum»*, que mandam vir expressamente da Madeira, e *lançam uns pingos desta mixórdia nas botas dos ingratos*.

Também, sempre com a preocupação da conquista de um amor, chegam à barbaridade de *matar um gato macho, todo negro; arrancam os olhos ao cadáver do pobre felino e enterram-nos; ao fim de um ano deitam de infusão em aguardente de cana as cinzas ou resíduos dêsses olhos; depois deixam que o alcohol se evapore e procuram que a pessoa a quem pretendem conquistar o coração toque naquelas cinzas*. Mas, em geral, a índole do Povo é bõa e é bem ilucidativa a estatística do crime que é, na verdade, deminuta.

Na Madeira as principais *rixas* têm origem na *água de rega*. Isso então é sempre um *caso sério*. Agora pequenos roubos de objectos ou de fruta ou de animais isso poucas conseqüências traz... As *Bruchas* «descobrem» tudo... Se à hora macabra do bater da meia noite alguém fôr a casa da Brucha expôr as suas razões ou suspeitas, logo, tomando o ar grave das ocasiões solenes, esta deitará água da fonte num alguidar de barro e *talha* uma cruz na água com uma faca de aço. Não tardará, depois, que o autêntico autor do delito apareça com a cara *retalhada* ou que pelo menos se *fira*.

Outras vezes a Brucha, em vez dêste rito, usa deitar na água fresca da fonte dentro do alguidar de barro uma faca de aço e depois, tomando um punhado de cinza do lar, vai desenhando com esta várias cruces em diferentes direcções. Depois desta prática o autor do roubo deverá aparecer *marcado* com qualquer *sinal*.

\*  
\*       \*       \*

A senhora Pulquerinha é ainda um magnífico exemplar do tipo de mulher que outróra abundava no Funchal. Magra, arrebitada, o cabelo em bandós, saias largas a varrer o chão, capa negra e comprida, chapéu em ar de touca, não falta a devoções e festas de igreja. Conhece *de vista* tôda a gente. Casou três vezes e lastima-se ainda por não ter encontrado o seu ideal de marido! Tem uma expressão própria e composta para cada caso especial da vida e gosta que suportem o seu *feitio* sentencioso. Gosta do *arranjo* doméstico e revolta-se com os caprichos da moda. Mas a-pezar-de tudo se acontece anoitecer antes que esteja varrida a casa não consente que peguem em vassoura — «varrer depois do cair da noite tira a fortuna». Conhece os remédios caseiros e só dêles se utiliza. Para acabar com dores nevrálgicas nos dentes indica como remédio infalível cortar as unhas à segunda-feira. Para os olhos inflamados aconselha lava-los com chá preto, frio, ou então com chá de *alfavaca*. O chá desta erva, que viceja em todos os muros e nas betas das rochas, também serve para imerroidal e para *concertar* os intestinos.

O chá de casca de limão com o sumo bem espremido é ótimo para as constipações.

O chá de mangirona é eficaz contra as insónias.

Esperregado de ortigas é ótimo para combater o reumatismo. As *feiticeiras* também preocupam a Senhora Pulquéria. Por isso tem sempre uma cruz de alecrim atrás da fechadura da porta da rua, para que *não entre coisa ruim* e sobre a cimalha conserva sempre uma ferradura velha para livrar de aflições. Um guarda chuva aberto sobre uma cama provocava-lhe um ataque de nervos, pelo menos, porque isso traz desgostos. Apesar de ter *enterrado* três maridos e do seu todo de *bota de elástico*, ainda tem veleidades de encontrar o seu *tipo d'home*, e por isso, no dia de *Festa* apressa-se em ser das primeiras a beber nas saudes porque «*as últimas que bebem vinho no dia de Natal, serão as últimas a casar*».

E os anos passam como um incidente de pouca monta e a Senhora Pulquerinha lá vai sempre como uma evocação como um símbolo pitoresco...

.....

Parece que os objectos com que se iida todos os dias não deviam originar superstições. Mas, no entanto, se acontece entornasse azeite é sinal de morte; tinta entornada são desgostos; se cai na terra o leite mugido, séca a vaca; o pão de *sóla* para cima poem a casa *às avessas*. Uma vela sôbre uma cama presagia funeral, assim como apertar a mão a alguém segurando ao mesmo tempo um candieiro ou castiçal, ou ainda dar o mesmo fósforo para acender três cigarros. Quebrar vidros é desgosto, loiça é contrariedade e barro é dinheiro. Ora o dinheiro... «*ele é barro*».

\*

\*

\*

Neste lindo arquipélago madeirense, as creanças nascem e *promenecem*, em regra à mercê da Natureza. La diz o ditado que «*ao menino e as borracho põe-lhes Deus a mão por baixo*». No entanto, e muito em particular, durante o período da amamentação, as mães usam diversas precauções para afastar qualquer *mal*.

Por exemplo: não bebem *mosto* para não fazer *lostras* nos pequeninos; não comem sôpa de *trigo novo* nem *frangolho* porque isso originaria depois dlarreias nas creanças que amamentasem... Põem um rosário de dentes de alho ao pescoço dos petises por causa das *bichas*.

Também nunca deixam que uma creancinha beba agua que seja corrente para não parar o crescimento. As *fraldas* nunca devem ficar ao luar, porque isso traz complicações intestinais aos inocentinhos. As creanças que nascem com o cordão umbilical em volta do pescoço devem chamar-se José ou Maria José, conforme o sexo, para que cheguem a adultos. Se uma mulher que amamenta puzer salsa debaixo dos braços *estreme* com a pele, seca-lhe o leite. Quando está para nascer uma creança, as mães nunca pegam em *animais de pelo*, para que não tenham filhos com sinais ou com feições do *bicho*. Também nesse período as mulheres não usam flores nem chaves ou medalhas, porque isso origina *sinais* nos pequeninos! Se as mães não satisfazem um apetite ou um *desejo*, as creanças nascem de bôca aberta ou defeituosas. Se ha suspeitas de possibilidade de *olhado* sôbre uma creancinha colocam logo no berço, sob o travesseiro ramos de *alecrim do Verige* ou flores de Perpétua, de preferênciã em cruz, e fazem no aposento constantes fumigações com cascas de pero e açúcar. E com estas preocupações, deixando-as de *tamantinhos* habituarem-se á *batata* e ao *milho cosido*, o certo é que crescem e se multiplicam de forma tal que por esse mundo alem as colónias de madeirenses são sempre numerosas...

Entre as superstições e usos caseiros não deixam de ter interesse: o facto de nunca comprarem sal ou fermento à noite para não originar a ruína, não se esquecerem de fechar a porta ao passar de um enterro para que a morte não vá entrar em casa; mostrarem dinheiro ao *sol em pino do meio dia*, pondo o escudo para baixo que é para que enraíse na terra e dê cria; para destruir os ratos, esperam pela *fraqueza da lua*, porque dizem que então eles andam tontos e caem nas armadilhas.

Quando algum estranho afaga uma creança logo devem apressar-se em afagal-a no sentido contrário para que a *festa* não *acabe* ou *consuma* a creança.

Se alguém passar com a mão sôbre o dorso de alguma rês

deve-se logo levantar-lhe uma das patas para que o mal se escape para o ar.

Não se deve aproveitar, para construção de casas de habitação pedra que servisse em *chiqueiro* de porco ou *palheiro* de gado. Isso faz os maridos "*individuos*" que é como que a dizer que as mulheres se tornam infieis. Agora essas pedras, aproveitadas em muros de *fazenda* até trazem sorte.

\*

\*            \*

Ha tanta preocupação singular neste belo arquipélago! As *verrugas*, que são atribüidas umas vezes ao facto de contar as estrêlas, também as julgam originadas de meter as mãos em águas sujas. Então afirmam que o *leite de figueira*, de *trevisco* ou a semente de madre-silva, esfregados e deixando-os secar sôbre as *verrugas* as inutilisam e secam!

Também o à semente de *trevisco* é atribüida a propriedade de servir de veneno mortal que as tutinegras e os melros empregam para assassinarem os filhos quando veem a impossibilidade de as salvarem quando enjaulados em gaiolas!

\*

\*            \*

As romarias, em especial da Senhora do Monte, em 15 de Agosto, e do Senhor Jesus, em Outubro, constituem um grande acontecimento na vida dos campos. Então aparecem ocasiões únicas de se apreciar detalhadamente costumes, trovas, crendices, tradições em extremo curiosos. Ao som dos instrumentos regionais, do machete, viola, rajão e braguinha, com toadas monótonas, êles galgam léguas repetindo *bailhos* e *trovas*, durante horas seguidas, mal parando um instante, de longe em longe, para *beber*.

Depois recomeça o *banico* e com ramos de *mangerico* nos chapéus, nas lapelas ou na mão, colares de fruta seca, bonecos de maça, coloridos com açafão, a tirocolo, as clássicas *cabacinhas*

onde levam a *bubida*, lá seguem ate à Festa, num entusiasmo que nem os calores, nem as tempestades abrandam.

«Eu cá venho ao Senhor Jesus  
Aqui à Ponta Delgada,  
Só pelo gosto que tenho  
De subir à Encumiada.»

E logo outro responde no mesmo tom :

Eu vou ao Senhor Jesus,  
E trago terra na algibeira  
P'ra *prantar* a *mangirona*  
Ao pé de *heroa-cidreira*.

\*

\*           \*

Depois é uma velhota que parece mais viva e mechida que uma rapariga.

Nossa Senhora do Monte  
Está sentada na varanda,  
A' espera das *soidades*  
Que o Senhor Jesus lhe manda.

\*

\*           \*

E as trovas amorosas também não faltam, com a sua extrema originalidade :

Mandei fazer um relógio  
Da casca de um caranguejo,  
Para contar os minutos  
Do tempo que te não vejo.

.....

E a vida decorre assim, quebrada apenas de longe em longe com estas alegrias que em todo o caso nunca atingem a intensidade de entusiasmo e de importância que o Natal — a *Festa* — representa sempre.

Era uma rapariga loira caprichosamente ao rigor da *moda*. Depois foi uma modesta burgueza entrada pelos cincoenta e tal. Seguiram-se ainda creadas de servir, comerciantes e até um distinto *Sportmann*. Finalmente a “mulher das cartas” convidou o misterioso personagem a entrar para aquele cubículo apertado onde havia apenas duas cadeiras e uma mesa de pinho, sobre a qual ardiam em castiçais de madeira doirada quatro velas.

A velha, com ar prasenteiro, convidando o cliente a tomar assento ía perguntando: — “Amores.? negócios..? Intrigas.?”

Deante do silêncio do consulente a Cartomante num sorriso vago afirmava que eram intrigas: — “Sim não ha dúvida, Descance que tudo vem á superfície como o azeite na água...”

E procurava *pôr á vontade* aquele cliente que não se manifestava claramente.

Tomou então quarenta cartas que foi bāralhando lentamente enquanto murmurava orações incompreensíveis com acompanhamento de untuoso fechar de olhos e de gestos graves com a cabeça. Colocou o baralho a meio da mesa, entre as quatro velas acêsas e, após um momento de concentração, partiu-o com a mão esquerda, colocando junto de cada castiçal um monte. Novo murmúrio de frases incompreensíveis, juntou as cartas e já com o seu sorriso vago, começou.

“Valete de espadas... esbirro, homem de averiguações, gente de justiça... Dama de ouros... representa a pessoa que consulta...

Dois de espadas... ho! cortando...

Deve ser o valete de espadas contra a dama de oiros...

Dois de copas... uma carta. Quer dizer: uma carta que faz com que o esbirro queira fazer mal à pessoa que consulta...

Rei de espadas... mau... homem perigoso.

Seis de paus... ciumes.

Cinco de copas... lágrimas,

Sete de espadas... tristezas...

Significa que há um homem perverso com ciumes, disposto a fazer derramar lágrimas e tristezas...

Valete de ouros é o corpo da pessoa que consulta.

Rei de ouros... é o seu pensamento.

Valete de espadas e az... é um homem mau, sem graduação e o az quer dizer que intriga afirmando com perfidia...

Quando o mundo cristão comemora o Drama do Calvário, na Madeira as *cerimónias* da semana santa revestem sempre uma pompa que já criou fama. Este Povo, essencialmente religioso, acorre aos Templos e segue com devoção os officios Divinos. Na *quinta-feira santa*, depois do Senhor *ir para o alto*, começam as visitas às Igrejas e é tal a afluência de fieis que as ruas se *atolham de gente*. Então *ninguém é capaz de pregar táboas, nem de jogar com dados nem de dar punhadaria*, porque isso só os judeus o fizeram a Cristo, e repetindo-o nêsses dias é como quẽ repetir o deicídio e acarretar desgraças.

Se no sábadó de Aleluia se entornar vinho na toalha e desgraça que não tarda! Se coincide uma galinha pôr um ovo na sexta-feira santa, às 3 horas da tarde, guardam religiosamente êsse ovo e ao fim de um ano, verificando que a gema e a clara se solidificaram, moem-nas e depois, deitando êsse pó de infusão em vinho da Madeira, velho, dizem que têm ali o remedio infalível para a cura de doenças pulmonares, desde que o doente tome de dias a dias um calix. As nêsporas aparecem muito cedo na Madeira. Se acontece ter caído nódoa dêsse fruto na toalha, só *passada a quaresma* a nódoa desaparece, embora se lave bem!

É ainda na quaresma que se devem fazer as *caseiras* de abóboras, melancias, melões e mugangas, devendo preferir-se o sábadó de Aleluia que é para que os barãos deem rendimento.

Até os namoros começados na Semana Santa são considerados como eficazes e de casamento certo... E por que mesmo o tempo tenha as suas honras lá dizem que "natal molhado traz semana santa enxuta"...

O espírito acentuadamente supersticioso deste Pôvo tem contribuído, sem dúvida, para o incalculável aumento das Cartomantes na Madeira.

Não ha muito, alguem que ocupa uma situação de destaque na sociedade Madeirense, por simples curiosidade, procurou *consultar* uma "Bruxa". Num aposento, discretamente escurecido, esperavam a sua vez, senhoras raparigas e até velhos e rapazes de tôdas as esferas sociais. Questões de amor, negócios, suspeitas, mil razões levavam ali aqueles espíritos anciosos.

Passados uns momentos correu-se um reposteiro escuro e uma velhota roliça convidou amavelmente:—"quem está a seguir".

Três de paus... por caminhos perigosos...

Az de cópas... creatura de fora, louca ou mal intencionada.

Quatro de ouros... Igreja ou cemitério.

Cinco de espadas... doença mortal."

E a Cartomante, com ar convicto afirmava que podia deslindar tudo. Tratava-se de uma perfídia forjada por homens perversos e sem escrúpulos com o auxílio de um esbirro — o valete de espadas — que era creatura de fóra, louca ou mal intencionada, pronta para perder a pessoa que consulta — a Dama de ouros — e trabalhando todos por caminhos perigosos — o três de paus — até contra o corpo do consultante tentando agressão — o valete de ouros. — Mas tudo acaba em lágrimas e tristezas — cinco de copas e sete de espadas — para os inimigos que teem neste quatro de ouros o fim — igreja ou cemitério — isto é o insucesso dos seus tramas.

Destraidamente a Bruxa volta ainda três cartas « — Deus escreve direito por linhas tortas. O nove de ouros — felicidades para a dama de ouros — o triunfo de quem consulta. O oito de espadas — desdouro para os inimigos — Sete de paus — prisão, loucura ou remorsos do esbirro — Mil parabens... » E guardando nas profundezas de uma algibeira disfarçada na saia, uma nota de dez escudos, a Bruxa curva-se agradecendo, felicitando, dizendo que o triunfo era seguro...

As comunicações entre as Ilhas do Porto Santo e da Madeira estão ainda muito difíceis.

São os *barcos de carreira* e os *barcos de travessa* que mantem, em especial no inverno, um contacto semanal entre as duas Ilhas.

Cada um desses barcos tem a sua *companha*, em geral, composta de *Arrais* e de quatorze *companheiros*, que formam sete *ródos*. Do Porto Santo ao Funchal é somente o Arrais quem governa a embarcação, porem no regresso entram tambem de *serviço* o *homem do lume* e uma das *ródas* que é substituída de *quarto* em *quarto*. A restante tripulação mete-se no porão e deitada sôbre *enxergas* de palha, as pernas metidas dentro de sacos de lona, um *cobertol* embrulhando *cada qual* num sono profundo, gosa as *delícias* d'aquela travessia sempre agitada, por causa de corrente do golfo.

Mas isso, para aquela gente afeita ao mar, não tem a menor

importância. Sucede às vezes haver *bom tempo de ponta a ponta*, e então dizem que é *viagem feita*. Já o *vento ponteiro* traz preocupações e cautelas de timonagem. Mas com calma, com bom tempo ou com porcela, a *companha* entretém-se conforme tem *na gana*, contando histórias ou até jogando à *bisca lambida*, e só quando o barco que primeiro entra na baía, formidável e lindíssima, da Vila Baleira, capital do Pôrto Santo e faz ecoar o som rouco do buzío, é que todos os das companhias — porque em regra um só barco foge de se aventurar á travessa — sobem ao convez e iniciam os trabalhos do encalhe...

\*

\*            \*

O Sol perdêra-se, ao longe, na linha do ceu e do mar. Caira a noite. O velho gigante da Penha d'Águia, como dorso de titam adormecido, erguia-se sobranceiro ao povoado do Pôrto da Cruz.

O mar debatia-se de encontro às rochas negras levantando nuvens de espuma. Seguindo o pequeno promontório, coroado com as ruínas de um velho forte filipino, cheguei à enseada da Furna. As ondas tinham-se embravecido e um som rouquenho, com intermitências em que se percebiam vagos gemidos, causavam um natural terror. Da Furna do Negro saíam turbilhões de espuma alvíssima, a contrastar com o negro vivo das rochas. Então lembrei o que diz a voz do Povo: — um negro ousando descobrir daquela boca aberta para o mar imenso, perdera-se nas entranhas da terra, por onde se ouve o resfolgar medonho do monstro diabólico que o tragou. É que a Furna, na versão popular, é o pórtico do antro que serve ao *Grima* para vir à Ilha perder as Almas.

No ceu scintilavam miríades de mundos num socêgo estival.

E, cá em baixo, num contraste enorme, o mar revolvia-se bramindo, em fúria infernal, e do outro do *Grima*, saíam os rugidos prolongados e ferozes que aterram as almas.

## O PETROGLIFO DE S. MAMEDE

Comunicação feita em sessão da Secção de Arqueologia pre-histórica

PELO SÓCIO CORRESPONDENTE

TOMÁS SIMÕES VIANA

As gravuras rupestres, de que trata esta sucinta comunicação, acham-se insculpidas numa laje de posição quasi horizontal, no lugar de S. Mamede, freguesia da Areosa, concelho de Viana-do-Castelo, num sítio a que os moradores daquele lugar dão a designação de *Traz-do-Pinheiro*, e que, distando algumas dezenas de metros das últimas bouças, fica ao lado esquerdo dum caminho denominado do «Monte».

A referida laje, de configuração irregular, está implantada à face do terreno, e orientada na direcção NE-SO; mede no seu máximo comprimento 4<sup>m</sup>,30, e na sua mínima largura 1<sup>m</sup>,22, attingindo 2<sup>m</sup>,80 na parte mais larga.

Estas dimensões respeitam a-penas à parte a descoberto, pois o petroglifo encontra-se rodeado de terra, onde desponta uma raquítica vegetação.

Consta o grupo das gravuras de S. Mamede, de três espirais dispostas em triângulo, ao lado esquerdo da laje, notando-se também um desenho cruciforme, junto à espiral do centro, desenho êsse que passa desapercibido a um simples exame.

A espiral que encima o petroglifo, ou seja a espiral *dextror-*

*sum*, mede 1<sup>m</sup>,52 e tem de diâmetro 0<sup>m</sup>,16; a segunda espiral, *sinistrorsum*, colocada ao centro, mede 1<sup>m</sup>,60, com o diâmetro de 0<sup>m</sup>,14; a terceira, *sinistrorsum* também, mede 0<sup>m</sup>,81 e tem de diâmetro 0<sup>m</sup>,105.

Dista a primeira espiral da segunda 0<sup>m</sup>,90, e esta da terceira 0<sup>m</sup>,91, havendo entre a primeira e a terceira, a distância de 1<sup>m</sup>,33.

Além do desenho cruciforme, a que nos referimos, e que a custo se lobriga, vêem-se duas concavidades mal definidas, pelo lado direito da laje, um pouco afastadas das gravuras, concavidades estas cuja interpretação será dada por quem se disponha a fazer uma descrição mais detalhada.

Afigura-se-nos estarmos em presença duma curiosa manifestação da arte rupestre, pelo que para ela chamamos a atenção dos prehistoriadores, sendo êste o motivo único da nossa despreziosa comunicação.

Em pesquisas posteriores ao achado — o qual se verificou em 19 de Janeiro do corrente ano — não nos foi possível encontrar, naquelas imediações, novas insculpturas, sendo de supôr que outras ali existam, a exemplo das de Villadesuro, Portucelo, (Espanha) e Gião (Portugal) descobertos pelos srs. P.<sup>o</sup> Eugénio Julhay, e dr. Joaquim Fontes (1).

Acêrca do petroglifo de S. Mamede, não se conhece qualquer lenda, ao contrário do que sucede com outros, dizendo-nos um velho lavrador dali, serem tais gravuras, *trabalhos dos mouros*, maneira corrente, como é sabido, da gente inculta explicar qualquer cousa de não fácil interpretação.

Descritas a largos traços, as gravuras de S. Mamede, e sem querermos entrar em apreciações, tanto mais que — como nos diz o rev.<sup>o</sup> P.<sup>o</sup> Jalhay, citando a douta opinião do Prof. Obermaier, — a *interpretação destas gravuras necessita de largos trabalhos preliminares e estudo detalhado de cada localidade e região*, ousamos abalançar-nos a supôr que a êste petroglifo estará ligado o culto da serpente.

---

(1) Registámos o achado de novas insculpturas em Março de 1930.



As espiraes de S. Mamede

\*  
\*            \*

No extracto duma comunicação à Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia, feita pelo sr. dr. J. Bettencourt Ferreira, e intitulada «Vestígios do Culto da Serpente (Ofiolatria) — na Pre-Histórica Lusitânica» (1) depara-se-nos forte cópia de elementos comprovativos da nossa suposição.

Conjugados os elementos aduzidos naquela comunicação com outros, e ainda com o extenso artigo publicado pelo erudito rev.º P.º Eugénio Julhay, intitulado «Os Estrimnios, os Sefes e a Ofiolatria na Galiza» (2), sômos induzidos a crêr que o Petroglifo de S. Mamede estará ligado ao culto da serpente.

---

(1) «A Águia», n.ºs 28, 29 e 30 de Outubro, Novembro e Dezembro de 1924.

(2) «Brotéria», fascículo V do vol. IX — Novembro de 1929 — Lisboa.

# A FIRMA DE CRISTÓVÃO COLOMBO

Comunicação apresentada em sessão da Secção de Diplomática

PELO SÓCIO EFECTIVO

ARMANDO SOUSA GOMES

Na discutida personalidade do navegador conhecido na história por Cristóvão Colombo, há dois aspectos que, para mim, não oferecem contestação: o místico e o nautico.

Por partidarismos nacionalistas tem êle sido atacado e defendido nos seus conhecimentos scientificos. Eu julgo-o à altura da sua façanha. Errou algumas vezes? Disse alguns dislates? Não importa. Hoje mesmo não é difficil encontrar erros em pessoas de indiscutível valor.

Veremos se consigo acabar com as fantasias que últimamente têm vindo a público nas tentativas de decifração da firma do navegador.

É dele a seguinte descrição, nas suas disposições testamentárias :

«.....firme de mi firma la cual agora acostumbro que és una X con una S en cima y una M con una A romana en cima, y en cima dela una S y despues una Y griega con una S en cima con seus rayos y vírgulas, como yo agora fajo; y se parecerá por mis firmas de las cuales se hallaram muchas y por esta parecerá, y no escribirá sino el almirante puesto que outros títulos el Rey le

desse o ganasse; esto se entiendo en la firma y no en su ditado que poderá escribir todos seus titulos como lo pluquire; solamente en la firma escribirá el Almirante.»

Com pontos ou vírgulas, na sua essência, era o seguinte que usou mais :

S  
S A S  
X M Y  
XPO FERENS

Eu traduzo-a assim:

S S S (Sanctus, Sanctus, Sanctus), as três pessoas da Santíssima Trindade :

Pai, Filho, Espírito Santo.

A, Amen.

X M Y — Xriptus (per) Mundum Ybat, Cristo ia pelo mundo.

XPO FERENS — O que vai com Cristo.

Por vezes acrescentava à sua firma a seguinte divisa tirada dos psalms:

*Mirabilis elactiones maris; mirabilis in altis Dominus.*  
(Maravilhosas são as vagas levantadas pelo mar; maravilhoso é nos ceus o Senhor.)

O seu misticismo, o seu religiosismo, levou-o a usar por escrito o sinal da cruz, — Pai, Filho, Espírito Santo, Amen —, fazendo-se acompanhar espiritualmente por Jesus, o que exprimia nas frases, — Cristo ia pelo Mundo — O que vai com Cristo —, equivalentes à expressão, — o que me leva nas aventuras por êsse mundo fóra é a minha fé em Jesus Cristo.

Posto isto, que me parece simples, duas hipóteses se formulam:

- 1.º — Teria Colombo arranjado a sua firma de maneira a acertar com o nome de Cristovão, que êle decompôs em XPO FERENS ?
- 2.º — Ou acrescentou XPO FERENS às letras que adoptara com significado religioso, sem intensão de indicar o nome de Cristovão ?

# OS MORGADOS DE ANTANHOL DOS CAVALEIROS

PELO SÓCIO CORRESPONDENTE

JOSÉ DE MANCELOS SAMPAIO

...pela revolta que ao meu ânimo causou o insulto sistemático, e muitas vezes calunioso, dirigido... aos mortos, que se não podem defender.

A. BRAAMCAMP FREIRE - *Amarrado ao pelourinho.*

Na primeira edição «reservada» dos *Brasões da Sala de Cintra*, de Anselmo Braamcamp Freire — Livro Primeiro. 1899. págs. 99 — dá-se como provável o entroncamento em *Cunhas verdadeiros* dos morgados de Antanhol dos Cavaleiros, subsistentes na actual casa de Maiorca cujo chefe — Visconde de Maiorca 2.<sup>o</sup> — aqueles representa sendo também o parente maior dos *Rangeis* de Portugal.

Com efeito na maioria dos livros de genealogia, tanto de livrarias e arquivos públicos como de colecções particulares, é corrente que o fundador do morgado — Vasco Pires ou Peres — fôra filho de Pero Lourenço Gurgumelas, êste irmão do 1.<sup>o</sup> donatário de Pombeiro da Beira, Martim Lourenço da Cunha e ambos filhos de Lourenço Martins da Cunha, da linhagem dos senhores da honra do julgado da Tábua chefes de todos os *Cunhas* portugueses.

Com mais ou menos clareza, pormenores diferentemente completos e certos, é a opinião geral dos genealogistas.

Em 1921 porém reimprimiu Braamcamp Freire os *Brasões da Sala de Sintra* « agora com S », pondo à venda o Livro Primeiro « único

que conheço» que comprei e reüni, na minha pequena livraria, ao exemplar n.º 12 da edição reservada que já possuía.

No prólogo declara o autor que os processos de análise e de exposição são os da primeira edição, *mais correctos e apurados* até onde o seu estudo e a sua crítica permitiram.

Encontro efectivamente *correção e apuro*, em referência aos morgados de Antanol dos cavaleiros, na segunda parte da nota (6) à pág. 188 «que continua e termina na imediata»; transcrevo-a na integra :

«Um genealogista, Calisto Rangel Pereira de Sá, senhor do solar de Rangel e governador de Moçambique, tratando dos Cunhas, declarou ter Lourenço Martins da Cunha tido mais um filho com o nome de Pedro Lourenço da Cunha, a quem diz ter encontrado figurando em documentos dos anos de 1323 e 1344, e ainda mais afirma haver êle sido pai de Vasco Pires, instituidor do Morgado de Antanol. Estava Calisto Rangel bem no caso de averiguar esta ascendência por ser casado com uma irmã de um dos morgados de Antanol e poder portanto consultar os documentos do arquivo da casa, mas não me merece confiança. O referido morgado foi com efeito instituído por um Vasco Pires em 1386 «*chronica dos conegos regrantes*, II, 156», que certamente, se fôsse Cunha, não deixaria de aparecer com o apelido na escritura de instituição do vínculo. Devemos pois, em meu parecer, lançar a afirmação de Calisto Rangel para o monte das pias fraudes genealógicas, bem alta cordilheira na verdade.»

Isto é, existiu um *genealogista*, Calisto *Rangel* Pereira de Sá, que cometeu *a fraude* de inventar para os morgados de Antanol dos Cavaleiros uma origem que não tinham, fazendo os Cunhas que não eram, tanto que logo no começo da família o fundador do vínculo não aparece com o apelido de *Cunha* na *escritura* de instituição.

Com meu primo Visconde de Maiorca 2.º — representante do acusado — somos quartos netos de Calisto Rangel Pereira de Sá;

em nome daquele e no meu, desejo cumprir o dever de defender a memória de uma das vítimas dos processos mais *correctos e apurados* de estudo e crítica de Anselmo Braamcamp Freire.

*Suum quidque!*

*Rangel* é o nome de um lugar e de uma quinta no Val de Coselhas, freguesia de Santo António dos Olivais, termo a norte de Coimbra. A quinta é o solar muito antigo de uma família que tomou por apelido o seu nome e êste — desde que me entendo — sempre se pronunciou *Rangel* «acento no *e*», e tanto na forma relativamente moderna *Rangel* «com *a*» como na antiga *Rongel* «com *o*», ainda usada pelo povo do sítio, mais remotadamente *Ronge*, talvez onomatopaico alusivo à densa vegetação com abundância de romãzeiras, cujos frutos figuram nas armas heráldicas da família. Julgo-me dispensado de obedecer à fantasia de Braamcamp Freire que acentuou *Rángel* «acento no *a*», sem justificar tal *correção e apuro*.

Calisto Rangel Pereira de Sá, nasceu na quinta do Rangel aos 14 de Outubro de 1695 e morreu em Santo Varão «perto de Formoselha» aos 7 de janeiro de 1763. Era, de há muito, *um morto que se não podia defender* quando Braamcamp Freire o acusou de *fraudulento*.

O aforismo não faças a outrem o que não queres para ti liberta-me de escrúpulos a respeito do acusador por já falecido. De resto, a verdade sempre ao de cima vem. Teve Calisto Rangel, por sucessão, o foro de fidalgo cavaleiro em alvará de 7 de Agosto de 1707 «*Diccionario Aristocratico* de Feo, págs. 368», justificou a sua ascendência e direitos por instrumento público de 2 de julho de 1749, teve hábito de cavaleiro na Ordem de Cristo, foi o 11.º administrador do morgado da Quinta do Rangel e chefe dos *Rangeis* de Portugal. Por escritura de 23 de maio de 1747 reformou e aumentou os morgados de Santo Varão e lá teve os direitos reais na povoação, onde foi sepultado na capela vinculada de S. Cristóvam, na matriz, em carneiro que um prior qualquer, há anos, estúpida e vandàlicamente destruiu para *fazer obras* na igreja.

Em 1761 foi nomeado Governador de Moçambique, e por isso agraciado com carta de conselho, mas não chegou a exercer o cargo nem a ir para Moçambique falecendo pouco mais de ano além da nomeação.

Não foi por forma alguma um genealogista, no sentido transparentemente deprimente de Braamcamp Freire, que no Prólogo do Livro Segundo dos *Brasões da Sala de Cintra* «1.ª edição-1901» definiu: *genealogista é sinónimo de mentiroso e parvo*. Porque nem o próprio Braamcamp Freire, indica em que trabalho genealógico de Calisto Rangel, leu suas afirmações referentes aos morgados de Antanol dos Cavaleiros, pouquíssimo e vago se indica a seu respeito na notavel *Bibliographia Nobiliarchica* do meu amigo e mestre Dr. Eduardo de Campos (Carcavelos) — volume I, pág. 95 — e também muito pouco consta nêsse particular na tradição de família.

O pai, Bernardo Rangel Pereira de Sá «1653-1701», é que escreveu em 1699 uma desenvolvida história da sua família, sob título *Relaçam geneolo/gica da familia emor/gado dos/Rongeis/ Escrita por/Bernardo Rongel/P.ª deSaa/Noanno do Sºr d/e1699*, preciosidade bibliográfica, e relíquia de família, que eu conservo, tendo sido por minha indicação mencionada na citada *Bibliographia* de Carcavelos. Êsse manuscrito tem uma continuação, nas páginas finais, que suponho feita por Calisto Rangel, e naturalíssimo é que êle — *à moda do tempo* «na *moda* actual com Braamcamp Freire, na vanguarda não falemos!» escrevesse sôbre parentes seus e de sua mulher, sem que o caso significasse todavia *profissão* — porque a havia — de fabricante de genealogias subservientes com cópia basta de patranhas.

A mãe de Calisto Rangel, D. Luisa Maria de Azevedo Barbosa (1), era colateral da casa de Azevedo; o pouco que encontro atribuído a êle nos arquivos genealógicos é, por exemplo, um dos manuscritos legados pelo Conde de Azevedo 1.º, à Biblioteca do Pôrto, oferta a parentes ou pedido dêles, cópia actualizada por certo do livro do pai.

---

(1) Na *Bibliografia* de Carcavelos diz-se, página 86 do volume III, 1923, que a mãe de Calisto Rangel, foi D. Margarida Aguiar. É engano que lamento. Calisto foi filho de Bernardo Rangel Pereira de Sá e de D. Luisa Maria de Azevedo Barbosa, neto paterno de Brás Rangel Pereira de Sá e de D. Margarida Aguiar. Esta senhora era avó e não mãe.

COSTADOS DE CALISTO RANGEL PEREIRA DE SÁ

Calisto Rangel Pereira de Sá

[Bernardo Rangel Pereira de Sá 1651-1701 F. C. R. 10.º morg. do Rangel e chefe dos Ranges	{ Brás Rangel Pereira de Sá 1629-1669 F. C. R. (1665) F. S. Ofício (1667) Mestre de campo de auxiliares (1657) 9.º morg. do Rangel e chefe dos Ranges  D. Margarida Aguiar (1633-1668) H.	{ Lucas Rangel Pereira 1604-1639 F. C. R. 8.º morg. do Rangel e chefe dos Ranges  D. Isabel Lobo Soutomaior m. 1671  Cristóvão Fernandes Saro (o novo) Instituiu o morg. de Santo Varão por testamento, 1641  D. Maria Aguiar	{ Jerónimo Rangel Homem F. C. R. 7.º morg. do Rangel (1606) Justificou a ascendência em 1608 Chefe dos Ranges D. Ana Pereira (casa da Feira) escritura de dote em 1592  Luis Sá de Miranda F. C. R. cap. mor de Coimbra. cav. ✱ Snr. do morg. de S. Fagundo D. Isabel Lobo Soutomaior sua prima  Cristóvão Fernandes Saro (o velho) n. Couto de Santo Varão m. 1607  D. Márcia Jorge Ferreira  Manuel Gonçalves Floreado Escd. fidg.  D. Maria Rodrigues Aguiar										
				{ D. Luísa Maria de Azevedo Barbosa c. 1693 m. 1712	{ Matias Velho da Fonseca F. C. R. cav. ✱ cap. mor da Portela das Cabras Tenente rei do castelo de Viana Procurador às Côrtes de 1679 Instituiu um morg. em Marrancos em 1696	{ Martim Velho da Fonseca F. C. R. Gov. das Armas de Trás-os-Montes em 1642 Sargento-mor de batalha filho 2.º  D. Grácia da Rocha Fagundes H. sua prima	{ Paulo Velho da Fonseca F. C. R. cav. Avis Provedor de Leiria D. Perpetua Velho Tinoco sua prima  Baltasar Fagundes Peixoto F. C. R. morg. dos Fagundes (Viana) D. Guiomar da Rocha Fagundes sua prima  Lopo Machado Pereira F. C. R. Snr. do morg. de Marrancos, solar de Barbosas						
								{ D. Ana Barbosa de Azevedo H.	{ Bartolomeu Barbosa Machado F. C. R. Snr. do morg. de Marrancos	{ D. Genebra Brandão	{ Leonardo Borges de Azevedo E. C. R. morg. de S.ª Marinha de Oleiros cap. mor da Portela de Penela (vila Verde). Snr. da casa de S. Bento		
												{ D. Mariana de Azevedo Pereira H. sua prima	{ D. Ana Pereira Barbosa

O sibilino comêço da nova de Braamcamp Freire, reduz-se pois, na verdade, a uma malevolente deturpação da mesma verdade, em tudo desde a *correccão e apuro* do apelido Rangel!

Diz Braamcamp Freire, na citada página 188 da 2.<sup>a</sup> edição dos *Brasões*, que, segundo o *Nobiliário do Conde D. Pedro*, Lourenço Martins da Cunha teve *únicamente* dois filhos, sendo por isso que êle nega o parentesco de Pero Lourenço — pai do fundador do morgado de Antanol — com *Cunhas verdadeiros*.

Os nobiliários medievais portugueses chegaram até nós por cópias continuamente alteradas; de certas dessas cópias temos a reprodução paleográfica, por Alexandre Herculado, nos *Portugaliæ Monumenta Historica*; é ali que toda a gente vai ler êsses primeiros repositórios da genealogia nacional. E o austero historiador informou, na sua *Memória sobre a origem provável dos Livros de Linhagens* «1854, pág. 4», que o *Nobiliário do Conde D. Pedro* «não é mais do Conde D. Pedro que de dez ou vinte sujeitos diversos, de cujos nomes se duvida, e que em várias épocas o emendaram, acrescentaram, ou diminuíram, substituindo muitas vezes verdades a erros, erros a verdades, ou erros a erros, ...».

Em face disto — escrito por Alexandre Herculano — quem pode, em consciência, tomar a sério a afirmação impositiva de Braamcamp Freire?! Tanto mais que êle próprio no mesmo livro *Brasões da Sala de Sintra* «2.<sup>a</sup> edição página 307» declara, a propósito dos nobiliários medievais, *não é nenhum evangelho pelo qual se possa sempre jurar!!*

Com tal argumento com que direito pois se classifica de *fraude* a citação de documentos antigos que Calisto Rangel, disse ter examinado, por certo, em casa do cunhado, morgado de Antanol?!

É mister, absolutamente, que tais *correccões e apuros* se não consintam passadas em julgado.

É estranho que Braamcamp Freire não indique, e já isto observei, o trabalho de Calisto Rangel, onde leu a referência aos tais documentos de 1323 e 1344.

Calisto Rangel casou efectivamente em 1729 com D. Maria de Vilhena da Cunha, senhora do Praso de Marrocos em Coimbra, sexta filha de Luís Vaz da Cunha e Sá Pessoa, fidalgo cavaleiro

em sucessão, familiar do Santo Ofício com carta de 27 de julho de 1674 «Habilitações 4. 127», 9.º morgado de Antanol dos Cavaleiros e 3.º senhor da casa de Maiorca e de sua segunda mulher «1697» D. Isabel Maria de Vilhena e Melo, da casa das Varandas em Coimbra, senhora do dito Praso e 4.ª administradora de um morgado de Vilhenas em Almada.

É portanto provável, como diz Braamcamp Freire, que Calisto Rangel examinasse os documentos no cartório da casa do cunhado. E encontro isso confirmado em manuscritos de meu bis-avô António Mascarenhas de Mancelos Valdez, porque nêles se diz explicitamente que Pero Lourenço Gurgumelas, senhor da Honra de Antanol (1), fez um recurso para as justiças de Coimbra contra os caseiros e moradores da honra que lhe negavam serviço obtendo sentença favorável em 1525 «a. D.»; teve uma demanda com as freiras próximas de Semide terminada por acôrdo e escritura de 1529 «a. D.» que deu ao convento os dizimos de Antanol e doou os bens aos filhos, em testamento feito em 1544 «a. D.» pelo tabelião del-Rei João Domingues, ao enviivar de Margarida Pascoal, tomou ordens, sendo, quando faleceu, *priol de Goes*, e ficando sepultado no convento de S. Jorge-a-par-Coimbra, existindo êsses documentos — sentença, escritura e testamento — na Casa de Maiorca, e constando dêles que Pero Lourenço era filho de Lourenço Martins da Cunha.

Vejo concordância perfeita de datas e isso me basta para dar inteiro crédito à afirmação atribuída a Calisto Rangel, como *fraude*, nenhum valôr dando à impertinente somenos *confiança* de Braamcamp Freire.

Advirto, porém — muito claramente — que nunca fui ao cartório Maiorca com a demora necessária para procurar tais documentos. Por ocasião da evasão de Massena, a Casa de Maiorca foi saqueada por destacamentos de cavalaria francesa, lançados em observação sôbre a Figueira da Foz e Buarcos, durante a batalha do Bussaco. Perdida a acção, os franceses retiraram precipitadamente a reunir-se ao grosso do exército que torneou a posição por

---

(1) Antanol «corrutéla de Antoniol» é riacho e povoação, freguesia de Nossa senhora da Alegria, no subúrbio de Coimbra.

Boialvo. Não chegaram a levar o saque que aos montes ficou no Terreiro de Maiorca; eles preparavam-se para lançar fogo ao que tinham por inútil, e os papéis, pergaminhos e livros do cartório foram encontrados no terreiro em amálgama inextricável.

Embora salvo tudo, por circunstâncias várias, nunca a bem dizer, o cartório voltou ao seu arrumo antigo, por mais interessarem documentos para efeitos de administração da casa, uma das mais opulentas do centro do país.

Mas porque ainda me não foi possível haver os documentos à vista, não quero ter o ousio de pôr em dúvida afirmações de meu bis-avô e de meu quarto-avô. De resto pelo decurso desta defesa, se verá não serem indispensáveis os documentos para se *corrigir* e *apurar* a genealogia dos morgados de Antanol, virando-se o feitiço contra o feiticeiro.

Em 1721 executavam-se em todos os concelhos de Coimbra, por ordem do provedor, diligências para cumprimento do senso geral decretado por D. João V.

No manuscrito n.º 212 «B. 5. 36», do *fundo antigo* da Biblioteca de Lisboa, encontrei parte dessas diligências que supponho serem os originaes.

A respeito de Maiorca copiei o seguinte: (1)

«Ha n'esta terra um Morgado antigo cuja instituissão é da ultima vontade feita por letra muito antiga ou gotica, como lhe chamão alguns, cuja instituissão li e acho ser instituida por Vasco Pyrez escudeiro de Antanol cujo testam.º foi feito em Coimbra nas cazas do Chantre de Evora aos dezacete dias do mez de dezembro do anno mil e trezentos e outenta e seis, pelo tabelião del-rei Vasques Anes e está confirmada com cete testemunhas varonis entre as quaes é Dom Giraldo mestre escolla e Dom Beltram conigo de Coimbra e outros trez clerigos e só dois seculares. O pay do tal instituidor se chamava

---

(1) Os morgados de Antanol compraram no século XVII «princípios» a Casa de Maiorca e para la mudaram a residência. Maiorca está a dez quilómetros da Figueira da Foz.

Pero Lourenço; instituiu Vasco Pyrez em pr.<sup>o</sup> lugar a Fernam Vasques seu filho, com obrigação de uma capella com missas ditas no convento de S. Jorge dos Conigos regrantes de S. Augustinho junto a Coimbra aonde se mandou sepultar e depois de morto o pr.<sup>o</sup> chamado eq<sup>o</sup> lhe succeder tem obrigação de outra Capella de missas comq. são duas Capellas cada huma de 40 missas cada anno perpetuas cada huma. As condições do tal morgado se desvião do direito comum porque en falta do filho ou filha legitimos descendentes, nepto etc não admite transversais ligitimos mas chama os filhos de amigas sabidas ou a filha sendo de boas condiçõins contanto que nen antes nen dipois de possuir os bens, diz por estas palavras faça furnizio. A rezão q oinstituidor tivesse p.<sup>a</sup> pôr esta condição ás filhas ilegítimas e não ás legítimas podem pescuitar os curiozos. O administrador deste Morgado he ao prez<sup>o</sup> Bernardo da Cunha de Mello m<sup>or</sup> neste Conto de Maiorca, Acabêça do Morgado he Antanol lugar pequeno juntoa Coimbra finda ageração delegítimos e bastardos descendentes eos transversais descendentes de Luiza Pires irman do Instituidor deicha os bens ao Mosteiro de S. Jorge junto a Coimbra p.<sup>a</sup> que fação mais capelas seg.<sup>do</sup> virem os rendimectos das fazeddas deichadas».

RICARDO A/z Pr.<sup>a</sup>

Está portanto certa a *descoberta* de Braamcamp Freire, de que o morgado foi fundado em 1386 por Vasco-Pires, o que aliás se encontra em todas as genealogias desta família, confirmada a existência de Pero Lourenço, seu pai, e averiguado o motivo porque o vínculo passou a filhos naturais, no decorrer da linhagem, com demandas perdidas por colaterais ligitimos.

Também está certa a *chrónica dos regrantes*, onde Braamcamp fez a *descoberta*; mas o que não está certo é que o vínculo foi instituído por *escritura*, porque o foi por *testamento* e menos

certa está ainda a forma desleal como êle citou aquella crónica. O que nela se lê é isto:

«Assi como se tornou a pôr no Cruzeiro da mesma Igreja a sepultura dos dos Cunhas Mógados de Antanol, que instituiu Vasco Pirez pellos annos de 1386 com condição, que faltando desua geração quem herde o Mógado, surceda nelle o Mosteiro de S. Jorge.» (1)

Quere dizer, a própria crónica diz que os morgados de Antanol eram Cunhas! Braamcamp Freire citou-a ocultando o que ella assevera!!

E a coincidência de se fazerem sepultar naquele convento Lourenço Martins da Cunha (2), Pero Lourenço e Vasco Pires — isto é: avô, pai, e o fundador do vínculo — não salta logo à vista como prova do parentesco classificado como *fraude*?!

Quanto a falta do apelido na *escritura*—inventada por Braamcamp Freire — pode lá argumentar-se com apelidos em escritos do século XIV! Tudo o que é demasia dá êrro! De resto aquêles individuos pertenciam colateralmente a ramos segundos dos Cunhas numa série de linhagens já então muito ramificadas, em tempo no qual os apelidos não tinham a importância e significado que posterior e evolutivamente foram tendo. Basta, neste particular, ler o *Nobiliário do Conde D. Pedro*—base da nota cavilosa de Braamcamp Freire — para ajuizar de tais *correções e apuros*.

As três primeiras gerações dos Cunhas de Antanol — Pero Lourenço, Vasco Pires e Fernão Vasques —, mencionadas sem discrepância nos livros de genealogias, acham-se pois confirmadas pelo testamento do fundador do morgado.

---

(1) Dom Nicolau de S. Maria, «Chronica dos Conegos Regrantes de S. Agostinho», 1668 Segunda Parte, pg. 156.

(2) Informação do próprio Braamcamp Freire, na 2.<sup>a</sup> edição dos «Brações» pg. 188.

Os genealogistas nem sempre são parvos e mentirosos como determinou Braamcamp Freire.

Também me parece que não mentiram quando informaram que Fernão Vasques — primeiro administrador do vínculo, como se vê no testamento do pai —, teve o senhorio de Mortágua, Maceira, Pereira, Cabeço Novo, e da quinta honrada de Monte de Lobos, cujos caseiros e moradores D. João I privilegiou em 1425.

Do casamento de Fernão Vasques, com Maria Lourenço, nasceram, pelo menos dois filhos. 1.º Afonso Fernandes da Cunha e 2.º Vasco Fernandes de Monte de Lobos.

Há que dizer, a respeito de ambos, separadamente.

— 1.º Afonso Fernandes da *Cunha*, foi o segundo administrador do vínculo de Antanho, desde então chamado *Antanho dos Cavaleiros*, porque tal categoria tinham aquêles dois irmãos, foi *criado* do Infante D. Henrique, e de sua segunda mulher Catarina Afonso, teve três filhos conhecidos :

a) João da *Cunha*, terceiro morgado, a quem D. Afonso 5.º por carta dada em Santarém, aos 17 de julho de 1474, privilegiou mais quatro caseiros da quinta de Antanho (1) e por carta dada no Pôrto, aos 3 de julho de 1476 coutou a mesma quinta (2). Na primeira dessas cartas diz-se *joam da cunha fidalguo da nosa casa* e na segunda *esguardando como he homem fidalguo e noso criado, chamando-se-lhe Joam da cunha*. (3) Dele proveem os seguintes morgados até ao actual Visconde da Maiorca 2.º, como mostrarei em esquema.

b) Rui da *Cunha* de Antanho que com êste nome figura nas listas de moradias na casa de D. Afonso 5.º,

---

(1) Tôrre do Tombo «Chancelaria de D. Manuel, 1.º livro 40 fôlhas 1 verso.

(2) *Ibd. ibd.* livro 32 folhas 9.

N. B. — Para não ser prolixo escolhi os documentos a citar; tenho mais autênticos.

(3) Todos os documentos que cito tenho-os por cópias paleográficas de Alfredo Pons.

relativas aos anos de 1479 e 1480, com fôro de escudeiro fidalgo. (1)

c) Maria (?) da *Cunha* mulher de João Lourenço Coelho, pagem do Regente Duque de Coimbra, e foram pais de Afonso da *Cunha* que tirou carta de brasão — *Coelhos* e *Cunhas*, diferença um liz de verde — aos 12 de outubro de 1523. (2)

— 2.º Vasco Fernandes de Monte de Lobos foi herdado na quinta honrada do Monte de Lobos, e porque esteve no recontro de Alfarrobeira em 1449, no partido do Regente D. Pedro, fugiu para Castela e foram-lhe confiscados os bens por incurso na carta de 10 de outubro daquele ano, que mandava desnaturalizar os parciais do Duque de Coimbra. (3)

D. Afonso 5.º deu os bens a Gomes Martins de Lemos, excluindo o dote ou meação da mulher e filhos. Não se contentou o Lemos com o que apanhou e demandou Vasco Fernandes sobre a meação, argumentando que a mulher era desonesta, e portanto, sem direito a bens do marido. Por carta de 18 de maio de 1451 D. Afonso 5.º em Almeirim anulou a doação ao Lemos, transferindo-a para Gomes de Sá, *nosso cavaleiro*, repetindo a cláusula da meação, mas concedendo a regalia de poder vender, doar ou escambar. (4) Nessa carta diz-se que Gomes Martins de Lemos *cometeu algumas cousas ffazendo fazer algumas escripturas como nom deusa* classificando-o de *ydino* (indigno). A pretexto de liquidação de dividas de Gomes de Sá, a mulher de Vasco Fernandes de Monte de Lobos, entregou-lhe, porém, êle todos os bens do marido. (5)

(1) Tômo 2.º das «Provas» do Livro IV da «História Genealógica» de Sousa pgs. 40 e 180.

(2) Torre do Tombo «Chancelaria de D. João 3.º» livro 4.º fôlhas 1 verso.

(3) *Ibid.* Livro III de «Místicos» fôlhas 118.

(4) Torre do Tombo «Chancelaria de Afonso 5.º» livro 2.º fôlhas 49 verso.

(5) Vasco Fernandes casou com Isabel de Seabra; os autênticos citados não indicam o seu nome, o que aliás é vulgar em documentos da época.

De Vasco Fernandes de Monte de Lobos, foi filho, parece que único, Vasco da Cunha, que viveu em Castela, onde casou com Catarina Fernandes, que lhe deu muitos filhos que regressaram a Portugal. De um deles, Sebastião da Cunha, que fixou residência em Évora onde constituiu família, proviera nos Morgados do Vidigal com o fôro de Fidalgo cavaleiro e serviços notáveis em Africa e na India, os quais, por conseguinte, eram *Cunhas* de proveniência averiguada, sendo falsa a referência que Braamcamp Freire lhes faz nos mesmos *Brações* (2.ª edição página 197), dizendo que *se não podem entroncar com confiança na varonia dos Cunhas*.

Um dos irmãos daquele Sebastião da Cunha, foi Diogo da Cunha, que casou em Montemor-o-Novo com Catarina da Rocha, e justificou a sua ascendência obtendo o fôro de cavaleiro fidalgo e carta de brasão de *Cunhas* sem diferença — como lhe pertencia por sua varonia — mencionada por José de Sousa Machado nos seus *Brações Ineditos* (Braga MCMVI) sob n.º 121 da página 42.

Essa carta de armas diz:

«Diogo da Cunha, fidalgo da casa real, e morador na vila de Monte Mór o Novo; filho de Vasco da Cunha, e de Catarina Fernandes sua mulher; neto de Vasco Fernandes da Cunha; bisneto de Fernão Vaz da Cunha; terceiro neto de Vasco Pires da Cunha e quarto neto de Pedro Lourenço da Cunha Gurgumelas, que foi do chefe dos da Cunha.»

*Cunhas*. B. p. 3 de outubro de 1509.

L. 1.ª fl. II.

Razão tinha eu, portanto, quando anteriormente escrevi que não eram necessários os documentos citados por Calisto Rangel — com *pia fraude* — para provar que os morgados de Antanho dos cavaleiros são autênticos Cunhas, desde a sua origem.

Vê-se, pois, que muito antes — centos de anos —, do tempo em que viveu Calisto Rangel Pereira de Sá, se reconheceu em documentos oficiais de várias épocas, os morgados de Antanho

como verdadeiros *Cunhas*. Consequentemente, nem se pode duvidar desse entronamento, nem — muito principalmente — é tolerável a pretensão de atribuir aquêlé a prioridade de — com citações forjadas em *fraude* — dar notícia desse facto, como insinua a nota da 2.ª edição dos *Brazões de Sintra*.

Braamcamp Freire, foi um genealogista (sem *double sens*) prolixo e esmiuçador como poucos; amealhou centenaes de documentos como quase nenhum outro; os seus estudos constituem um repositório de investigações pacientíssimas e de alto valor que é indispensável possuir para saber genealogia e para saber História.

Todos lhe reconhecem esses predicados, e por isso eu não posso, de maneira alguma, acreditar que êle não tivesse conhecimento da documentação e informes que nesta defesa apresento, tanto mais que se trata de uma antiquíssima família — a dos *Cunhas* — que ninguém estudou tão completamente como êle e à qual pertence sua espôsa.

O autor da *Armario Portuguesa* (anexa ao *Arquivo Histórico Português*) desconheceu as duas cartas heráldicas quinhentistas que indiquei! O organizador do excelente índice da *chancelaria de D. Afonso 5.º* ignorou registos das chancelarias régias dessa época!

Impossível!!

Mas os processos de crítica e estudo de Braamcamp Freire, provocaram as lições retumbantes que lhe deram José de Azevedo e Meneses nas *Ninharias*, o ilustre conde de Sabugosa — gentil homem e escritor gentil — em *A Rainha D. Leonor*, Jaime Forjaz no Tómo I do *Livro de Linhagens*, e indirectamente o general Moraes Sarmiento no *D. Pedro I e a sua época, apurando e corrigindo* as críticas e os estudos dêle.

A verdade vem sempre ao de cima, e razão também eu tive ao escrever há pouco, que o feitiço se viraria contra o feiticeiro; no meu espírito está fixada a certeza de que Braamcamp Freire, intencional e propositadamente, cometeu a *fraude* — nada pia! — de ocultar e deturpar o que muito bem sabia a respeito da origem verdadeira dos *Cunhas*, morgados de Antanho dos Cavaleiros.

*Suum quidque!*

Não me proponho fazer aqui a genealogia dos morgados de

Antanho, que tenho rasoavelmente completa e provada; dou por cumprida a missão que tomei de defender a memória de meu quarto avô, Calisto Rangel Pereira de Sá. Só isso pretendo.

Ele afirmou uma verdade quando disse que a família de sua mulher é uma derivação autêntica dos verdadeiros Cunhas, e com certeza viu os documentos que citou, por certo no cartório da casa de Maiorca.

E se para mim é mínimo — porque o é — o incidente, no seu aspecto meramente genealógico, (não sou fidalgo nem tenho pretensões) foi invencível *a revolta que ao meu ânimo causou uma insinuação falsa e malevolente a um morto que se não pode defender.*

# CUNHAS MORGADOS DE ANTANHOL DOS CAVALEIROS

## Esquema genealógico

Lourenço Martins da Cunha (da linhagem dos Snrs. de Tábua)  
D. Maria da Louzã Snr.<sup>a</sup> da Quinta de Lisfreu em Penacova

Pedro Lourenço Gurgumelas  
Snr. da Honra de Antanhol (1323)  
D. Margarida Pascoal

Martim Lourenço da Cunha  
1.<sup>o</sup> Snr. de Pombeiro da Beira (1358)  
D. Maria Gonçalves (Briteiros)  
c. g.  
Condes de Pombeiro  
Marqueses de Belas

D. Inês Lourenço  
Vasco Pereira  
Snr. de Paiva e Baltar  
c. g.  
Pereiras Marramaques  
Snr.<sup>s</sup> de Cabeceiras de Basto

Vasco Pires «escudeiro de Antanhol»  
Instituiu o Morg. de Antanhol (1386)  
D. Maria (ou Margarida) de.....

D. Luisa Pires  
s. n.

Fernão Vasques  
1.<sup>o</sup> Morg. de Antanhol, Snr. da Quinta de Monte de Lobos (1425)  
D. Maria Lourenço

Afonso Fernandes da Cunha, «cavaleiro de Antanhol»  
2.<sup>o</sup> Morg. de Antanhol  
D. Violante Afonso (1.<sup>a</sup> mulher) — D. Catarina Afonso  
(2.<sup>a</sup> mulher) sua cunhada

Vasco Fernandes de Monte de Lobos  
«cavaleiro de Antanhol»  
Snr. da Q.<sup>ta</sup> de Monte de Lobos  
D. Isabel de Seabra  
c. g.  
Morg.<sup>s</sup> do Vidigal  
etc.

João da Cunha de Antanhol  
3.<sup>o</sup> Morg. de Antanhol  
Escd. fidg. (1474)  
Snr. do Couto de Antanhol (1476)  
D. Catarina Afonso, sua prima

D. Maria (?) da Cunha  
João Lourenço Coelho  
Pagem do Regente D. Pedro  
c. g.

Rui da Cunha de Antanhol  
Escd. fidg. (1479-80)  
s. m. n.

Gaspar da Cunha de Antanhol  
5.<sup>o</sup> Morg. de Antanhol  
Escd. fidg. e com.<sup>o</sup> de Nine de ✕ (1538)  
D. Francisca Coelho (Ilha do Maio)

Pedro da Cunha de Antanhol  
4.<sup>o</sup> Morg. de Antanhol  
Escd. fidg. (1514)  
solt.

André Vaz da Cunha  
6.<sup>o</sup> Morg. de Antanhol  
Escd. fidg. serviu em Alcácer Ceguer (1538-39)  
D. Joana de Sequeira (s. g.)

Lourenço Vaz da Cunha  
Cav. fidg. por serviços na India  
Demandou o sobrinho contra a instituição  
s. m. n.

João Vaz da Cunha  
7.<sup>o</sup> Morg. de Antanhol. Legitimado por D. João 3.<sup>o</sup>. Viveu perto de cem anos.  
Escd. fidg. Concorreu com 30.000 cruzados para a defesa de Pernambuco. Comprou a casa de Maiorca  
D. Juliana de Távora (1.<sup>a</sup> m.) s. g. D. Maria da Silva (2.<sup>a</sup> m.) s. g.

D. Maria Vaz da Cunha  
Legitimada por D. Filipe 2.<sup>o</sup> (1604) m. em vida do pai.  
Sebastião de Andrade Freire «o indiático» Fidg. cav. e cav. ✕ (1629)

João Vaz da Cunha Andrade  
8.<sup>o</sup> Morg. de Antanhol (1641) 2.<sup>o</sup> Snr. da casa de Maiorca  
Fidg. cav. e cav. ✕ (1646), coudel da Ega, Soure e Redinha. Procurador em côrtes por Montemor-o-Velho  
D. Madalena de Sá Pessoa Monis 6.<sup>a</sup> Morg. de S.<sup>ta</sup> Catarina (Pessoas) em Montemor  
— Seis filhos, mencionados três —

Luis Vaz da Cunha de Sá Pessoa  
9.<sup>o</sup> Morg. de Antanhol, 3.<sup>o</sup> da casa  
de Maiorca  
F. C. R. — F. S. O. (1674)  
D. Joana de Azevedo (1.<sup>a</sup> m.) s. g.  
D. Isabel Maria de Vilhena e Melo (2.<sup>a</sup> m.)  
4.<sup>a</sup> Morg. de Almada (Vilhenas)  
— Seis filhos, mencionados três —

Vasco da Cunha  
Carmelita descalço em Coimbra  
S. Frei Vasco de Maiorca  
beatificado pelo povo

D. Isabel da Cunha de Sá Pessoa  
7.<sup>a</sup> Morg. de Santa Catarina  
Luis Pessoa de Carvalho F. C. R.  
seu parente  
c. g.

Bernardo Vaz da Cunha de Sá e Melo  
10.<sup>o</sup> Morg. de Antanhol-Maiorca (1721)  
Fidg. cav. (1715 e 1736)  
D. Eufrásia Joana Monis de Melo e Simas  
3.<sup>a</sup> Morg. dos Atoleiros (Fronteira) (Monises)  
— dez filhos, mencionados dois —

Frei Teotónio da Cunha  
Capelo teólogo em Coimbra  
Prior do Convento da Luz  
de Lisboa em 1768

D. Maria de Vilhena da Cunha  
Snr.<sup>a</sup> do Praso de Marrocos  
Calisto Rangel Pereira de Sá  
11.<sup>o</sup> Morg. do Rangel  
F. C. R. (1707). Gov. Moçambique  
(1761), conselheiro  
catorze filhos, mencionados três

Luis Vaz da Cunha e Sá Monis de Melo  
11.<sup>o</sup> Morg. de Antanhol-Maiorca (1768)  
Fidg. cav. (1738)

Dom Fr. Francisco Monis  
Capelo em Cânones em Coimbra  
Tomarista

D. Caetana Rangel Pereira de Sá  
sua prima

António Rangel Pereira da Cunha e Sá  
12.<sup>o</sup> Morg. do Rangel  
F. C. R. (1759) cav. Malta (1747)  
Enviado à Dinamarca e Austria  
solt

Bernardo Rangel Pereira de Sá  
13.<sup>o</sup> Morg. do Rangel  
F. C. R. (1769). Cav. Avis  
s. g.

Fernando Vasques da Cunha de Sá Pessoa Rangel Vaia Monis de Melo  
(filho único)  
12.<sup>o</sup> Morg. de Antanhol-Maiorca; 14.<sup>o</sup> Morg. do Rangel  
F. C. R. (1784). Tenente coronel das Milícias da Figueira da Foz  
D. Vitória Fortunata Brandão de Melo Portugal e Meneses (Torre da Marca)  
— doze filhos, mencionados três —

D. Maria Augusta Vasques da  
Cunha Portugal e Meneses  
António de Macedo Pereira Couti-  
nho de Meneses  
F. C. R. (1822). Bacharel em Direi-  
to. Par do Reino (1860)  
6.<sup>o</sup> Morg. do Cardal em Verride  
(Macedos)

Fernando Eduardo Vasques da  
Cunha  
1.<sup>o</sup> Visconde da Maiorca (1846)  
Chefe das casas de Antanhol,  
Maiorca, Rangel  
D. Antónia José Guedes de Car-  
valho Portugal e Meneses (Costa)  
sua prima

D. Vitória Alexandrina V. da Cunha  
Portugal e Meneses  
Luis Augusto Mascarenhas de Man-  
celos Ferraz  
F. C. R. (1850). Juiz da Relação  
(1877)  
8.<sup>o</sup> Morg. das Nogueiras em Pom-  
bal (Mascarenhas)  
11.<sup>o</sup> Morg. de Cantanhede (Ferrazes  
de Coimbra)

c. g.

Conde de Macedo

c. g.

Visconde de Maiorca

c. g.

Mancelos Ferrazes

RELATÓRIOS

RELATÓRIO DA SECÇÃO DE ARQUEOLOGIA  
PRE-HISTÓRICA  
1928 1929

Reuniu a secção de arqueologia pre-histórica, pela primeira vez, no ano findo, em 21 de Novembro, para eleição da mesa do novo triénio, que ficou assim constituída :

Presidente e conservador : Dr. Joaquim Moreira Fontes  
Vice-presidente : Rev. Eugénio Jalhay  
Secretário : Manuel Alves Costa

Além desta sessão preparatória, realizaram-se todas as outras sete, pèrviamente marcadas, o que pela primeira vez succede, nos quatro anos de existência da Secção.

E', sobretudo, consolador verificar como foram igualmente concorridas todas as sessões, em que nunca faltaram assuntos de oportunidade e interêsse, levados por alguns consócios de boa vontade, correspondendo assim aos desejos constantemente manifestados pelo nosso respeitado presidente, que tanto se empenhou por esta verdadeira ressurreição da Secção de Arqueologia pre-histórica.

Na primeira sessão, o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos comunica que encontrou no Alemtejo alguns documentos paleolíticos, toscamente talhados, lem-

brando os do Alto Minho. julga que são os instrumentos mais rudes do paleolítico, uns do Chalense e outros do Acheulense.

O Sr. Engenheiro Melo Nogueira, depois de ter apresentado um curioso instrumento neolítico, encontrado perto de Serpa, de onde trouxe outros instrumentos da mesma época, deu parte da descoberta da estação pre-histórica de Melides, nas proximidades de Santiago de Cacém, nas condições descritas numa memória que apresentou à Secção.

O rev. padre Jalhay ocupa-se da estação asturiense da Areosa, onde ultimamente foram encontrados cerca de quatro mil instrumentos.

Chama a atenção da nossa Associação, que deve intervir no sentido de evitar que tão rica jazida venha a ser desbaratada pelos amadores.

O sr. Dr. Fontes apresenta alguns «picos» da mesma estação que foram oferecidos para o nosso Museu.

Há já em Hespanha quem comece a notar o valor da nossa estação da Areosa.

O sr. Dr. Fontes aproveita o ensejo para reclamar protecção não só para esta estação, mas também para outros monumentos arqueológicos, a propósito de alguns factos ultimamente sucedidos, e que referiu.

Na segunda sessão o nosso presidente apresenta nma nova colecção de «picos» asturienses, enviada pelo sr. Abel Viana descobridor e incansavel pesquisador da estação.

A propósito, o sr. padre Jalhay mostra como a facha conhecida do asturiense se estende desde as costas de Inglaterra até ao Norte de Portugal, onde a estação de Areosa constitui a particularidade de ser a mais meridional.

Apresenta uma colecção de instrumentos da estação inédita de «Punta de los Picos», ao Sul da Galiza, e próxima da da Areosa, que apresenta a particularidade importante e interessante de se encontrar sobre um concheiro de fauna de clima quente.

O sr. Dr. Félix Alves Pereira apresenta uma colecção de «coups-de-poing» de Gondarém, onde o paleolítico era ainda há pouco tempo desconhecido.

O sr. tenente Afonso do Paço leu a sua monografia sobre Santa Maria de Carreço, onde existe um castro muito importante e um dólmen por êle descoberto.

Na sessão seguinte trata-se ainda da protecção à estação da Areosa, e da anunciada reunião, em Portugal, de uma parte do Congresso Internacional de Arqueologia e Antropologia Pre-histórica, em 1930.

O sr. padre Jalhay apresenta alguns objectos da estação inédita do Castro de Tendais, de cerâmica esbranquiçada, com semelhanças com a cerâmica neolítica de cultura central (Centro de Espanha).

O rev. padre Jalhay refere-se, em seguida, ao descobrimento de uma estação paleolítica, nos terraços quaternários do rio Minho, próximo de Orense, o que veio justificar que a classificação que o nosso presidente tinha feito, em 1925, da estação de Camposancos, estava bem feita, a-pesar-das críticas em contrário que sofreu.

Esta nova estação é sobretudo, interessante pelas ligações que estabelece com o paleolítico da nossa província do Minho

O nosso vice presidente refere ainda o descobrimento de um castro neolítico em Vigo onde apareceram alguns exemplares de cerâmica ibérica; o que sucede pela primeira vez na Galiza.

O sr. Dr. Fontes apresenta um desenho de um belo «coup-de-poing», enviado pelo sr. Abel Viana; que encontram o original nas margens do Rio Minho; perto de Seixas, o que vem revelar mais um núcleo Chelense na província.

Na quarta sessão foi lida uma extensa carta-relatório do sr. Abel Viana, dando conta das investigações a que tem procedido no Alto Minho.

O sr. tenente Afonso do Paço leu uma memória sobre as estações paleolítica e asturiense de Carreço de que foi descobridor.

Na estação, e próximo da costa, foi encontrado um «coup-de-poing» acheulense que o autor mostrou na sessão, e que foi classificado como o mais belo exemplar paleolítico até hoje aparecido no Minho.

O sr. presidente apresenta algumas peças de estações várias, para comparação, o que permite verificar que o «coup-de-poing» acheulense de Carrêço é igual a um outro do Casal do Monte, e que muitos dos objectos enviados pelo sr. Abel Viana podem pertencer a épocas diferentes do asturiense.

A sessão seguinte começou por ocupar-se da classificação de uma espada do tipo de Hallstadt II, encontrada em Santa Tecla pelo sr. Abel Viana, que mandou uma fotografia da espada, com o pedido da sua classificação

O sr. Dr. Félix Alves Pereira apresentou algumas pedras de Gondarém, entre as quais uma pôde ser classificada como um belo «coup-de-poing», em forma de leque, do género dos de Camposancos

O sr. tenente Afonso do Paço apresenta também alguns exemplares de Carrêço, que foram classificados como pertencentes às três primeiras fases do paleolítico inferior, o que dá ensejo ao nosso presidente para desenvolver interessantes considerações sobre a evolução de paleolítico português, pondem o relêvo as diferença que êle apresenta, relativamente às do paleolítico do resto da Europa

Na penúltima sessão, o rev. padre Jalhay, deu conta de uma excursão que teve ensejo de realizar a várias estações paleolíticas dos arredores de Madrid, em companhia do ilustre arqueólogo espanhol sr. conde de La Vega del Sella.

Para fazer ideia da riqueza dessas estações, basta saber que o sr. Perez de Barradas recolhe, cada ano, uma média de 5.000 paleólitos.

Há estações de Manzanares onde se vêem vinte extratos bem definidos.

O sr. padre Jalhay completou a sua bela exposição com a apresentação de vários artefactos da estação de Villaverde, situada num dos terraços quaternários do Manzanares.

Na sétima e última sessão foi lida uma carta do sr. Abel Viana, dando conta do descobrimento que fez de uma nova estação asturiense, na margem direita do rio Lima, mesmo junto á cidade de Viana do Castelo.

O sr. padre Jalhay apresentou alguns instrumentos e vários fragmentos de cerâmica, neolíticos, ainda inéditos, encontrados por êle em Tilice, arredores de Liège, num dos muitos fundos de cabana omalenses que ali se encontram.

Este período apresenta uma cerâmica ainda muito rudimentar, com decoração incisa oferecendo vários pontos de contacto com a nossa de Palmela e da Penha (Guimarães), embora esta última pareça pertencer já ao eneolítico.

São êstes, muito pàlidamente apresentados, pelas dificuldades próprias de um resumo difícil, os assuntos mais salientes que tão utilmente ocuparam a Secção de Arqueologia Pre-Histórica, durante o ano associativo que findou, e que, oxalá, sirvam de estímulo e incentivo para o que vai iniciar-se.

O Secretário

*M. Alves Costa*

## RELATÓRIO DA SECÇÃO DE ARQUEOLOGIA HISTÓRICA 1928-1929

Reñiu no ano associativo de 1928-929 ou seja de Novembro de 1928 a Julho de 1929, quatro vezes.

A primeira reunião foi para eleger a mesa do respectivo triênio, sendo reconduzido por unânime votação, o Ex.<sup>mo</sup> Sr. D. José Pessanha, antigo presidente da mesma secção e provido definitivamente como Secretário, o secretário interino por sete votos, dos nove votantes. Ascendeu a Vice-Presidente, também por sete votos o antigo secretário, sr. José Maria Cordeiro de Sousa, tendo sido eleito depois o conservador por seis votos, o secretário já eleito, que ficou assim acumulando o lugar de secretário e conservador da secção.

Nesta primeira sessão foram presentes as propostas para sócios titulares, srs.: Alberto Gusmão Navarro e Joaquim Cardoso Gonçalves, tendo alguns dos presentes, feito a apologia das candidaturas, no que foram unânimemente apoiados.

Na segunda reunião da Secção presidiu o sr. Vice-Presidente, José Maria Cordeiro de Sousa que agradeceu a honra da sua nomeação, saulou os seus confrades, fazendo depois de se arrumar o expediente, uma comunicação sobre compraz de bronze dos Museus de Hespanha e acerca de uma outra de azulejos que se encontrã na parede lateral direita da paróquia de Sant'Ana do bairro de Triana em Sevilha. No expediente figuravam propostas dos srs.: Dr. Luís Pina Guimarães e Engenheiro Drown, sobre as quais a Secção emitiu parecer favorável. Depois da comunicação do sr. Cordeiro de Sousa apresentou o sr. Cunha Saraiva, vogal relator, mais um trabalho acerca de monumentos desaparecidos e de que restam

aperas as documentações manuscritas dos arquivos ; «A corôa de prata do túmulo d'El-Rei D. João IV», foi pois o título duma comunicação em que o sr. Cunha Saraiva fez uma minuciosa descrição da localização do túmulo do monarca Restaurador e das cerimónias da exumação primeiramente feita na Igreja de S. Vicente, desta cidade ; firmando-se na respectiva documentação.

Na terceira sessão foram admitidas as propostas dos srs. : padre José Monteiro de Aguiar, e Tude Martins de Sousa, fazendo-se depois ouvir numa consubstanciada comunicação o erudito orientalista Fr. Fitzler, acerca do domínio dos portugueses em Ceylão, em que traçou a biografia acidentada do Príncipe Vijayapala. Nesta sessão fez uso também da palavra o sr. Costa Veiga, ilustre Director da Biblioteca Nacional, dissertando sôbre posições militares das proximidades de Sortelha, e o seu valor arqueológico e sôbre operações militares efectuadas naquele termo na época de D. Denis. Foi ainda nesta reunião votado um louvor ao architecto sr. Adães Bermudes, que fez reconstituir o antigo refeitório do Convento de Alcobaça.

Na quarta e última sessão compareceu pela primeira vez o sr. Dr. Francisco Rodrigues, fazendo num bosquejo bibliográfico, a apreciação da crónica de D. Sebastião que attribuiu a Estêvão Ribeiro, contrariamente ao que se tem julgado, ser de Bernardo da Cruz. Disse depois sua Ex.<sup>a</sup> que o seu modesto estudo não era em absoluto da índole dos trabalhos da Secção, mas que desejando frequentar a Secção, mostrava assim o seu desejo de colaborar na Secção.

Eis pois a largos traços o que foi a vida da Secção que registou uma comparencia média de dez concorrentes. Honrou com a sua presença duas das vezes o sr. Professor Dr. Leite de Vasconcelos e uma vez o sr. Dr. Xavier da Costa, antigo presidente da Associação.

O Conservador

*César Alves de Azevedo Pires*

## RELATÓRIO DO MUSEU

1928-1929

Dévido à acertada reforma que o digno Conselho Administrativo adotou, acudindo a deficiências que vinham prejudicando a boa vontade dos conservadores do Museu, pôde sem dispêndio proceder-se à colocação de peças que pelo seu pêso aguardavam uma disposição adequada às exigências da estética e do seu valor documental. Para a disposição dessas peças, contribuiu o desinteressado esforço do empregado sr. Fernandes, e a dádiva de um antigo e dos mais valiosos elementos da Associação.

Foram feitas reparações indispensáveis na escadaria principal, dentro do edifício, tendo também sido montadas em disposição apropriada, as quatro colunas provenientes da destruída igreja do Noviciado da Cotovia. Para essa montagem foram estabelecidas as proporções da capela do transepto da Sé da capital, onde se venera uma histórica imagem de Nossa Senhora, que fica do lado do Evangelho, de que há uma aquarela na secretaria da Associação, onde se representa uma solenidade em que figura El-Rei D. Miguel.

Na sala ficaram também dispostas duas colunas adoptadas aos seus respectivos capiteis e bases, da época em que o gótico começa a tender para as estiliações clássicas já manifestadas no românico, estilo este, que como se sabe, foi dominado pelas expansões artísticas que irradiando dos países do Norte chegaram até nós só muito tarde.

Para todas as obras efectuadas dispendeu-se apenas a verba de Esc. 365.790, incluindo ferramentas, trabalho pago ao canteiro e fretes.

## Aquisições

Deu entrada no Museu, em 29 de Junho de 1929, uma ânfora do tipo púnico, apenas com a falta do rebôrdo do bocal, oferta do sr. Manuel dos Santos Rainha, peça que fôra retirada do mar (N 36<sup>o</sup> 46<sup>f</sup>—long. 7<sup>o</sup> 4<sup>l</sup> Gr.).

Proveniente do Asilo da Infância Desvalida, a Santa Izabel, vieram para o Museu algumas das peças que pertenceram à Ermida da Boa Morte; uma delas de forma oval com o Crucificado, Deve-se esta dadiva à interferência do sr. Afonso de Dornelas, junto do sr. Salvador Saboia.

A Direcção dos Serviços de Marinha, devido à influência do sr. Frasão de Vasconcelos, teve a amabilidade de mandar fazer a entrega no Museu, de uma lápide funerária, proveniente de Mascate, e que havia cerca de 14 anos tinha sido trazida da Índia. Pertencera, segundo diz a epigrafe, à sepultura de Gaspar de Andrade Rêgo e sua mulher Dona Maria de Mascarenhas, tendo aquele falecido em 17 de Março da era de 1617 anos, sendo capitão da dita praça de Mascate.

O signatário pretendendo proseguir na árdua tarefa do seu antecessor, procurou investigar a proveniencia de peças do Museu de que se perdera a indicação há muito, conseguindo ampliar também as referências sôbre algumas. Assim ficou identificado o personagem a que se refere a lápide uncial, cuja proveniência a tradição alega ser de Odivélas, Refere-se a Johanes Ramiri otorgante no foral de Cintra concedido por Afonso Henriques e sua mulher, confirmado por D. San-

cho I, e cuja naturalidade diz o ofral ser Santarem : *santaranensis*, Johanes Ramiri faleceu, diz a epigrafe, na era de 1221.

Ficou também averiguada a proveniência do primoroso jaspe com o busto que encimava o mausoleu sumptuoso da fundadora da Igreja de Santo Inácio do Colégio de Santo Antão, D. Filipe de Sá, condessa de Linhares ; escultura artística de rara perfeição a que faz referência a unica peça manuscrita existente e que descreve aquela igreja anteriormente ao terramoto, manuscrito êste que serviu de base para o trabalho do sr. Victor Ribeiro, saudoso consócio, apresentado á Academia de Sciencias, como elemento de candidatura para sócio da mesma.

Pelos impecaveis desenhos de José Valentim de Freitas, arquivados na Biblioteca da Associação, pôde o signatário identificar três peças pertencentes a entablementos de mosaico florentino da demolida igreja de S. Tomé de Lisboa, além-de um pendente romântico aproveitado na primeira reconstrução da dita Igreja, e outras peças. Também ficou esclarecido que uma lápide brazonada, ha longos anos referida pelo falecido arqu-ólogo Vilhena Birbosa, ser a que tem um esquartelado onde alternam brazões semelhantes aos dos Silveiras e Portugal. É o brazão da fundadora do Mosteiro de Monchique do Pôrto que fôra edificado sobre a sinagoga hebraica do local, e da qual fazia parte uma inscrição com caracteres hebraicos do século XV que veio juntamente para o Museu com a dita lápide, relativa á filha de Dona Guiomar de Noronha e Rui Teles de Meneses.

O signatário agrupou também os objectos da época romana, uma pequena figura de ~~ovino~~ talhado em marmore branco (cristalino de paleozoico, ligeiramente metamórfico) achada na Abrigada, no sitio denominado Terra Grande e que appareceu juntamente com mosaicos, moedas e outros vestigios da época romana, acidentalmente em 1854.

/ovino

O Conservador

C. A. de Azevedo Pires

## RELATÓRIO DA SECÇÃO DE HERÁLDICA E GENEALOGIA

1928-1929

Em cumprimento do art. 40.º estatutário, mais uma vez tenho a honra de vir dar a V. Ex.<sup>as</sup> minuta da vida da Secção de Heráldica e Genealogia, durante o último ano transacto, e é com muito gôsto que constato não ter afrouxado a actividade desta secção, mesmo a-pesar-de um doloroso hiato que sofreram os seus trabalhos, por motivo de uma longa e grave enfermidade do seu ilustre Presidente.

Celebraram-se durante o ano, 10 sessões. Realizaram as seguintes comunicações: na sessão de 12 de Dezembro de 1928, o sr. Jacinto de Andrade de Albuquerque Bettencourt, occupou-se da festa de Nossa Senhora das Dôres, que se realizava antigamente na cidade da Horta, e da história das palmeiras do jardim do Club Micaelense, de Ponta Delgada; na de 26 de Dezembro, o sr. Cunha Saraiva, tratou da divisa do 1.º Marquês de Valença, conforme se vê figurada no seu túmulo da chamada Sé da Vila de Ourém, e o sr. Augusto Cardoso Pinto, sôbre uma carta inédita do 1.º Visconde de Santarém, acerca da sucessão da Casa dos Marqueses das Minas; em 9 de Janeiro do ano corrente, leu-se uma comunicação do sr. Marquês de Faria, acerca da «Visão do Campo de Ourique e testemunho que dela deixou El-Rei D. Afonso Henriques» segundo o que deixou escrito o padre Francisco da Cruz, do signatário sôbre a cota atravessada dos passavantes, e o sr. dr. Caetano de Oliveira, occupou-se das signas dos Almorávides, e dos registos genealógicos dos pescadores da Póvoa, Nazaré e Buarcos; na sessão de 23 do mesmo mês, o sr. Cardoso Pinto leu um capítulo de uma obra que tem em preparação sôbre D. João II e D. Ana de Mendonça;

em 13 de Fevereiro, o signatário occupou-se das armas dos reis D. João I, D. Manuel, Infantes D. Pedro e D. Henrique, Vasco da Gama e Afonso de Albuquerque, e o sr. António Machado de Faria Pinã Cabral, tratou das armas dos Menezes; em 27 do mesmo mês, o sr. dr. Laranjo Coelho honrou a secção, dignando-se assistir à sessão da Secção para lhe trazer as suas saudações de Presidente da Associação, realizando em seguida uma interessante comunicação sobre o rei de armas Manuel Teixeira e a sua obra de historiôgrafo; em 8 de Maio, leu-se em sessão uma comunicação do sócio correspondente, sr. Armando de Matos, sobre as armas de João das Regras, e o sr. Augusto Cardoso Pinto, occupou-se das bandeiras das Ordens de Cristo, Avis e Sant'Iago; em 22, o signatário tratou da representação do sol e da lua nas moedas ibéricas; em 12 de Junho, o sr. Dr. Silva Lopes, realizou uma comunicação acerca dos selos das companhias criadas pelo Marquês de Pombal, e sobre as armas da família Anderson; em 10 de Julho, o sr. Jacinto Bettencourt, leu uma memória sobre «Morgados Portuguezes» e para a última sessão do ano, o sr. Armando de Matos, enviou um estudo sobre as armas da cidade do Pôrto. A secção continua sendo muito consultada sobre todos os assuntos que se ligam à heráldica. Assim respondeu a uma consulta da Camara Municipal de Alcobaça, sobre o direito de uso do brasão municipal, por entidades estranhas ao senado municipal, tendo sobre o assunto, o sr. Afonso de Dornelas elaborado um notável parecer criador e fixador de doutrina sobre a matéria. O seu operoso trabalho tem-se continuado pelos seus relatorios sobre as armas de muitos concelhos que continuam consultando a Associação acerca dos seus emblemas heráldicos.

Este ano coube a vez a S. Martinho do Pôrto, Redondo, Seia Marco de Canavezes Cardigos, Barcelos, (alteração por ter sido elevada a cidade) Lagoa, Estarreja, Viana do Castelo, Proença-a-Velha, Sobral de Monte Agraço, Felgueiras Lourinhã e Guimarães. No capítulo de Heráldica de corporação a secção aprovou um parecer redigido pelo sr. Afonso de Dornelas acerca dos emblemas da Misericórdia de Monchique notável documento onde se completou doutrina sobre as bandeiras das misericórdias; e ainda outro para um emblema da Sociedade de Estudos e Propaganda do Algarve.

Por proposta do sr. tenente-coronel Augusto Botelho da Costa Veiga, constituiu-se uma comissão de estudo dos livros de linhagens e de elaboração de listas de confirmantes dos documentos publicados nos *Portugal.æ Monumenta Historica*, de que muito há a esperar para o progresso dos estudos medievais.

Não queremos terminar sem nos referirmos à exposição de bandeiras e brasões de armas de câmaras municipais que se realizou na nossa Associação. Esta exposição se deve à Secção de Heráldica, e foi um relatório vivo do que tem vindo sendo o seu trabalho. O exito de que ela foi coroada, será grato, incentivo para que ela prossiga entusiasticamente no caminho do trabalho.

O Secretário  
Conde de São Payo

## RELATÓRIO DA SECÇÃO DE DIPLOMÁTICA

1928-1929

Em cumprimento do determinado no art. 40.º do Regulamento, venho apresentar à assembleia geral o relatório da actividade científica da Secção de Diplomática no ano associativo findo em Julho p. p.

Nesse período efectuaram-se apenas cinco sessões, mas a importância das comunicações apresentadas compensa este limitado número.

Na primeira sessão, em 17 de Novembro, efectuou-se a eleição para os cargos da mesa da Secção, sendo reeleitos, para presidente e secretário, respectivamente, o sr. Dr. Laranjo Coelho e o signatário deste relatório. Para vice-presidente, em substituição do sr. Conde de São Paio (D. António), que tinha sido eleito secretário geral da Associação e reeleito secretário da Secção de Heráldica, e que, portanto, só com muita dificuldade poderia dedicar-se à Secção de Diplomática, foi escolhido o sr. professor Dr. Rui de Azevedo, que, pela natureza dos seus estudos e pela sua muita erudição nesta especialidade, estava naturalmente indicado para o cargo, o que muito bem salientou o sr. Dr. Laranjo Coelho, com unânime aplauso dos assistentes, ao proclamar a sua eleição.

Nessa mesma sessão de Novembro, fizeram duas importantes comunicações os srs. José Mendes da Cunha Saraiva e tenente-coronel Costa Veiga.

O sr. Cunha Saraiva referiu-se a um documento que encontrou na Biblioteca Nacional, alusivo à batalha de Ourique.

O sr. Costa Veiga apresentou os resultados a que chegara no seu estudo de investigação histórica sobre a «admissibilidade, como fidedigna, de certa lista

medieval de combatentes de Ourique», lista só conhecida por transcrição de Fr. António Brandão, o precursor seiscentista de Herculano.

Na sessão seguinte, efectuada em 26 de Janeiro, usaram da palavra :

O sr. Gastão de Melo de Matos que se ocupou de um códice do *Fundo Geral* da Biblioteca Nacional de Lisboa, que pertenceu à casa de Alorna e que contém preciosa correspondência do 2.º Conde de Assumar, embaixador de Portugal junto do Pretendente Carlos III de Espanha, esclarecendo assuntos controvertidos da Guerra da Sucessão, que o sr. Gastão de Matos eruditamente comentou ;

O sr. Augusto Cardoso Pinto, que comunicou a existência do Regimento dos Cavaleiros da Guarda de D. João II, o qual Braamcamp Freire, que dêste assunto se occupara, desconhecia. Nesta lista figuram, segundo comunicou o sr. Cardoso Pinto, algumas individualidades que depois vieram a ser das mais notáveis de Portugal como, por exemplo, o grande Afonso de Albuquerque ;

O sr. Luciano Ribeiro que se referiu a um diploma assinado por el Rei D. Sebastião, que lhe parece ter capital importância para a prioridade da instituição do seguro de vida.

Nesta sessão falou ainda, e cremos pela última vez nas reuniões da nossa Associação, o malogrado consócio Henrique Loureiro, anotando o documento a que nos acabamos de referir.

Na reunião seguinte, a 23 de Fevereiro, foi tratado pelo sr. Cunha Saraiva um assunto do maior interesse literário e bibliográfico : o aparecimento de um desconhecido original autógrafo de Brás Garcia de Mascarenhas, datado de 24 de Dezembro de 1648 e descrevendo, sob o ponto de vista militar, a região de Cima-Coa. Documento interessante por muitos aspectos, foi anotado pelo sr. Cunha Saraiva com o cuidado que costuma sempre dispensar aos seus estudos.

O sr. Mena Junior ofereceu, nesta sessão, para o nosso Arquivo Histórico, três valiosos pergaminhos, um deles datado de 1443 e assinado pelo Infante D. Pedro, duque de Coimbra, morto em Alfarrobeira, documentos sobre quais falou o sr. Dr. Laranjo Coelho, criticando-os eruditamente.

A quarta sessão realizou-se em 12 de Abril, efectuando-se a eleição do cargo de conservador do Arquivo Histórico, vago pelo pedido de demissão do signatário deste relatório.

Foi eleito o sr. António Machado de Faria de Pina Cabral, de quem o sr. Presidente traçou o elogio, congratulando-se em nome da Secção pela acertada escolha.

Nesta mesma sessão, o sr. Cunha Saraiva apresentou uma interessante notícia, de um contemporâneo, da visita feita ao convento de Alcobaça, em Agosto de 1830, por el Rei D. Miguel I, relato êste cheio de curiosos pormenores.

A quinta e última sessão foi em 18 de Julho, tendo usado da palavra os seguintes sócios : sr. Dr. Laranjo Coelho que se occupou dos dois pintores de nome *João Gonçalves*, mencionados por Sousa Viterbo no seu livro «Notícias de alguns pintores», apresentando, como subsídio para a sua biografia, o testamento de um deles, acêrca do qual fez eruditas considerações. Tratou em seguida, de um documento referente ao piloto da carreira da Índia, *Afonso Vaz de Azambuja*, datado de 20 de Novembro de 1561, que contem curiosos dados sobre a sua família ;

O sr. Dr. Rui de Azevedo vice-presidente da Secção que fez a análise de três

documentos importantes, pela comparação dos quais se verifica que Lisboa tinha nos princípios dos séculos XIII e XIV o mesmo número de igrejas ;

O sr. Cunha Saraiva, que apresentou um trabalho que tem esboçado sôbre Francisco de Lucena, comunicando alguns documentos importantes que encontrou e que o habilitaram a reconstituir a biografia política do desventurado secretário de Estado de D. João IV por forma bem diversa da até agora vulgarizada, afirmando categoricamente que êle não foi um traidor ;

O sr. Conde de São Paio (D. António), que leu alguns extractos da monografia de Vila Franca de Xira, em que trabalha, dando conhecimento da data, que pôde averiguar, de um dos seus forais medievais ; e

O sr. Dr. Silva Lopes, que occupou-se dos Reis de Armas do século XVII, Adrião Alvares e João Silva, facultando subsídios valiosos para o seu estudo.

Por dever de officio e não porque os deseje incluir na classificação com que iniciei o relato das comunicações referidas, não posso deixar de registrar os despreziosos trabalhos do signatário dêste Relatório. São êles : Elementos sôbre o construtor haval seiscentista Bento Francisco, que construiu no Pôrto o galeão *Santa Tereza* e também elementos inéditos sôbre êste galeão que, como se sabe, tomou parte na batalha das Dunas, em 1639 ; Elementos sôbre galizabras e sôbre o construtor naval Cosme Dias, com quem foi feito o contrato da construção de três galizabras, no 1.º quartel do século XVII ; Elementos sôbre vários cosmógrafos desconhecidos de Viterbo ; Notícia sôbre a marinha de guerra portuguesa em 1793 e sôbre a origem do nome de *Palhaço* que teve um brigue então existente ; Notícia de uma tentativa feita no século XVIII para o estabelecimento do comércio directo entre Portugal e a Russia, etc.

Tôdas as comunicações feitas mereceram ao sr. Presidente palavras de apreço e algumas delas foram eruditamente comentadas por S. Ex.<sup>a</sup>, que, não devo deixar de o consignar aqui, animou sempre, com o seu exemplo, a actividade da Secção.

O Secretário

*Frazão de Vasconcellos*

## RELATÓRIO DA SECÇÃO DE NUMISMÁTICA

1928-1929

No cumprimento do disposto nos nossos Estatutos, venho relatar perante V. Ex.<sup>as</sup> o que foi a vida da Secção de Numismática, durante o último ano associativo, e a par da honra que me cabe pelo facto, cumpro também gostosamente êsse dever, pois é sempre com prazer que, olhando para o caminho percorrido, constatamos que algo de proveitoso se conseguiu para lustre desta colectividade, que a todos nos merece o maior carinho e a que todos nos honramos de pertencer.

Durante o ano realizou a Secção cinco sessões, às quais assistiram, além do seu Ex.<sup>mo</sup> Presidente, Dr. Luís Xavier da Costa, e do secretário, que assina êste relatório, os Ex.<sup>mos</sup> Srs. César Alves de Azevedo Pires, que compareceu sempre, tenente-coronel Henrique de Campos Ferreira Lima, Dr. Eduardo Augusto da Silva Neves, Alfredo Mota, Ernesto Soares, José Rodrigues Simões, João José Pinto, Raul da Costa Couvreur e Henrique Loureiro, tendo assistido êste último apenas à sessão de 15 de Janeiro, pois que, pouco tempo depois, se dava o facto, por todos os motivos lastimavel, da sua morte. A ela se referiu, na sessão de 16 de Abril do ano corrente o presidente da Secção, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Xavier da Costa, que pronunciou o elogio daquele nosso chorado consócio, que além de investigador erudito, foi um perfeito homem de bem.

A Secção teve, ao iniciar os seus trabalhos, o cuidado de procurar pôr-se em contacto com o mundo numismático, o que em parte já conseguiu, assinando a «Ressegna Numismática», bela revista italiana da especialidade, e por meio

da remessa do nosso boletim, estabelecendo relações com a casa J. Schulman, de Amsterdão, que já nos enviou alguns dos seus magníficos catalogos.

Como meio de estabelecer relações com os coleccionadores do país, procedendo primeiro ao seu recenseamento, a Secção continuou a occupar-se da expedição duma circular endereçada aos Reverendissimos Párcos e às Camaras Municipais do país, circular a que já fiz referênciã no meu relatório do ano passado. É um trabalho lento, mas de resultados proveitosos.

Outro trabalho de largo alcance é a elaboração do «Catalogo de inéditos de numismática portugueza», ideia já em tempos apresentada pelo sinatario e aprovada, mas que só êste ano pôde começar a ser posta em prática, graças à suggestiva influênciã do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Xavier da Costa, tendo-se colhido já valiosos subsídios, a maior parte dos quais proveniente da importante collecção do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Raul Couvreur e outros extraídos de vários catalogos.

O número de communicações foi também relativamente elevado, merecendo especial referênciã, pela sua importânciã, as dos Ex.<sup>mos</sup> Srs. Henrique de Campos Ferreira Lima, Azevedo Pires e Ernesto Soares, a primeira sôbre os «Malucos», moeda de bronze que circulou nos Açores, durante o período das lutas liberaes, com o valor de 80 réis, a segunda sôbre o «Noble», moeda de oiro inglesa, do século XV, que teve curso em Portugal, e a terceira acerca de Francisco Borja Freire, gravador de moedas e medalhas, durante mais de trinta anos. Além destas, as actas da Secção registam também uma pequena communicação do sinatario acerca duma moeda celtibérica de DIPO e duas do nosso falecido consócio Henrique Loureiro, uma sôbre António José Colffs Guimarães, notavel calígrafo, que executou uma bela pintura, ainda hoje existente no gabinete de Numismática da Biblioteca de Lisboa, e a outra referente a dois coleccionadores de moedas, um do século XIV, que foi D. Pedro, Conde de Urgel, e o outro, seu neto D. Pedro, mestre de Avis, jurado Rei de Aragão, que viveu no século XV.

Pelo secretário foram também apresentadas, na sessão de 19 de Fevereiro, duas provas, em cobre, das moedas de 10 e 20 centavos, mandadas cunhar pelo governo para a Província de S. Tomé e Príncipe e ambas pertencentes à sua collecção.

Quanto a livros a Secção registou a entrada do «Manuel de Sigillographie Française», de J. Roman, adquirido por compra, e de vários catalogos da casa J. Schulman a que já fiz referênciã e oferecidos pelo Ex.<sup>mo</sup> Sr. Alfredo Mota, cinco catalogos de moedas da Casa Liquidadora da Avenida, um exemplar dos «Estatutos y reglamento de la Sociedad Hispano-Portuguesa de Numismática» e ainda o «Catalogo de monedas hispano-cristianas y de medallas conmemorativas en oro», de António Lopez Villasante, Madrid, com os preços marcados e 28 páginas de magníficas gravuras.

O nosso Museu, constantemente engrandecido, graças à dedicaçõ de

muitos dos nossos consócios e até de pessoas estranhas a esta Associação, registou no decorrer do ano as seguintes ofertas :

Do Ex.<sup>mo</sup> Sr. João José Pinto :

25 moedas portuguezas, sendo 12 coloniais.  
 9 » romanas.  
 75 » estrangeiras.  
 7 senhas  
 1 veronica.

Do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Emmanuel Bruno de Sousa :

70 cédulas camararias diversas.

Do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Carlos da Silva Lopes :

25 cédulas camararias diversas.  
 1 pequena medalha comemorativa de 1.<sup>o</sup> aniversario da republica  
 em Vila Franca de Xira.

Do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Azevedo Pires :

1 moeda de Carteia  
 1 » de 50 centavos.

Para terminar devo dizer a V. Ex.<sup>as</sup> que ao tomar conta, como conservador, da parte do Museu relativa à numismática, tôda a nossa colecção de moedas e de medalhas cabia nas duas vitrines que ladeiam a mesa da presidencia. Presentemente, mercê dalgumas compras e de muitas ofertas, não só dos nossos consócios, mas até mesmo de visitantes, a nossa colecção ocupa todas as vitrines da antiga capela-mór dêste edificio e é uma das secções do Museu que mais prende a atenção de quem o visita. As suas instalações vão mesmo sendo já pequenas e por isso se está tratando de as aumentar e de as modificar, substituindo os taboleiros fixos por taboleiros móveis, que comportem maior número de exemplares e que se possam limpar com mais facilidade.

È certo que não possuímos ainda raridades. No entanto temos já algumas moedas e medalhas que podemos classificar de boas e a nossa colecção

faz-se já notar pela sua quantidade, como se depreende do seguinte inventário a que procedi recentemente :

MOEDAS	PRATA AR	COBRE E BRONZE Æ e B R	CALAIM PL	FERRO F	NIKEL ETC. N	TOTAES
Portuguesas .....	106	460	9	1	25	661
Romanas .....	11	148				159
Arabes .....	9					9
Ordem de Malta .....		1				1
Estrangeiras .....	44	363			73	480
Totais.....	230	972	9	1	98	1307

Quanto a medalhas temos 81 portuguesas e 94 estrangeiras, ou seja um total de 175. Se a isto juntarmos 11 contos, obteremos um total de 1493 numismas.!

Eis o que de mais importante se me oferece dizer a V. Ex.<sup>as</sup> quanto à Secção de Numismática.

O secretário e conservador,

*Júlio Nunes de Freitas*